



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XII Legislatura**

**Número: 8**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, quinta-feira, 28 de janeiro de 2020**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputado Marco Costa e Deputado Tiago Branco*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas.*

Seguindo a ordem de trabalhos proveniente do dia anterior, deu-se início à discussão da Petição n.º 44/XI – **“Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico”**, apresentada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, na qualidade de primeiro subscritor.

Sobre este assunto intervieram as seguintes Sras. e Srs. Deputados: Délia Melo (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Ana Luis (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Seguiu-se a Petição n.º 51/XI – **“Proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Professores Contratados nas Escolas da Rede Pública da RAA, na qualidade de primeiros subscritores.

Sobre este ponto, intervieram as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Délia Melo (*PSD*) - apresentação da Petição, Rodolfo Franca (*PS*), Rui Espínola (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posto à discussão e votação o ponto seguinte - **Relatório sobre o “Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Jaime Luís Melo Vieira possa prestar depoimento na qualidade de Testemunha”**, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Seguidamente, procedeu-se à discussão do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII – **“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre a matéria em análise, usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), que apresentou a iniciativa e Berto Messias (*PS*). O Pedido de Urgência em apreço foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, procedeu-se à discussão do ponto seguinte da agenda de trabalhos - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII – **“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre o qual usaram da palavra os seguintes Srs. e Sras. Deputados/as:

Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), José Pacheco (*CH*), Bárbara Chaves (*PS*), Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e Deputado Nuno Barata (*IL*). Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por maioria.

Seguiu-se a apreciação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XII - **Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo COMPETIR+ e SIDER**, apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

Sobre este ponto intervieram o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*) e o Sr. Deputado Sérgio Ávila (*PS*).

Tendo sido aprovado por unanimidade, passou se de imediato ao ponto seguinte, ou seja, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº1/XII - Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo COMPETIR+ e SIDER**, apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

Sobre este diploma intervieram o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Bastos e Silva*) e os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS/PP*), Sérgio Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*CH*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Nascimento Cabral (*PSD*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

O ponto seguinte da ordem de trabalhos - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XII – **“Assegura a entrada em vigor imediata da proibição do abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores - (primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho)”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN – suscitou as intervenções dos Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*) para apresentação do diploma, Pedro Pinto (*CDS/PP*), Carlos Ferreira (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*),

Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*). O mesmo foi rejeitado por maioria.

Passou-se ao ponto seguinte, desta feita, ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – **“Suspende o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral”**, apresentado pela Representação Parlamentar do IL, o qual recebeu a aprovação por maioria.

Sobre o mesmo intervieram os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*), Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), Rui Martins (*CDS/PP*) e Carlos Furtado (*CH*). O ponto em referência foi aprovado por maioria.

Na sequência da aprovação do ponto anterior, passou-se à análise do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – **“Suspende o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral”**, apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

Intervieram sobre este assunto, Nuno Barata (*IL*), para apresentar a iniciativa, ao qual seguiram-se o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*), bem como os Srs. Deputados José Contente (*PS*), Pedro Nascimento Cabral (*PSD*), Rui Martins (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*). O ponto em referência foi aprovado por maioria.

Procedeu-se à análise do ponto seguinte, tratando-se do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 15/XII – **“Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Usaram da palavra sobre esta matéria, os Srs. Deputados Rodolfo Franca (*PS*), José Pacheco (*CH*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*) e Nuno Barata (*IL*). O mesmo foi aprovado por unanimidade.

No decorrer da aprovação anterior, procedeu-se então à análise do **Projeto de Resolução nº15/XII – “Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Sobre este diploma, interveio apenas a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*).

*Os trabalhos encerraram às 19 horas.*

**Presidente:** Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, desejo-vos um bom dia de trabalho.

Vamos começar com a chamada. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Tiago Branco.

*(Eram 10 horas e 4 minutos)*

**Secretário:** Bom dia a todos.

Ana Luís

**Deputada Ana Luís (*PS*):** Presente.

**Secretário:** Andreia Costa

**Deputada Andreia Costa (*PS*):** Presente. Bom dia.

**Secretário:** Bárbara Chaves

**Deputada Bárbara Chaves (*PS*):** Presente. Bom dia a todos.

**Secretário:** Berto Messias

**Deputado Berto Messias (*PS*):** Bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** Célia Pereira

**Deputada Célia Pereira (PS):** Bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** Francisco César

**Deputado Francisco César (PS):** Bom dia (*às amigas*). Presente.

**Secretário:** João Vasco Costa

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Presente.

**Secretário:** José Ávila

**Deputado José Ávila (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** José Contente

**Deputado José Contente (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** José Eduardo

**Deputado José Eduardo (PS):** Presente.

**Secretário:** Lubélio Mendonça

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Manuel Ramos

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Maria Isabel Teixeira

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** Marta Matos

**Deputada Marta Matos (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Miguel Costa

**Deputado Miguel Costa (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Patrícia Miranda

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Rodolfo Franca

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Bom dia a todos (*em especial às amigas*).  
Presente.

**Secretário:** Rui Anjos

**Deputado Rui Anjos (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Sandra Faria

**Deputada Sandra Faria (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Sérgio Ávila

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Tiago Lopes

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Valdemira Gouveia

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Presente.

**Secretário:** Vasco Cordeiro

*(Pausa)*

**Secretário:** Vílson Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** António Vasco Viveiros

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Bruno Belo

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** João Bruto da Costa.

*(Pausa)*

**Secretário:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Presente.

**Secretário:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Bom dia a todos (em especial às Sras. Deputadas). Presente.

**Secretário:** Paulo Silveira.

*(Pausa)*

**Secretário:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Bom dia a todos (especialmente às amigas).  
Presente.

**Secretário:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Muito bom dia a todos. Presente.

**Secretário:** Alexandra Manes.

*(Pausa)*

**Secretário:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bom dia. Presente.

**Secretário:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Presente.

**Secretário:** Pedro Neves.

*(Pausa)*

**Secretário:** Segunda chamada.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Presente. Bom dia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Presente. Bom dia.

**Secretário:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Bom dia. Presente.

**Secretário:** Pedro Neves.

*(Pausa)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Conforme acordado na conferência de líderes, vamos prosseguir com a Agenda.

Estávamos, ontem, no ponto 15 da nossa Agenda – **Petição 53/XI, “Cobertura Fibra - Freguesias de Santo Antão e Topo”, apresentada pelos Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Antão e do Topo, na qualidade de primeiros subscritores.**

Pergunto aos Grupos e Representações Parlamentares que ainda não usaram da palavra se pretendem usar da mesma nesta Petição?

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, vamos passar ao ponto n.º 16, **Petição n.º 44/XI – “Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, apresentada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, na qualidade de primeiro subscritor.**

Para apresentação do relatório desta Petição, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Sra. Deputada Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Sras. E Srs. Membros do Governo:

### INTRODUÇÃO

A 19 de novembro de 2019 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuída o n.º 44/XI, intitulada “Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, tendo como primeiro signatário António José Calado Lucas.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

### ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada

pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 22/2019/A, de 26 de novembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

### **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

### **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários vêm exigir o fim da discriminação entre Ciclos e Níveis de Ensino, de forma a que os Educadores de Infância e os Docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico possam ter:

1. Horários-base de 22 tempos letivos;

2. Acesso, nas mesmas condições, às reduções da componente letiva por idade e antiguidade;
3. Redução da componente letiva ou gratificação pela titularidade da turma.

### **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição do primeiro peticionário e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC).

Foi ainda deliberado solicitar parecer, por escrito, às seguintes entidades:

- Assembleias de Escola da Região Autónoma dos Açores;
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores.

Ao presente relatório são anexos os pareceres rececionados por escrito.

As audições do primeiro peticionário e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC) ocorreram no dia 6 de janeiro de 2020, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada.

#### **• Audição do peticionário, o cidadão António José Calado Lucas:**

A audição iniciou-se com a apresentação da iniciativa por parte do primeiro peticionário. O mesmo entregou aos Deputados presentes um parecer por escrito que será anexo a este Relatório.

A Deputada Catarina Cabeceiras perguntou quando docentes estão nestas condições, se já existiu alguma conversa com o Governo Regional sobre este assunto e que impacto orçamental haveria com adoção desta medida.

Em respostas o peticionário disse que o número de professores deverá ser perguntado ao SREC, contudo tem ideia de serem cerca de dois mil. Disse que relativamente a conversas com o Governo Regional, a haver agora não deverá ser diferente das existentes em 2015. Relativamente ao impacto orçamental, a que deverá ter mais impacto direto é a da gratificação por titularidade de turma,

a que terá impacto médio será a redução da componente letiva, e a que terá menor será a de uniformização dos horários.

O Deputado Paulo Estevão disse ainda que o regime especial de aposentação já terminou e que a manutenção desta situação é insustentável, mostrando a sua concordância com a iniciativa não deixando qualquer questão.

A Deputada Maria João Carreiro iniciou a sua intervenção valorizando a iniciativa e/ou qualquer iniciativa que fomente o pensamento crítico e o debate político que vise a promoção do sucesso educativo e a valorização dos agentes educativos, no caso concreto, a valorização e dignificação da classe docente. Frisou que os pareceres são unânimes a considerar justa e assertiva a reivindicação dos docentes da Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo desejando que se faça equidade em todos os docentes, independentemente de qualquer nível de ensino. Manifestou concordância com a posição do peticionário quanto ao facto de o regime de monodocência no primeiro ciclo ter sofrido “alterações” e à sobrecarga de tarefas do titular de turma. Destacou a singularidade do exercício das funções dos docentes do primeiro ciclo e do pré-escolar, com especificidades adstritas às funções desempenhadas junto de idades muito precoces, pouco autónomas e com elevado grau de exigência. Atendendo ao fim do regime especial de aposentação que usufruíam os docentes do pré-escolar e do primeiro ciclo, questionou se tal facto não tinha reforçado o agora reivindicado. Por último, questionou sobre estimativas de valores em termos de impacto orçamental na implementação das medidas propostas e em que medida constituíram obstáculo para a sua operacionalização.

A Deputado Sónia Nicolau interveio para reafirmar aquela que é a posição do PS pela forma como avalia todas as iniciativas sobre a Educação e que quer na monodocência, quer na pluri-docência, estas sejam meios facilitadores das aprendizagens dos alunos e vinculadores do bem-estar e da valorização da classe docente. Disse ainda que a pretensão dos peticionários exigiria, entre

outras iniciativas legislativas, a alteração ao Estatuto da Carreira Docente. Reafirmou ainda que nos dias de hoje a existência de docentes no 1º ciclo para as disciplinas de inglês, educação física, ou outras de acordo com as opções dos órgãos de escola, resultam, também, de o PS ter sido o único partido que votou favoravelmente a autonomia e flexibilidade curricular. Questionou, face ao solicitado no ponto 3 da petição, se o peticionário considera que um professor do 1º Ciclo, face às preparações e execuções dos Conselhos de Turma com três professores, a pressão e a carga de trabalho a que está sujeito são menores do que um professor do 2º, 3º Ciclos e Secundário que está inserido num Conselho de Turma com muitos mais professores.

Em respostas o peticionário disse que não cabe a um Sindicato avaliar quem trabalha mais, contudo disse que o trabalho de um Diretor de Turma do Pré-escolar ou do 1º Ciclo, com todas as suas diferenças, é tão trabalhoso como em qualquer outro Ciclo e deu o exemplo do preenchimento dos Mapas do Leite e do contacto dos Encarregados de Educação bem como o registo de faltas, mas efetivamente reconhece a existência deste logo de menos professores no Conselho de Turma.

O Deputado Paulo Estevão voltou a intervir para dizer que o trabalho dos professores do 1º Ciclo é muito mais intenso do que nos outros ciclos de ensino, pela maior relação com os alunos e com as famílias dos alunos. Perguntou ainda sobre qual o sentimento que têm da parte dos docentes em relação a essa discriminação.

Em respostas o peticionário disse que a primeira fase de descontentamento dos docentes do Pré-escolar e do 1º Ciclo foi o fim do regime especial de aposentação que é um problema de legislação nacional e não regional e que deixando de haver razão para essa diferenciação a solução, nos Açores, seria a da uniformização dos horários.

A Deputada Maria João Carreiro voltou a intervir para solicitar esclarecimento sobre os possíveis valores dos impactos orçamentais.

Em respostas o peticionário disse que, apesar de não conseguir dar números exatos, mas tendo como base quinhentas turmas vezes os setenta e cinco euros vezes onze meses seria, mais ou menos, o impacto orçamental por ano. A segunda medida com maior impacto orçamental, que será a das reduções da componente letiva, uma vez que há um grupo de pessoas que está entre os 50 e os 55 anos que teria 2 horas e outro grupo entre os 55 e os 60 anos que teria de ter 4 horas. Já a uniformização de horário, acham que é praticamente nulo.

• **Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):**

A audição iniciou-se com a apreciação da petição por parte do SREC onde destacou que esta reivindicação tem origem na abolição de um regime especial de que beneficiavam os professores que lecionavam em monodocência ocorrida no tempo de governação que coincidiu com a permanência da Troika em Portugal nos Governos do PSD/CDS-PP e que nestas circunstâncias o caminho seria o da exigência da reposição do antigo regime de aposentação e que só está ao alcance do Governo da República. Disse ainda que se tratando de tempo de trabalho e de prestações pecuniárias esta matéria implicará sempre abertura de uma negociação coletiva obrigatória. Acrescentou também que no Sistema Educativo Regional o aluno é o centro e que caso vingasse o requerido na petição, sobre o primado do estudante prevaleceria o interesse do professor já que o Pré-escolar e no 1º Ciclo advoga o princípio da monodocência, apesar de poder ser coadjuvado por outros docentes.

O Deputado Paulo Estevão interveio para dizer que a clareza da intervenção mostra bem a posição do Governo Regional sobre esta matéria.

**CONCUSÕES E APRECER**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. As pretensões dos peticionários têm origem, tal como afirmado pelo peticionário e pelo membro do Governo Regional ouvido, na abolição de um regime especial de que beneficiavam os professores que lecionavam em regime de monodocência.
3. As alterações pretendidas pelos peticionários requerem a abertura de um processo negocial coletivo obrigatório.
4. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

O Relator

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Renata Correia Botelho)

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Rege esta matéria o artigo 192º do nosso Regimento.

Decidiu a Conferência de Líderes atribuir 6 minutos a cada grupo e representação parlamentar para poderem fazer a apreciação destas Petições.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente queria me inscrever.

**Presidente:** Está inscrita Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quero inscrever a Sra. Deputada Ana Luis.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente é para me inscrever por favor.

**Presidente:** Está inscrita a Sra. Deputada Ana Luis e também o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** É para inscrever a Sra. Deputada Délia Melo.

**Presidente:** Está inscrita a Sra. Deputada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente para inscrever eu próprio.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente para me inscrever também se faz favor.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**\*Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais quero saudar os peticionários, neste caso, o primeiro signatário – Professor António José Calado Lucas – pela apresentação desta Petição “Pela uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade para os docentes da Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico”.

Como sempre, consideramos que iniciativas como esta são um importante contributo para uma sociedade ativa, dinâmica e mais próxima dos representantes eleitos. Neste caso em concreto, também consiste em trazer este assunto à agenda política, e esta reivindicação de há muito por parte dos professores, o que é de salientar nesta situação em concreto.

Os peticionários vêm exigir o fim da discriminação existente dos docentes da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, perante os restantes docentes de outros ciclos e níveis de ensino. O que eles pretendem é um horário base de 22 tempos letivos, o acesso às mesmas condições e às reduções de componente letiva por idade e antiguidade, bem como a redução da componente letiva ou a gratificação pela titularidade da turma.

É verdade que esta questão já foi amplamente discutida, e no entender do CDS, é uma reivindicação justa, sendo que a manutenção desta situação era insustentável, porque sabemos que esta ela surge quando o regime especial de aposentação para os docentes em monodocência foi abolido, tendo-se arrastado ao longo dos anos, dado que estes professores do 1º ciclo reformavam-se com a idade de 55 anos e tinham uma carga horária de 25 horas semanais. Com a abolição deste regime de aposentação, eles mantiveram a mesma carga horária, enquanto os colegas que têm uma carga horária semanal de 22 horas, não.

Na verdade, é fundamental que esta situação discriminatória seja ultrapassada, para que se possa criar aqui uma situação de igualdade entre colegas.

Nos trabalhos da Comissão, foi-nos transmitido que deviam existir cerca de 200 e tal docentes nesta situação e que os pareceres que chegaram à Comissão, no âmbito do que foram as diligências – todas as assembleias de escola – foram unânimes em considerar que é uma reivindicação justa e assertiva.

Durante os trabalhos da Comissão de então, com o antigo Secretário da Educação, o mesmo não manifestou abertura para ultrapassar este problema, defendendo sempre que o caminho seria a existência da reposição do antigo

regime e, como tal, estava ao alcance da República; outro dos argumentos aludidos, foi que não se conseguia ultrapassar esta questão, uma vez que se tinha já iniciado uma negociação coletiva, por isso, a sensação que nos ficou foi de abertura, zero, para tentar resolver esta questão.

Entretanto, temos agora um novo Governo e, na verdade, foi com agrado que vimos já no programa do mesmo colocada a necessidade e o objetivo de rever, até ao final da legislatura e em articulação com as associações sindicais, esta questão, no sentido de se criar a harmonização entre os docentes do 1º ciclo e pré-escolar e os restantes, por isso, parece-nos que agora, sim, este assunto está encaminhado para se tentar ultrapassar esta situação. Daí termos visto com muito agrado no programa do Governo esta situação que é uma reivindicação – como já referi anteriormente – justa por parte destes docentes.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luis.

**\*Deputada Ana Luis (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, um cumprimento ao Professor António Lucas – Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, o SPRA – na qualidade de primeiro signatário e através dele, cumprimento todos os peticionários.

De facto, como foi aqui referido pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a premência da uniformização de horários surge aquando o fim do regime especial de aposentação que beneficiava os professores da educação do pré-escolar do 1º ciclo relativamente aos outros professores. Isto na altura do Governo da República PSD/CDS, aquando da intervenção da troika no nosso país.

Esta Petição assenta, de forma geral, na questão da uniformização de horários e no acesso a condições especiais para redução do tempo letivo por antiguidade e idade, bem como da gratificação pela titularidade de turma.

No que respeita à redução da componente letiva, o que é pedido é que se assumam, por parte destes professores, os 22 tempos letivos, porque comparados com os professores do 1º ciclo e da educação pré-escolar, estes assumem 25 tempos de 60 minutos, enquanto que os professores dos outros ciclos, na maioria das escolas, optou-se por cada tempo letivo corresponder a 45 minutos, o que no entender do Sindicato dos peticionários, está é ainda uma situação de maior desigualdade; pretende-se, também, que o acesso à redução da componente letiva por idade e antiguidade, possa igualmente ser feita ao mesmo nível para todos os professores, apesar de que os do 1º ciclo e pré-escolar têm direito à redução da componente letiva, mas em moldes diferentes; pede-se, também, que possa existir uma redução da componente letiva, ou uma gratificação pela titularidade da turma que, no entender dos peticionários, é justa dado que a estes professores – é também exigida uma série de tarefas administrativas, e outras, enquanto titulares da turma.

Não posso concordar quando se diz que o anterior Secretário Regional da Educação foi, de forma clara e de mente contra, esta reivindicação. Aquilo que foi referido na altura, foi que as pretensões refletidas nesta Petição – e de facto subscrita pela maior parte dos pareceres recebidos – conflituam com um princípio base do sistema educativo extremamente importante e que é o da monodocência do pré-escolar e do 1º ciclo.

A redução da componente letiva exigida, ou seja, aquela que se pretende alcançar, se não alterarmos de forma significativa a carga horária recomendada para estes níveis de ensino, obviamente que tem que se pensar se manter-se-á a questão da monodocência, apesar de sabermos que, ao nível do 1º ciclo, já existem outros professores a dar outras disciplinas.

Para se acabar com esta desigualdade, o que também foi dito na altura – que mantemos e penso todos aceitarão – é que esta alteração terá implicações não só orçamentais, como exigirá, naturalmente, alterações legislativas, desde logo, o estatuto da carreira docente e, eventualmente, a Lei de Bases do Sistema Educativo, caso se pretenda realmente terminar com a questão da monodocência.

O que o Partido Socialista defendeu na altura – e mantém – é o princípio da importância da monodocência. Reconhecemos totalmente esta desigualdade dos horários e do acesso a condições mais favoráveis que o sistema permite entre professores dos diferentes níveis de ensino, principalmente, desde a extinção do regime especial de aposentação. Entendemos que é legítimo que se possa iniciar um processo de negociação coletiva, mas também de auscultação de toda a comunidade escolar, no sentido de aferir qual o melhor caminho para se alcançar um patamar, mesmo que não de total igualdade, mas pelo menos de maior equidade e que vá ao encontro das pretensões dos professores do ensino pré-escolar e do 1º ciclo. No entanto, como já referi – e já na altura foi também referido no âmbito das audições sobre esta Petição - é que este caminho de negociação e auscultação deverá ter por bases dois princípios dos quais não abdicamos: o aluno, enquanto elemento central do sistema educativo regional; e a qualidade da sua aprendizagem.

No entender do Partido Socialista, a monodocência é fundamental, pelo menos ao nível das disciplinas nucleares, para a estabilidade do ensino, para a harmonização na lecionação, para o contato pessoal com a família e encarregados de educação e para o acompanhamento individual do aluno. Sendo estes dois últimos aspetos fundamentais, principalmente nestes níveis de ensino. E, neste sentido, ouvir toda a comunidade educativa e os sindicatos do setor, será primordial para se alcançar uma solução que permita um sistema de ensino mais igual nas condições que oferece aos seus docentes dos diferentes

níveis de ensino, mas que não descure o aspeto primordial do nosso sistema de ensino, o que para o Partido Socialista são, e foram sempre, os nossos alunos.

Muito obrigada Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**\*Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, na pessoa do Professor António Lucas – 1º subscritor desta Petição – que tiveram a iniciativa cívica de trazer a este Parlamento este assunto que diz respeito às condições de trabalho e à carreira dos professores do 1º ciclo.

Os peticionários procuram reivindicar para os docentes do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, neste caso, alterações ao estatuto da carreira docente que garantam condições de igualdade relativamente aos demais colegas dos restantes níveis de ensino básico e secundário.

Defendem os peticionários que estes docentes tenham horários letivos de 22 horas; o acesso das mesmas condições às reduções da componente letiva por antiguidade; e a redução da componente letiva ou gratificação pela titularidade da turma.

Esta exigência como já foi, aliás, amplamente referida nas intervenções anteriores, surge a partir do fim do regime especial de aposentação a que os mesmos tinham direito, ficando, assim, com o *pior de dois mundos*, ou seja, sem o regime de aposentação e sem as mesmas condições dos demais colegas do ensino básico e secundário.

Ao contrário dos restantes docentes, estes encontram-se numa situação de desigualdade por não terem acesso às condições, nomeadamente ao nível da componente letiva, da redução da mesma por antiguidade ou titularidade de turma.

Nesta intervenção não vou repetir os argumentos – até por falta de tempo – que estão muito bem expostos na Petição em questão, os quais foram também explanados nas audições da Comissão de Assuntos Sociais, apenas pretendo dizer que estamos plenamente de acordo com esta reivindicação e com a sua justificação.

De registar, também, os pareceres solicitados pela Comissão de Assuntos Sociais que, na sua vasta maioria, são amplamente favoráveis à Petição em análise.

De referir, ainda, que antes desta Petição chegar aqui a plenário, hoje, na passada Legislatura, o Bloco de Esquerda já tinha apresentado propostas de alteração ao Estatuto da Carreira Docente que vão ao encontro destas reivindicações, em sede da discussão do Plano e Orçamento do ano passado. Essa mesma proposta foi rejeitada e estamos ainda com esta situação por resolver, sem que se faça justiça para com estes docentes.

Efetivamente, o Programa do XIII Governo Regional prevê a revisão do horário dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo do ensino básico, “harmonizando – e estou a citar – a sua componente e não letiva com a dos restantes docentes”.

O que não percebemos é porque se coloca como objetivo o fim da Legislatura para cumprir essa pretensão expressa no Programa do Governo.

Consideramos que este Governo deve aproveitar a negociação em curso com os sindicatos, relativa ao concurso de pessoal docente para também levar a cabo a negociação, com vista a estas alterações propostas pelos peticionários da carreira docente.

Optando o Governo Regional por deixar para *as calendas* esta alteração, obviamente o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda terá a iniciativa de voltar a apresentar no futuro as alterações que já apresentou no passado, as quais não tiveram a aprovação deste Parlamento, mas há que insistir porque

para se conseguir muitas vezes aquilo que é justo, é preciso ter essa persistência. E o Bloco de Esquerda estará cá ao lado dos peticionários e destes docentes para levar a cabo as alterações que reivindicam.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

**\*Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo também por saudar os peticionários, na pessoa do Professor António Lucas, pela iniciativa aqui apresentada.

Trata-se, de facto, duma reivindicação que, em nosso entender, é justa, é assertiva e promove a valorização dos agentes educativos possibilitando, assim, que haja equidade entre todos os docentes – algo que não acontece neste momento.

Nós sabemos que os professores do pré-escolar e do 1º ciclo, têm realmente algumas singularidades no exercício das suas funções. Eles têm, na sua prática, algumas especificidades que estão adstritas às funções desempenhadas, junto duma população muito jovem, estamos a falar de crianças com idades muito precoces e alunos pouco autónomos.

Portanto, trata-se dum trabalho bastante exigente, não só pelo trabalho em si, mas também pela inevitável relação afetiva que se estabelece entre esses profissionais de educação e os alunos, bem como a grande aproximação que há com as famílias, pois o professor titular é quem tem esta função de estar em estreita ligação com as famílias para coordenar todo o trabalho.

De facto, já foi aqui referido por todos e por diversas vezes, que tudo isso surgiu principalmente devido ao fim do regime especial de aposentação que esses profissionais usufruíam. Foi também um dos argumentos apresentados na altura pelo então Secretário Regional da Educação e Cultura que, de certa

forma, utilizou esse argumento justificando que os professores deviam tentar recuperar este benefício que usufruíam antes, tendo referido que foi um problema que aconteceu devido à troika. Ora, não foi isso que aconteceu. Foi, sim, devido à Lei 229/2005 do Governo de Sócrates. Ou seja, houve aqui uma benesse que foi retirada a esses professores, além de que, criou-se esta desigualdade que continua a existir.

Portanto, se de facto houvesse vontade do anterior executivo, talvez já tivéssemos conseguido ultrapassar esta barreira e conseguido negociar para encontrarmos uma forma justa para valorizar estes profissionais.

Esta é uma luta que não é de agora, já dura há cerca de uma década, para a qual nunca conseguiram encontrar uma resposta positiva aos legítimos anseios destes docentes.

Em matéria de educação, nós temos como princípio sempre ouvir todos os intervenientes e realmente – foi aqui levantado pela Sra. Deputada Ana Luis – há dois princípios a respeitar: o aluno e a qualidade das suas aprendizagens. E é óbvio que temos sempre tudo isso em conta, E consideramos que as propostas apresentadas devem sempre constituir-se como meios facilitadores das aprendizagens dos alunos, mas devem igualmente ser vinculadores duma valorização e consequente bem-estar dos docentes. Há aqui um trabalho conjunto – o docente também tem que se sentir valorizado, para conseguir fazer bem o seu trabalho.

Não se está a pôr em causa – na nossa ótica – a monodocência, pois continua a ser este professor quem vai passar mais tempo com os alunos, mas é justo que também tenha os mesmos benefícios do que os seus colegas dos 2º e 3º ciclos e secundário têm. De resto, até já têm essa monodocência coadjuvada, ou seja, os alunos já têm inglês, educação física e algumas disciplinas com outros professores, pelo que julgo que este não é um argumento válido.

Depois, foi referido também pelo Sr. Deputado António Lima que não percebe o porquê se se empurrar isto para o final da Legislatura. Nós não estamos a empurrar para o final, estamos a dizer que é *até ao final*. Ou seja, até ao final, temos aqui 4 anos – pode ser este ano, pode ser no próximo – mas não estamos a dizer que vai ser mesmo no final. De modo que é, de facto, um compromisso que assumimos, aliás, está plasmado no nosso Programa e já foi publicamente referido, aquando da apresentação e discussão do Programa do XIII Governo Regional.

Por isso, temos então o compromisso de, em articulação com as associações sindicais, rever o horário dos professores do ensino pré-escolar e 1º ciclo, equiparando-os ao dos restantes docentes.

Este foi um compromisso – como disse – por nós assumido e estaremos aqui para garantir que seja efetivamente cumprido. Ou seja, é uma garantia que até ao final desta Legislatura, esta será uma mudança visível porque, ao contrário do que se passou no passado, temos esta vontade de mudar e de garantir equidade para todos os professores.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A verdade é que se trata de uma situação de discriminação em relação aos educadores de infância e professores do 1º ciclo, porque desempenhando as mesmas funções – e se querem a minha opinião como professor – numa fase absolutamente essencial, se encontram discriminados em relação aos seus colegas de trabalho do ensino básico e secundário.

A verdade é que, da parte do Partido Socialista, nunca existiu nenhuma abertura para a revisão desta situação, para que a mesma pudesse ser alterada. Aliás,

como bem referiu o CDS/PP na sua intervenção, o Sr. Secretário da Educação e o Governo do Partido Socialista – demonstraram total falta de abertura relativamente à revisão deste processo.

A questão que aqui colocou a Sra. Deputada Ana Luis foi colocar-se ao lado da questão da monodocência e considerar que se trata duma questão que beneficia o aluno e, portanto, o fim da monodocência, ou a diminuição do horário letivo dos professores do 1º ciclo e dos educadores de infância, prejudicaria o sistema e os alunos.

Ora, isto é falso, porque a monodocência é um sistema herdado do estado novo e, do ponto de vista pedagógico, não está provado – aliás é até muito contestado e é também a minha opinião – que significa uma vantagem para o aluno do 1º ciclo e na educação de infância que tenha sempre o mesmo professor. Aliás, na prática, o que tem vindo a suceder, quer em Portugal quer nos restantes países europeus, é que este regime (monodocência) já não existe na prática, porque o trabalho letivo tem vindo a ser feito, no âmbito do 1º ciclo e muito bem, com professores de educação física, professores de inglês e de outras áreas que têm vindo a enriquecer o trabalho dos alunos. E, portanto, passa-se exatamente o contrário. Ter uma perspetiva diferente em relação a esta matéria, e acrescentar mais valências no âmbito do 1º ciclo, é uma vantagem para os alunos e para as famílias e não uma desvantagem.

O que eu pergunto é: estando outro professor a lecionar a matéria de inglês, estando outro a lecionar educação física, porque é que o professor tem que estar presente na sala de aula? Que vantagem é que isso significa, assim tão transcendental, que possa prejudicar os alunos e as famílias e justifique a discriminação a que estes professores estão atualmente a sofrer?

Como é evidente, não há nenhuma vantagem. A vantagem está, sim, em dar aos alunos e às turmas do 1º ciclo o contributo de - cada vez mais professores e

mais áreas - poderem ser ministradas de forma autónoma e podem enriquecer a aprendizagem dos alunos.

Também do ponto de vista financeiro, não se coloca a questão, porque esta redução não irá implicar o aumento da contratação de professores do 1º ciclo, uma vez que os professores das restantes áreas garantem que os alunos continuam a ter o mesmo horário e que não irá existir redução no horário dos alunos (do 1º ciclo) e que não é necessário contratar mais professores para o mesmo. Portanto, essa é também uma falsa questão.

O que existe aqui é uma injustiça, dado que estes profissionais tinham de facto oportunidade e usufruíam de um regime especial de aposentação e deixaram de o ter, mantendo-se numa situação em que prestam mais horas, não têm redução pela idade, e eu pergunto, qual é então a justificação?

Por exemplo, eu próprio que sou professor do ensino secundário, a partir dos 50 anos tive uma redução de 2 horas no meu horário letivo; porque é que os docentes do 1º ciclo não têm direito também de usufruir da mesma redução na componente letiva? É uma injustiça. Aos 55 anos irá acontecer a mesma e, portanto, estes professores ficam colocados numa situação de uma injustiça tremenda no âmbito do sistema educativo. E, repito, a manutenção desta injustiça, desta desigualdade, não traz nenhuma vantagem nem para os alunos nem para os docentes.

Devo dizer, também, que as afirmações aqui produzidas pelo Bloco de Esquerda são, mais uma vez, absolutamente descabidas. Segundo ele, teríamos que calendarizar as medidas que contemplamos no nosso programa mês a mês ou dia a dia. Eu lembro que os senhores viabilizaram programas do Governo, sem que essa calendarização constasse dos programas do Governo da República. E, portanto, o que os senhores dizem “bom, nós dizemos que vamos fazer isto, que vamos acabar com esta injustiça” - isto é absolutamente histórico. Nenhum governo regional anterior, desde que a questão foi criada, se

comprometeu com esta matéria. E a verdade é que este Governo se comprometeu a acabar com esta injustiça. E era isso que o Sr. Deputado deveria valorizar, se tivesse feito uma análise séria. Mas não. Novamente o que faz aqui é criar um problema onde ele não existe, porque há um compromisso do Governo para implementar esta medida. E isso vai ser feito o mais rapidamente possível.

V. Ex<sup>a</sup>. exige aquilo que não cumpre!

**Presidente:** Peço-lhe que termine Sr. Deputado.

**O Orador:** O senhor viabiliza programas do governo, nomeadamente do Governo da República – em que o senhor é parceiro do Partido Socialista e do Partido Comunista, os senhores têm uma maioria de esquerda – em que não estabelece calendarizações. Por isso, não pode estar a exigir aos outros aquilo que V. Ex<sup>a</sup>. não faz.

Termino, Sr. Presidente, com a seguinte afirmação: parece-me muito negativo que o Bloco de Esquerda faça sempre – isto foi assinado e foi uma reivindicação de professores de diferentes setores que são independentes ou que têm outras simpatias partidárias – a mesma coisa, no âmbito das petições, ou seja, utilizar as petições duma forma partidária e para fazer guerrilha partidária. E as pessoas sentem-se utilizadas, sejam os professores sejam outros peticionários, porque há sempre uma tentativa constante de instrumentalização por parte do Bloco de Esquerda em relação aos peticionários.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria enaltecer o ato de cidadania, de resto as petições têm esta vantagem; são feitas (normalmente) por aqueles que melhor conhecem os

processos. E cabe-nos as auscultações – ouvir – pensar e ajudar a resolver os problemas dos que no terreno os sentem. Por isso, o ato de cidadania é sempre de realçar e de enaltecer.

O Partido Socialista não resiste a olhar o passado para arranjar bodes expiatórios ou, como ouvi uma vez num tribunal, *bodes respiratórios* – para desanuviar um pouco!

Mas olha um passado como uma barreira – a barreira da entrada da troika e a barreira do poder de Passos e de Portas!

Tudo é culpa do Governo de Passos e Portas!

Como se o Governo de Passos e Portas e a entrada da troika em Portugal não tivessem a ver com o **descalabro** económico, social e financeiro em que o Partido Socialista deixou o País até à necessária entrada da troika em Portugal!

Sra. Deputada Andreia Cardoso Costa, é melhor que não olhe muito para trás! Mas se olhar, que olhe com *olhos de ver* mais um pouco atrás do que aquilo que a senhora tem olhado.

O PS não resiste a essas referências. Da mesma maneira que, num passado já bastante longínquo, elegeu a educação como uma paixão – a paixão, primeiro!

Ora, eu não me cansarei de dizer que é pela educação que vamos vencer e é a única via de vencermos o principal desiderato que temos para vencer nos Açores: diminuir os níveis de pobreza.

Cedo – muito cedo – deixamos os nossos filhos na mão dos profissionais do pré-escolar principalmente. Muito cedo mesmo. Eu diria até que, até aos 30 anos de idade, passarão mais tempo com os profissionais da educação, do que passam connosco em casa.

A classe docente – essa mesma a quem nós legamos a responsabilidade de formar os nossos filhos – tem sido ao longo dos últimos anos, altamente prejudicada de várias formas. Não só pela perda de rendimento (toda a classe

média foi), não só pelo excesso de trabalho que lhe foi dado, mas também por este tipo de injustiças que as *afinações do sistema* vão provocando.

Ninguém se lembrou que não era por acaso que os profissionais do ensino pré-escolar e 1º ciclo tinham uma reforma ligeiramente mais cedo. do que os outros profissionais; precisamente porque trabalhavam mais 3 horas de tempos letivos por dia. Afinou-se dum lado, esqueceu-se de afinar o outro lado, criando injustiças. Normalmente, é assim quando é mal feito.

Portanto, uma última palavra para deixar à Câmara e ao Governo Regional que terá de resolver esse assunto, ou seja, que olhemos todos com coragem para esse processo; olhemos com coragem para a questão da educação; olhemos todos com coragem para as questões que, neste momento, os professores **ainda** atravessam, o que é dramático com o ensino à distância. Nós não temos noção – só quem tem filhos em casa em idade escolar é que percebe – do esforço que está sendo feito do outro lado do computador, para manter as crianças concentradas e a fazerem aquilo que é preciso fazer. Portanto, olhemos todos para esse processo, para fazermos do nosso regime e do nosso sistema de educação um sistema que, de facto, potencie o elevador social que tanto é necessário fazer nos Açores - se olharmos um pouco atrás para os números pré-covid.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, damos por encerrada a apreciação desta Petição.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente? Só para um esclarecimento.

**Presidente:** Diga se faz favor.

**Deputado Nuno Barata (IL):** É que eu referi-me à Sra. Deputada Andreia Costa, quando deveria ter dito Ana Luis. Peço perdão.

**Presidente:** Sim senhor. Todos percebemos. Muito obrigado Sr. Deputado.

Avançamos para o ponto 17 da nossa Agenda, Petição n.º 51/XI – “Proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar, Ensinos básicos e Secundário da Região Autónoma dos Açores”, apresentada por Professores Contratados nas Escolas da Rede Pública da RAA, na qualidade de primeiros subscritores.

Para a apresentação do Relatório desta Petição, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Sra. Deputada Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

**COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS  
SOCIAIS  
RELATÓRIO E PARECER**

**Petição n.º 51/XII**

**“Proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente  
da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região  
Autónoma dos Açores”**

**14 DE JANEIRO DE 2021**

**INTRODUÇÃO**

A 3 de junho de 2020 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 51/XI, intitulada “Proposta de alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da

Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 1.540 (mil quinhentas e quarenta) assinaturas, tendo como signatários os Professores Contratados nas Escolas da Rede Pública da Região Autónoma dos Açores, representados por cinco peticionários.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

### **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

### **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários, em sede de exposição de motivos, referem que “a presente petição tem como principal objetivo o aumento da estabilidade dos docentes de quadro da Região Autónoma dos Açores e a empregabilidade dos docentes que ano após ano lecionam nas escolas públicas da Região.

Ao abrigo do artigo 52.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, do artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, e dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os peticionários solicitam à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a análise da proposta anexa, que visa a alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 2/2013/A, de 22 de abril, e 2/2017/A, de 11 de abril”.

### **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição dos peticionários e da Secretária Regional da Educação, bem como solicitar parecer escrito às

Assembleias de Escola da Região Autónoma dos Açores e aos Sindicatos de Professores dos Açores.

A audição dos peticionários ocorreu no dia 2 de julho de 2020.

A audição da Secretária Regional da Educação ocorreu no dia 14 de janeiro de 2021, em Ponta Delgada.

• **Audição dos peticionários:**

As peticionárias, professoras Ana Feijó e Natália Silva, iniciaram a sua exposição explicando os motivos que as levaram à apresentação da petição. Ambas são contratadas, não tendo, até ao momento, conseguido efetivar, apesar de estarem numa situação de contratação sucessiva há quinze anos. As mesmas referem que servem para colmatar necessidades permanentes e que estão sempre disponíveis a servir o Ensino Público Regional, insurgindo-se contra o facto de, no concurso externo, serem confrontadas com a entrada de colegas que, efetivamente, não estão a servir o Ensino Público Regional, por se encontrarem a lecionar escolas privadas, colégios, em IPSS e em escolas profissionais. Assim, as peticionárias alegam que se deverá proceder à alteração do Regulamento do Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, de modo a corrigir o que, no seu entender, são situações de injustiça. Em traços gerais, a maior reivindicação das peticionárias é garantir que os docentes que lecionam fora do Sistema Educativo Regional não concorram em circunstâncias de igualdade com aqueles que têm trabalhado sucessivamente no referido Sistema.

Feita esta apresentação, foram questionadas pelos deputados que integram a Comissão de Assuntos Sociais acerca de diversos pontos que propunham na petição apresentada. Interveio, então, a deputada Catarina Cabeceiras que começou por referir que a estabilidade da classe docente é importante para toda

a comunidade escolar, em geral e para o bem dos alunos, em particular. Seguidamente, perguntou se as peticionárias tinham noção de quantos professores, a nível da Região, estariam naquela situação, ou seja, há 15 anos contratados e sem conseguir qualquer tipo de estabilidade em termos profissionais. Perguntou, ainda, se existiam muitos professores que eram contratados consecutivamente para as mesmas escolas, ou seja, para o mesmo objetivo.

Em resposta às questões, as peticionárias referiram que não conseguiam precisar o número de professores na mesma situação, mas que seriam na ordem das três centenas e que nem sempre a vaga na mesma escola era preenchida pelo mesmo professor, ano após ano, em contrato.

Seguiu-se a intervenção da deputada Sónia Nicolau que concordou ser perfeitamente legítima a necessidade da aspiração pelo lugar de quadro. Porém, disse haver uma série de questões levantadas na petição que, no seu entender, não faziam sentido.

Neste seguimento, salientou que:

- a última discussão em torno da alteração do Regulamento do Concurso de Pessoal Docente aconteceu em 2017 e a proposta então apresentada obteve parecer positivo de ambos os sindicatos, sendo que estas reivindicações das peticionárias agora expostas nunca foram colocadas;
- a proposta apresentada na petição retira a possibilidade de concorrerem na primeira prioridade os professores que estão fora do Sistema Educativo Regional, que integram o sistema privado e as IPSS, o que vai contra uma pretensão muito exigida - a integração de todos os professores com iguais direitos, sem haver esta distinção;
- a afetação dentro do quadro é destinada, em primeira instância, aos docentes que estão na Região Autónoma dos Açores e só depois os colegas de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira;

- a prioridade para o concurso de afetação às professoras que estão grávidas ou os professores que tenham filhos até aos 12 meses foi retirada;
- uma substituição temporária é válida pelo tempo em que a substituição é necessária, pelo que não tem necessariamente de ser até ao final do ano letivo, como é proposto na petição.

As peticionárias defenderam as suas propostas referindo, de modo geral, que as mesmas visam proteger a posição dos professores contratados, pois são estes que mais sofrem com as leis vigentes.

Por último, interveio a deputada Maria João Carreiro saudando as presentes pela iniciativa, pois entende-se que “...num Estado pleno de direito, em que se impõe a abertura da participação dos cidadãos nas tomadas de decisão quanto à definição de políticas públicas, a presente Petição assume particular relevância.”. A mesma refere que qualquer alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente é sempre sensível e muito complexa, porque há sempre quem entenda e reivindique que ficou de fora, que está excluído. Nesse seguimento, a deputada deu nota que partilha de algumas questões levantadas pela colega Sónia Nicolau, tendo frisado, em particular, os últimos dois pontos explanados pela deputada do PS.

### **Audição da Secretária Regional da Educação:**

A Secretária Regional da Educação, Sofia Ribeiro, começou por referir que há que ter em conta dois aspetos na petição em análise, nomeadamente o objeto da mesma e os procedimentos propostos. Nesse seguimento, explicou que é válido e pertinente o que motivou a petição, mas que a forma proposta para atingir o objetivo das peticionárias não é a adequada. Por tal, anunciou que o Governo Regional está solidário com a pretensão das peticionárias, que é, no fundo, partilhada por todos os docentes que se encontram em situação de precariedade

laboral, devido às contratações sucessivas de que são alvo. Por este motivo, a responsável pela pasta da Educação declarou que a Secretária Regional da Educação apresentou aos sindicatos de professores, para discussão coletiva, uma proposta de Decreto Legislativo Regional que visa alterar o Regulamento do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário da Região Autónoma dos Açores, de modo a pôr termo à contratação sucessiva de professores, já com efeitos a partir do próximo ano letivo.

No seguimento da auscultação da Secretária Regional da Educação, interveio a deputada Catarina Cabeceiras que manifestou o seu contentamento pela célere resposta e resolução de um problema que se arrasta há muito. A concordar com esta visão, interveio, também, o deputado Rui Espínola congratulando, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a medida proposta que cumpre com uma promessa eleitoral e responde às expetativas de muitos professores.

De seguida, foi a vez do deputado Rodolfo Franca intervir para questionar à titular da pasta da Educação se os contratos em regime de substituição temporária, desde que iniciados antes das atividades letivas e tendo o seu fim a 31 de agosto, seriam considerados anuais. Em resposta à sua questão, a Secretária Regional da Educação referiu que este era, de facto, o seu intuito.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu os seguintes pareceres por escrito:

- Assembleia de Escola da Escola Secundária Manuel de Arriaga;
- Assembleia de Escola da Escola Secundária da Lagoa;
- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada de Lagoa;
- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada da Maia;
- Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária da Graciosa;
- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada de Ribeira Grande;
- Assembleia de Escola da Escola Secundária das Laranjeiras;

- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe;
- Assembleia de Escola da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade;
- Assembleia de Escola da Escola Secundária Antero de Quental;
- Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária do Nordeste;
- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada da Horta;
- Assembleia de Escola da Escola Secundária Domingos Rebelo;
- Assembleia de Escola da Escola Básica de Água de Pau;
- Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária da Calheta;
- Assembleia de Escola da Escola Básica Integrada de Arrifes;
- Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária da Povoação;
- Assembleia de Escola da Escola Básica e Secundária de Tomás de Borba;
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- Sindicato dos Professores da Região Açores.

### **CONCLUSÕES E PARECER**

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

5. Considerando que a presente petição foi subscrita por 1.540 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
6. A Comissão de Assuntos Sociais subscreve, numa primeira análise, os fundamentos da proposta apresentada na petição em análise, nomeadamente o problema da precariedade na classe docente. Deste modo, e apesar de muito recente, com publicação oficial cumprida em abril de 2017, fará todo o sentido voltar a pensar em nova reformulação ao regulamento do concurso do pessoal docente, perseguindo critérios

cada vez mais eficazes de fixação de docentes nas escolas da Região Autónoma dos Açores (RAA).

7. As propostas dos peticionários são apresentadas de um modo muito confuso e pouco claras. Para além do referido, em determinados pontos, não respeitam os princípios de equidade, criando, assim, situações discriminatórias, como aquelas que, a título de exemplo, abaixo se apresentam e que foram referidas pelo Grupo Parlamentar do PS:

- a. o incremento de barreiras e de dificuldades em permitir que um docente com formação e/ou lecionação no continente português possa, por interesse próprio, passar a integrar a rede de docentes efetivos para a lecionação na RAA, no caso de concurso externo de provimento;
- b. a diferenciação entre o docente a lecionar na escola da rede pública e o docente a lecionar em escola de ensino particular e cooperativo.
- c. a exclusão, no procedimento concursal interno de afetação, das prioridades à “docente do quadro que se encontre grávida” e ao “docente do quadro de escola com filhos a seu cargo com idade até 12 meses”.

8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como à Secretária Regional da Educação.

Ponta Delgada, 18 de janeiro de 2021.

A Relatora  
(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente  
(J. Joaquim F. Machado)

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Mais inscrições?

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, da parte do Partido Social Democrata gostaria de inscrever o Sr. Deputado Rui Espínola.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Rui Espínola.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Está inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, da parte do CHEGA, gostaria de me inscrever a mim próprio.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Nuno Barata, Sr. Presidente, se faz favor.

**Presidente:** Está inscrito Sr. Deputado Nuno Barata.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente para me inscrever se faz favor.

**Presidente:** Está inscrito Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra para uma intervenção, no âmbito desta Petição, o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

**\*Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente (bem haja de saúde!), Sras. e Srs. membros do Governo:

Em apreciação à Petição em apreço o Grupo Parlamentar do PS, manifesta, desde logo, a sua posição de que faz todo o sentido repensar uma reformulação ao Regulamento do Concurso de Pessoal Docente, apesar de muito recentemente, estar perseguindo critérios cada vez mais eficazes de fixação de docentes nas escolas da Região Autónoma dos Açores. Não obstante, as propostas dos peticionários relativas à alteração dos atuais critérios de prioridade, desde logo, e a nossa ver, são apresentadas de um modo algo confuso e pouco claras.

Clarificado, no que toca às propostas dos peticionários de alteração ao concurso externo de provimento, há a destacar essencialmente duas situações para que um candidato se apresente como elegível na primeira prioridade; há um incremento no que respeita ao tempo mínimo de serviço docente cumprido na RAA, acrescentando a exigência de 1 ano ao estágio profissionalizante na Região e, por outro lado, passando de 3 para 6 anos o tempo mínimo de serviço prestado em escola da Região; e um ignorar de uma paridade do serviço docente cumprido numa escola da rede pública da RAA, em oposição ao cumprido em escola particular cooperativa e solidária.

Quanto a isto dizemos, então, que fazendo inclusivamente jurisprudência, a inconstitucionalidade de priorização de candidatos em concursos públicos, tendo por base locais de nascimento ou residência, não vislumbramos, ainda assim, benefício em acrescentar tempo de serviço ao mínimo já exigível para o enquadramento na primeira prioridade do concurso, visto que apenas percebemos uma evidente consequência – a nossa ver negativa – de eventual decisão; o incremento de barreiras e de dificuldades em permitir que um docente com formação e lecionação no continente português possa, por

interesse próprio, passar a integrar a rede de docentes efetivos para a lecionação na RAA. Não se excluindo, de entre eles, a eventual existência de nascidos nos Açores, com interesse em regressar à sua terra natal.

Por outro lado, e relativamente ainda às propostas de alteração para o concurso externo de provimento, não poderemos concordar com o princípio de se propor qualquer espécie de discriminação entre o docentes a lecionar na escola da rede pública e o docente a lecionar em escola particular, cooperativa e solidária.

No que concerne, agora, às sugestões de alteração dos peticionários para o procedimento concursal interno de afetação, classificamos de alguma insensibilidade a exclusão das suas prioridades, à docente do quadro que se encontre grávida e ao docente do quadro de escola com filhos a seu cargo, com idade até 12 meses.

De realçar, ainda, a nova discriminação – esta agora entre docentes que pertençam já aos quadros da RAA – em detrimento dos pertencentes aos quadros de Portugal continental e aos quadros da Região Autónoma da Madeira.

Quanto às propostas de alteração ao concurso de contratação a termos resolutivo, temos a destacar na sua essência, duas preocupações evidenciadas pelos peticionários:

- a) Dar seguimento à lógica de prioridades sugerida para o concurso externo;
- b) B) desmultiplicar por mais critérios, com acrescida discriminação entre pares.

Com nenhuma delas nos identificamos, como será evidente.

Quanto às sugestões finais de análise, apenas nos aprez dizer, o seguinte, relativamente ao ponto 1: o caminho atualmente trilhada para a área da educação moral e religiosa, parece-nos o mais correto, na salvaguarda dos interesses da Região fazendo com que, progressivamente, se aproxime de um tratamento concursal em tudo semelhante, mais especificamente o dos docentes

pertencentes ao grupo 290, de todos os outros pertencentes a todos os outros grupos de recrutamento.

Relativamente ao ponto 2, quanto à proposta dos regressados do continente na primeira prioridade do concurso externo de provimento retornarem à segunda prioridade pelo facto de terem lecionado fora da Região por 2 anos ou mais, não poderá – para nós – ser aceitável a intenção de dificultar o regresso à Região dos docentes, a isso interessados, e que até nela possuem já tempo de serviço.

Em relação á última proposta em análise – o ponto 3 – importará destacar o seguinte, quanto ao nosso entendimento da questão: a contratação de um docente para substituição temporária não poderá, à partida, ser entendida como de horário anual; precisamente pela natureza de uma situação de *previsibilidade de necessidade de características temporárias*; no entanto, se o início do contrato anteceder as atividades letivas e não for interrompido até 31 de agosto, deverá ser considerado anual, desde que ininterruptamente renovado até ao final do ano escolar, exceto para efeitos remuneratórios.

A título de reflexão final, a nosso ver, as propostas aqui apresentadas pelos peticionários não conseguem resolver a questão da instabilidade profissional e pessoal, nem na dotação das escolas da rede educativa da RAA, de docentes mais qualificados e experientes, não valorizando o saber acumulado de muitos dos profissionais que prestam, ou pretendem, prestar serviço no sistema regional de ensino.

De sublinhar, ainda, a incontornável opinião de que qualquer alteração ao Regulamento não poderá nunca dispensar uma discussão pública alargada.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PS-Açores manifesta-se desfavorável relativamente à generalidade da Petição em apreciação.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

**\*Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata gostaria, primeiramente, de saudar os peticionários que apresentam esta Petição referente à alteração ao “Regulamento do Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos básico e secundário da RAA”.

Trata-se duma Petição que manifesta a preocupação com o aumento da estabilidade dos docentes na RAA, com particular destaque para a empregabilidade e estabilidade dos docentes contratados sucessivamente, muitos que têm lecionado em várias unidades orgânicas das 9 ilhas dos Açores. É uma Petição que manifesta, também, uma preocupação com a garantia que os docentes que lecionam fora do sistema educativo regional não concorram em circunstâncias de igualdade com aqueles que têm trabalhado sucessivamente no sistema regional.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que os peticionários apresentam preocupações válidas, legítimas e que correspondem a uma preocupação de uma parte substancial da classe docente e também deste Grupo Parlamentar.

Discordando da forma proposta, a verdade é que esta Petição evidencia a preocupação com o combate à precariedade na classe docente que é também uma preocupação do PSD e do Governo Regional, embora entendamos que decisões nesta matéria se devem sempre pautar pelos princípios de igualdade e de equidade.

Como é do conhecimento público, está em curso – por iniciativa do Governo Regional – um processo negocial com as associações sindicais da classe docente para alteração do Regulamento do Concurso do Pessoal Docente.

Desde logo, trata-se de uma atitude corajosa, positiva e que marca uma diferença substancial em relação aos governos anteriores.

Este Governo tomou a iniciativa para resolver o problema, apresentou propostas e está, neste momento, a consensualizá-las com as organizações sindicais.

Está, também, no fundo, a responder às preocupações destes peticionários e a cumprir o que se encontra plasmado no programa do Governo.

Estamos, portanto, perante uma iniciativa que procura pôr termo à precariedade laboral dos docentes; permitir-lhes estabilidade familiar, social e económica que é, igualmente, a preocupação destes peticionários.

Não deixa de ser o cumprimento de uma diretiva europeia, que já foi aplicada em Portugal continental e na Madeira, mas que, nos Açores, as governações socialistas sempre rejeitaram aplicar *empurrando com a barriga pra frente*.

Representa uma boa notícia para todos os professores contratados que cumpram os critérios estabelecidos e que vai de encontro às preocupações destes peticionários que a esta Assembleia se dirigiram.

Por isso, o PSD felicita os peticionários por este ato cívico e congratula o Governo Regional dos Açores pela coragem de assumir o cumprimento da diretiva europeia para a limitação sucessiva de professores contratados, aguardando com expectativa a negociação e a apreciação final da proposta que será remetida a esta Assembleia Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**\*Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, como não pode deixar de ser, queremos saudar os peticionários pela apresentação desta Petição que propõe a alteração ao Regulamento do Concurso de Pessoal Docente da Região, com vista a ultrapassar a questão da precariedade com que muitos professores vivem, chegando a ter mesmo professores com 15 anos de contratos sucessivos e, em particular, cumprimentar

também as Professoras Ana Feijó e Natália Silva, como primeiras peticionárias, que também se encontram nesta situação de precariedade com contratação sucessiva.

A verdade é que já não é primeira vez que discutimos este assunto. Ainda na anterior Legislatura tivemos – que me recorde – uma petição com este objeto, sendo que nesta situação e na Petição em concreto, dizer que realmente partilhamos este objeto, esta preocupação e esta necessidade de se ultrapassar a questão de contratação sucessiva dos professores, para que seja também criada outra estabilidade na classe docente; e, como tal, é importante para toda a comunidade escolar em geral e, em especial, para os alunos, que acompanhem estas preocupações. Efetivamente, quanto aos procedimentos que são apresentados, alguns são geradores de algumas situações discriminatórias e, como tal, é necessário aflorar de outra forma, para que também não se criem situações discriminatórias. E temos a plena consciência de que a alteração do Regulamento do Pessoal Docente é sempre algo que é sensível e complexo, por isso, é necessário ter uma atenção especial.

Dizer, ainda, que quanto a esta matéria, existe uma diretiva europeia em que já estava previsto o combate do excessivo regime de contratação sucessiva, a qual foi transposta a nível nacional, o que não aconteceu na Região e, como tal, esta situação tem-se arrastado ao longo dos anos.

Com este novo Governo existiu certamente uma mudança de paradigma, desde logo, no seu Programa, aonde já está previsto apresentar iniciativas legislativas para limitar esta contratação sucessiva dos docentes e ultrapassar a questão da precariedade, tendo sido até anunciado (durante os trabalhos de Comissão) o início deste processo com a negociação com os sindicatos.

Sabemos que esta é uma situação – como já disse – sensível, em que é necessário tentar abordar esta questão com maior dinâmica quanto a toda a componente escolar, para que exista um entendimento e melhorias. Certamente

que o documento que foi entregue será sujeito com base nesta negociação e, claro, a abertura que foi dada pela própria Secretária da Educação quanto à necessidade de haver uma abertura e uma negociação e este documento ser melhorado. Sabemos que existem algumas situações que muitas vezes são difíceis de enquadrar. Sabemos que em matérias como esta, cada professor é quase uma situação em particular e que é difícil de enquadrar todas as situações, mas acreditamos que com espírito de diálogo e de abertura demonstrados pela Sra. Secretária, será enquadrado da melhor forma, de modo a enquadrar o máximo de situações.

Acho que o essencial a dizer é que realmente estamos perante uma mudança de paradigma, em que o primeiro passo já foi dado, no sentido de ultrapassar esta estã. É certo que estas Petições têm também este sentido – e é isso que os peticionários pretendem também quando as apresentam – de resolver as diversas situações. Por isso, é de salientar esta mudança de paradigma, na tentativa de ultrapassar esta situação, daí já se ter iniciado o processo de negociação com os sindicatos que representam esta classe.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**\*Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, saudar todas e todos peticionários que, sobre esta matéria, trazem à Assembleia assuntos relativos aos concursos de pessoal docente, nomeadamente neste caso, relativos à contratação sucessiva.

Esta Petição contra o abuso da contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores traz, mais uma vez, a esta Assembleia o tema da precariedade laboral, mais especificamente da precariedade dos professores nesta Região.

Os problemas que os peticionários levantam são reais e já foram variadíssimas vezes debatidos neste Parlamento.

A contratação sucessiva, sem a existência de um vínculo laboral estável, traz uma enorme instabilidade à vida de largas centenas de professores da Região, por não saberem – ano após ano – em que escola irão trabalhar, em que ilha, ou até, se irão trabalhar de todo.

Este problema agrava-se quando se arrasta, durante anos e anos, sem fim à vista.

É, por isso, normal que as listas de colocação de professores, na grande maioria dos grupos de recrutamento, neste momento, estejam vazias. É cada vez mais difícil contratar professores e será cada vez mais difícil fazê-lo no futuro. E essa dificuldade tem duas razões de fundo: uma é a precariedade que se vive na classe docentes a nível dos professores contratados; e outra, é naturalmente a falta de planeamento na formação de professores.

No que diz respeito à precariedade, muitos professores contratados que lecionavam aqui, já abandonaram a Região, indo para o continente, ou até para a Madeira, onde têm possibilidades mais certas de integrar o quadro.

Eu recordo que no continente e na Região Autónoma da Madeira, há muito que a contratação sucessiva está limitada, sendo que após 3 anos de contrato, há a abertura de vaga em quadro de zona.

Poder-se-á dizer que a solução adotada (e na Madeira) apresenta problemas, É certo que ela não é perfeita, mas o que é facto também é que o que vigora nos Açores, é um desrespeito total pela Lei Geral e, acima de tudo, um desrespeito por quem trabalha, com consequências graves, como se está a ver para o sistema educativo regional a prazo.

Assim se vê, claramente, como um problema aparentemente do foro laboral, torna-se num problema do sistema educativo como um todo.

Por várias vezes o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou propostas de limitação à contratação sucessiva, de modo a que os professores contratados sejam integrados em quadros existentes, após 3 anos. Pelo mesmo número de vezes as propostas foram rejeitadas pela maioria. No entanto, e apesar de acompanharmos as preocupações dos peticionários, não podemos acompanhar muitas das soluções que apresentam. Por um lado, porque não garantem a reciprocidade Açores-Continente-Açores, ou seja, a mobilidade entre administrações (regionais e nacionais) e, por outro lado, porque podem gerar injustiças, nomeadamente as chamadas *ultrapassagens* e, finalmente, porque poderão ocorrer até inconstitucionalidades devido à priorização com base em critérios como o local de nascimento ou residência.

Sabemos que, neste momento, decorrem negociações entre o Governo Regional e os Sindicatos de Professores sobre esta mesma matéria. É do nosso conhecimento que a proposta inicial – embora ainda não tenha chegado ao Parlamento – que o Governo apresentou não responde de forma alguma da melhor forma ao problema da precariedade docentes.

Esperamos, obviamente, no entanto, que do processo negociação coletiva em curso, possa surgir uma proposta que melhore o Regulamento de Concursos, pondo fim a este abuso da contratação sem sim.

No entanto, caso a proposta do Regulamento que chegue a este Parlamento não responda ao problema em causa, o Bloco de Esquerda cá estará para lutar por uma melhor solução, apresentando as propostas de alteração que vão de encontro àquela que consideramos ser a melhor solução para o problema.

E, sim, o Bloco de Esquerda acompanha as petições que entende e, quando concorda, apresenta as propostas que os peticionários exigem – Sr. Deputado Paulo Estêvão. A isso chama-se acompanhar os cidadãos nas suas reivindicações.

Deixe-me dizer com toda a sinceridade – Sr. Deputado Paulo Estêvão – que isso não significa partidarizar as petições e, muito menos, qualquer tipo de aproveitamento político.

Parece que o Sr. Deputado tem alguma amnésia seletiva até – deixe-me dizê-lo! – porque já se esqueceu quando estivemos os dois, lado a lado, ali em frente ao Palácio de Sant’Ana, ao lado de trabalhadores das escolas que reivindicavam a sua integração nos quadros. Certamente que o Sr. Deputado se lembra, pois não foi assim há tanto tempo.

O Sr. Deputado até disse em Plenário que foi quem organizou a manifestação. E, nessa altura, não me recordo de alguém (ou até o Sr. Deputado) ter estado preocupado com a questão da partidarização dessa luta. E já sei – Sr. Deputado – que a seguir virá em modo *carro vassoura* criticar a minha intervenção. Mas devo-lhe dizer que me sinto honrado por ter tanta atenção do PPM, um partido que é parte do Governo e do líder de um partido que é parte do Governo.

Deixe-me que lhe diga, alguma coisa o Bloco de Esquerda deve estar a fazer bem para ter tanta atenção de um partido tão importante!

Muito obrigado Sr. Presidente.

*(Aplausos da Deputada do BE Alexandra Manes)*

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**\*Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA-Açores compreende e felicita a iniciativa de Petição dos peticionários que a levaram a efeito.

Com efeito, percebemos a realidade dos professores na Região. Percebemos que os anteriores governos pouco ou nada fizeram na tentativa de resolver este

problema que se arrasta há muito tempo na carreira dos professores na Região. E temos a consciência que há professores que arrastam por tempo indeterminado aquilo que é o seu projeto de vida, pelo facto de não terem colocações efetivas, pelo facto de não terem uma fixação numa determinada zona que lhes permita construir o seu projeto de vida.

Esperemos que este novo Governo que, ao que parece já deu sinais de sensibilidade perante esse problema, apresente uma proposta capaz de resolver esse grave problema. É que a falta de condições de fixação dos professores é um problema – como já referi – causa transtornos à vida dos profissionais do ensino, mas também aos alunos, porque não havendo uma carreira fixa, não havendo um contato permanente, quotidiano e consecutivo com os alunos, prejudica também a qualidade do ensino.

Portanto, e embora percebendo a Petição que aqui é apresentada, revemos nela alguns critérios que - parece-nos – possam roçar a inconstitucionalidade, nomeadamente a questão da fixação de professores, locais ou não locais, com serviço prestado cá ou que venham de fora. Portanto, essa é uma matéria que deverá ser discutida, porque provar-se as possíveis inconstitucionalidades que essa proposta possa apresentar, isso será um entrave à sua colocação em prática e poderá até, no limite...

*(interferências na gravação)*

Portanto, entendemos por bem o momento será de aguardar pela proposta deste novo Governo relativamente à regularização da carreira profissional desses professores e, no seguimento disso, se for caso, terá que se arranjar uma solução que seja compatível.

Resumindo, achamos que o momento é de aguardar pela posição do novo Governo Regional relativamente ao assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para enaltecer o ato de cidadania, apesar desta Petição encerrar algumas preocupações das quais não partilho particularmente.

O que é facto é que os concursos do pessoal docente, ao longo dos últimos anos - já vem do século passado e nós já vamos com 20 anos deste século – têm sucessivamente trazido problemas à tona da água; problemas com as famílias, com os próprios professores e tem sido difícil uniformizar e resolver a contento e sem criar mais injustiças (do que resolver injustiças), este monte de questões que ainda permanecem pendentes com a colocação de professores e com a carreira de pessoal docente.

O Estado não pode incumprir com os seus naquilo que exige aos privados, e noutros setores que cumprem. Ou seja, a Lei Geral Laboral obrigada à integração nos quadros das empresas de pessoas com mais de 3 anos de serviço. E, no caso dos professores, nós levámos anos com regimes de precariedade, com alterações legislativas, com alterações de sistemas de colocação e também com alterações de regras a meio do jogo. Ora isto não pode acontecer. Mesmo com o resultado desta Petição e com aquilo que está em cima da mesa no projeto de legislação transmitido pela Sra. Secretária na Comissão de Assuntos Sociais, é que a alteração de regras, agora a meio do jogo, possa prejudicar alguns docentes – como disse o Sr. Deputado António Lima, e bem, é preciso ter em conta as questões das ultrapassagens - e possa fazer com que, alguns desses docentes com mais anos de precariedade (10 ou 12 anos), sejam ultrapassados por outros que têm apenas 3 ou 4 anos de precariedade. Basta as mudanças de grupos ou a alteração dessas mesmas regras. E é isso que tem de

ficar esclarecido e tem que ser garantido pelo Estado, pois este tem que fazer com os seus, o mesmo que exige que os outros façam com os seus trabalhadores.

Portanto, eu percebo a preocupação dos peticionários e, obviamente, enalteço o ato de cidadania, mas o que é facto é que nós temos que olhar para este processo com a seriedade de ir (não) de encontro, mas **ao encontro** das boas soluções para os docentes que estão em regime de precariedade há tantos anos; situação essa que já levou, inclusivamente, muitos docentes a deixarem a carreira para optarem por outras carreiras até menos aliciantes do ponto de vista remuneratório, mas mais garantidas do ponto de vista da estabilidade das famílias e da estabilidade emocional do próprio cidadão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Petição em causa, quero começar por dizer que comungo das objeções que foram apresentadas pelo Partido Socialista na intervenção que realizou sobre esta matéria – comungo da quase totalidade das objeções. Por isso, vou aqui repeti-las por uma questão de economia de tempo e também porque isso já foi feito – e muito bem feito – por parte da intervenção do Partido Socialista.

Devo também referir um 2º ponto que considero fundamental, ou seja, que o Governo está a enfrentar o problema que se pretende resolver – na minha perspetiva a forma erradamente apresentada por estes peticionários – sendo que comungamos do problema de fundo, ou seja, a precariedade dos docentes.

Ora, nesta matéria, concordo com esta preocupação. Só acho é que a fórmula que os peticionários encontraram para resolver o problema, seja a mais correta.

Na minha perspectiva, a forma como o Governo está a fazer é que é a forma correta.

Nós assumimos que é preciso pôr fim a esta precariedade e está a ser negociado um pacote legislativo que irá permitir resolver isto. O processo será o mais participado possível, envolvendo os docentes, os sindicatos, os diversos grupos parlamentares e, portanto, eu tenho a certeza de que vamos conseguir chegar a uma solução. A verdade é que isto significa um enorme avanço.

O Governo do Partido Socialista não pôs fim a esta precariedade. E nós, o Governo Regional, as forças políticas que o apoiam, propomo-nos resolver este problema. E isso significa um avanço muito significativo, no âmbito da resolução desta questão.

Trata-se duma questão que não está fechada. Há um processo negocial, em que todas as forças políticas terão que apresentar as suas objeções. E eu tenho a certeza absoluta que vamos conseguir chegar a um consenso que resolva as questões fundamentais.

Evidentemente – tal como aqui já foi referenciado – nunca é possível contentar todos. Mas é possível conseguir que aquilo que seja feito, seja justo, eficaz e permita a resolução de um grande conjunto de questões que estamos a enfrentar. Queria, também, referenciar que aqui a questão coloca-se – na minha perspectiva – ao contrário. Ou seja, não é a limitação do concurso dos docentes, venham eles donde vierem; da nossa diáspora, do território continental, da Madeira, seja donde for; a verdade é que o que precisamos é precisamente o contrário, isto é, precisamos de criar ferramentas que permitam dotar as nossas escolas de docentes, porque nós temos é um problema de falta de professores e que é um problema que se irá acentuar nos próximos anos. Portanto, os mecanismos que temos que criar são ao contrário daqueles que são propostos; temos que criar mecanismos que permitam que os nossos alunos, as nossas famílias, as nossas escolas estejam dotadas do corpo de docentes necessário para lhes dar uma

resposta efetiva. E o problema que nós temos é que há uma enorme falta de docentes nos Açores já e que se acentua, ano após ano, havendo também já falta de docentes no território continental, em todas as parcelas do território nacional. Portanto, os instrumentos a ser criados têm que ir exatamente no sentido oposto, ou seja, no sentido que permita valorizar a profissão docente na Região, permitindo também ficar professores na Região. – a questão tem que ser colocada ao contrário.

Depois, uma breve referência ao Bloco de Esquerda. Diz o Sr. Deputado António Lima que eu disse que organizei a manifestação. É verdade! Mas isso não significou que eu instrumentalizei, muito pelo contrário. Foram os próprios trabalhadores que me pediram para que eu organizasse.

Portanto, se calhar... eu até é que fui *instrumentalizado* para o objetivo em curso. E, diga-se, com sucesso!

Portanto, eu estou em todas as lutas justas.

Perdoe-me dar-lhe novamente esta atenção, mas eu acho que o populismo e a demagogia têm que ser combatidos nestes novos tempos. O fanatismo, o ódio, a política dos *casosinhos* que se generalizam, a partir dos quais se consegue passar uma mensagem demagógica... diga Sr. Presidente?

*(Aparte inaudível do Deputado António Lima)*

**Presidente:** Faça o favor de continuar Sr. Deputado.

**O Orador:** Esse tipo de mensagem que é a do ódio – que é o que o Bloco de Esquerda está a fazer desde o início da Legislatura – está a receber a minha condenação, como irá receber até ao fim.

V. Ex<sup>a</sup>. conhece-me bem e sabe que eu, em relação às convicções, em relação à mensagem política – uma mensagem política divisionista, que tenta dividir os açorianos e tenta instrumentalizar os trabalhadores, é uma mensagem política de

ódio – vou combatê-la até ao fim. E digo-lhe já – Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima: eu partilho muita coisa, mas não partilho o corpo ideológico de V. Ex<sup>a</sup>. Sempre condenei as doutrinas totalitaristas, que deram origem e foram o substrato político do vosso partido, como o maoísmo, o marxismo, o trotskismo. Eu sou contra todo o tipo de fanatismo e de totalitarismo. Essa tem sido a linha que tem sido seguida pelo Bloco de Esquerda e eu vou condená-la politicamente, sempre e em qualquer circunstância, Sr. Deputado. Tenha a certeza disso. É um combate político que eu vou fazer com a maior lealdade, porque aqui é um combate de ideias. Eu sou a favor duma democracia pluralista. Não sou a favor da emergência dos totalitarismos que V. Ex<sup>a</sup>. representa.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participação no debate sobre esta Petição?

*(Pausa)*

Não havendo, está encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Passamos ao ponto seguinte – Relatório sobre o “Pedido de Autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Jaime Luis Melo Vieira possa prestar depoimento na qualidade de testemunha”.

O Relatório foi elaborado pela Comissão competente e foi distribuído por todos.

Pergunto se há inscrições para esta matéria?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à sua votação.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Logicamente, Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Marco Costa para o anúncio da votação.

**Deputado Marco Costa (PSD):**O Relatório sobre o “Pedido de Autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Jaime Luis Melo Vieira possa prestar depoimento na qualidade de testemunha”, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos às 11h50.

*(Eram 11 horas e 35 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 11 horas e 55 minutos)*

Passamos para o ponto 19 da nossa Agenda - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do **Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII, “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral para justificar a urgência.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, sobre este assunto é para inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Tem então a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**\*Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O diploma regional que rege as ajudas à comunicação social – o PROMEDIA – estipula que esse programa – e cito – “vigora no quadriénio 2017/2020”.

Dessa circunstância, resulta um vazio legislativo que é necessário suprir com toda a urgência, considerando que - em nosso entender e também no entendimento do Governo Regional que nós suportamos, não devem os apoios públicos aos jornais e rádios privados ficarem à mercê dos poderes discricionários de que o executivo dispõe, porque se trata de matéria que exige absoluto rigor e toda a objetividade. E daí a urgência da aprovação do diploma que prorroga a vigência do PROMEDIA, diploma que permitirá, assim, às empresas de comunicação social continuarem a receber as ajudas públicas que lhes são devidas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para este debate? Relembro que podem os grupos e representações parlamentares intervir por uma única vez.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitava a inscrição do Sr. Deputado Berto Messias.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**\*Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros do Governo:

Gostaria de informar a Câmara que da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não há oposição a que esta matéria seja discutida com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Entendemos a sua pertinência e a sua urgência, portanto o Partido Socialista votará favoravelmente este diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio da votação. Faça favor Sr. Deputado Marco Costa.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII, “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, passamos ao ponto seguinte que é a discussão desta matéria.

Os tempos para o debate são aqueles que foram definidos pela conferência de líderes e são os seguintes:

O Governo, o Partido Socialista e o partido proponente têm 18 minutos; o CDS/PP tem 11 minutos; o CHEGA, o Bloco de Esquerda e o PPM têm 9 minutos; o IL e o PAN têm 7 minutos.

Como é do vosso conhecimento o Grupo Parlamentar do PSD entregou na Mesa uma proposta de substituição integral deste Projeto de DLR. Apesar do que diz o Artigo 136º do nosso Regimento, foi consensualizado em conferência de líderes que apenas será submetido à votação na generalidade.

Assim sendo, passamos à respetiva apresentação e debate.

Creio que será o Sr. Deputado Joaquim Machado a fazer a apresentação da iniciativa. Tem a palavra para o efeito.

**\*Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A pequena dimensão do mercado regional e a sua fragmentação por 9 ilhas com características populacionais muito distintas entre si, justifica – creio – sem margem para grande contestação as ajudas públicas à comunicação social privada.

Além de ser um elemento essencial e estrutural da pluralidade que é própria dos regimes democráticos, nas nossas ilhas os *media* satisfazem as necessidades muito relevantes no plano da proteção civil e segurança das populações. E é para garantir a prestação de um serviço com caráter verdadeiramente público - porque é disso que se trata – com a independência que deve nortear cada projeto editorial, foram instituídas ajudas financeiras a essas empresas.

Remontam à década de 1980 os apoios públicos à produção e difusão de jornais e emissões de rádio, à modernização tecnológica e ao desenvolvimento das competências dos agentes de comunicação social.

Ao longo do tempo, essas ajudas foram sendo modeladas em razão dos desafios tecnológicos entretanto surgidos e, sobretudo, pela emergência de novas plataformas de comunicação.

O quadro normativo que atualmente regula essas ajudas públicas – o PROMEDIA 2020 - dispõe que esse programa vigora apenas no quadriénio 2017/2020.

Dessa circunstância, decorre a necessidade de enquadrar juridicamente as medidas de comparticipação das despesas e investimentos elegíveis, bem como a correspondente cobertura orçamental, até que esta Assembleia proceda à aprovação do novo regime, o que – acreditamos – acontecerá em breve, considerando o compromisso muito claro estabelecido no Programa do XIII Governo Regional, onde figura o objetivo da criação de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro a estas empresas, com objetividade, independência, previsibilidade, estabilidade e regularidade.

O diploma em análise é aquele que tem a simples função de prorrogar o PROMEDIA e que deixamos à consideração dos Srs. Deputados.

Disse.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente é para inscrever o Deputado Pedro Pinto.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente da parte do Grupo Parlamentar do Partido gostaria de inscrever o Sr. Deputado Berto Messias e a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**Presidente:** Estão ambos inscritos Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Carlos Frutado (CH):** Sr. Presidente da parte do CHEGA gostaria de inscrever o Deputado José Pacheco.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

**\*Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os órgãos de comunicação social das diversas ilhas, sejam eles rádios, jornais, revistas ou mesmo a televisão, são elos importantes de divulgação não só das notícias, mas também de divulgação cultural.

O facto de vivermos em 9 parcelas territoriais de pequena dimensão, e dada a exiguidade de recursos disponíveis e a população de cada uma dessas parcelas territoriais, haverá órgãos de comunicação social que enfrentarão mais dificuldade do que outros. E, portanto, reveste-se de grande importância a existência de um mecanismo que os ajude a compensar o sobrecusto da produção dos seus conteúdos.

Por isso, neste caso em apreço, obviamente que estamos favoráveis a esta proposta de alteração para prorrogar a vigência deste PROMEDIA, até que seja elaborado e publicado um novo que – exortamos o Governo – faça o mais rápido possível.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**\*Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estando nós a discutir uma proposta do PSD para prorrogação da vigência do PROMEDIA 2020 que vigorou na última Legislatura, parece-me importante referir algumas questões que têm que ver com a importância da comunicação social privada na nossa Região e que, aliás, sempre foram centrais no âmbito do desenho e da arquitetura dos apoios públicos que definimos para apoiar esta

atividade que tem obviamente, também, a sua perspetiva empresarial, mas tem – mesmo tratando-se de uma comunicação social privada – uma história de serviço pública na Região, e até na consolidação da nossa Autonomia, que merece dos agentes o sistema político regional grande respeito e grande consideração.

É, por isso, que foi desenhado o PROMEDIA – que já vinha das Legislaturas anteriores – com a designação “PROMEDIA 2020”, na última Legislatura o qual, na nossa perspetiva, teve também um papel importante no apoio ao funcionamento destes órgãos de comunicação social, os quais devem continuar a ter e a merecer grande atenção por parte das entidades públicas.

Este programa foi desenhado em estreita e próxima articulação com os órgãos de comunicação social; foi definido um conjunto de tipologias de apoio que, pensamos, enquadram-se no que são as principais necessidades da comunicação social privada na nossa Região, o desenvolvimento digital, o apoio à difusão informativa, a acessibilidade à informação para o apoio e desenvolvimento de programas que permitam, por exemplo, às pessoas com algum tipo de deficiência que condiciona o seu acesso à informação, possam a ele ter acesso; a valorização dos profissionais da comunicação social; o apoio especial à produção e o desenvolvimento de iniciativas na área da comunicação social que tenham importante papel na formação dos agentes do setor e também para a promoção externa da Região.

Portanto, a base deste programa tinha estes pressupostos e estes objetivos que, na nossa perspetiva e ao longo do tempo, tiveram um papel importante no funcionamento e no serviço público que esta comunicação social, felizmente, presta na nossa Região; e tiveram também sempre importantes pressupostos de objetividade de independência, de estabilidade e de regularidade na concessão destes apoios. Realço e relembro, por exemplo, o facto de ter sido – no âmbito do Despacho Normativo – a fase específica para apresentação de candidaturas;

recordo, também, a criação da Comissão de análise e Acompanhamento da execução do PROMEDIA, uma estrutura – na nossa perspetiva – desgovernamentalizada e independente, composta por um representante, personalidade convidada pelo Governo Regional para presidir a essa Comissão; e aproveito, no âmbito deste debate para fazer um agradecimento público à personalidade que teve a função de presidir a esta dita Comissão de Acompanhamento nos últimos anos – refiro-me ao jornalista José Gabriel Ávila; nesta Comissão está também um representante da ACRAA, um representante da Delegação Regional do Sindicato de Jornalistas dos Açores, um representante da Assembleia Legislativa eleito por maioria de 2/3 dos Deputados em efetividade de funções e, além destas personalidades, todas elas tiveram a prerrogativa (e exerceram-na) de cooptar por uma personalidade com currículo e entendida na matéria para também fazer parte desta Comissão.

Portanto, estes pressupostos de independência, de objetividade e de transparência foram, pensamos nós, devidamente assegurados pelas pessoas que compuseram esta Comissão no passado. E, portanto, fica também aqui o realce da necessidade de todos estes pressupostos; e fica igualmente a referência ao Governo Regional, que terá a responsabilidade de definir o novo programa de apoio à comunicação social privada na nossa Região, que garanta a manutenção destas premissas de transparência e de participação da sociedade civil na Comissão de Acompanhamento da execução do PROMEDIA (ou outro programa de apoio com diferente designação).

Gostaria de dizer, ainda que nos parece fundamental que possa ser mantida (estava definido no diploma) uma obrigatoriedade de apresentação de relatório anual, com identificação das entidades beneficiárias, do valor total discriminado dos apoios atribuídos, dos níveis de execução do regime de apoios e do grau de cumprimento dos projetos apoiados. E é importante, também, que essa obrigatoriedade de prestação de contas ao Parlamento, não só na execução –

segundo aquilo que está agora definido e proposto pelo PSD – deste programa, no período que se prevê venha a ser aprovado e aplicado a partir de agora, mas também no próximo programa de apoio à comunicação social privada da Região.

Dizer, também, sobre esta matéria cujo prolongamento vem agora o PSD propor, princípio com o qual concordamos que, confesso, tínhamos várias dúvidas do ponto de vista da implementação da carga burocrática e dos constrangimentos que poderia causar a forma como esta proposta estava definida na sua versão inicial, antes desta proposta de substituição integral, ou seja, julgamos que a correção feita já no decurso deste Plenário é mais adequada, logo, tal como está agora definida, esta proposta merece a nossa concordância; mas, também, parece-nos importante que haja uma clarificação do que consta na mesma, relativamente à disposição transitória, nomeadamente quando é referido que “as candidaturas ao desenvolvimento digital devem estar incluídas nesta prorrogação” – as candidaturas supostamente apresentadas no período de vigência entre 1 e 30 de novembro de 2020; gostaria apenas de informar que não houve abertura do processo de candidaturas, tendo em conta que a vigência do PROMEDIA 2020 - como de resto já foi referido a quando da apresentação deste Pedido – terminaria no dia 31 de janeiro, impossibilitando, por isso, o Governo anterior de abrir um período candidaturas, dado que o diploma que rege esses apoios terminaria em dezembro de 2020, ou seja, não existiram candidaturas ao desenvolvimento digital (entre 1 e 30 de novembro), tendo em conta em que esse período não foi aberto.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoiará esta Proposta e a prorrogação da vigência do PROMEMIA e ficaremos a aguardar o despacho do Governo Regional que definirá a forma como este diploma (e as candidaturas) se vai processar, bem como ficaremos à espera da resolução do

Conselho de Governo que definirá os valores que ficarão afetos a esta proposta e ao financiamento das candidaturas que se espera venham a entrar.

Dizer também que, para o Partido Socialista, no âmbito do que sempre viemos a defender ao longo dos tempos, naquilo que representa a comunicação social privada na Região, não só do ponto de vista empresarial e dos postos de trabalho (é preciso não esquecer isso) que gera, mas também do serviço público que presta à nossa comunidade, à nossa Autonomia, à proximidade entre as ilhas dos Açores e à consolidação da nossa democracia, que concordamos com a prorrogação deste Programa e concordamos com o princípio de haver um programa público de apoio à comunicação social privada na Região, mas entendemos que é possível ir mais longe. E sabemos – Sras. e Srs. Deputados – que os tempos são de grande dificuldade pelas razões sobejamente conhecidas, pelos impactos económicos e sociais da pandemia que infelizmente nos assola e também a comunicação social, na sua dimensão empresarial, está obviamente condicionada por essa realidade.

É, por isso, que posso anunciar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sem prejuízo da importância que este programa de apoio ordinário tem para a comunicação social privada, vai apresentar uma proposta - que dará entrada a curto prazo neste Parlamento - para que seja criado um programa de apoio **extraordinário** à comunicação social privada, para fazer face aos prejuízos causados pela pandemia à atividade empresarial desse setor.

Sras. e Srs. Deputado, em termos de posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, era isto que gostaria de dizer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

**\*Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com certeza que a posição do CHEGA é favorável quanto à continuidade deste que ainda é o programa PROMEDIA. No entanto, achamos que é preciso também fazer nova legislação que, tal como já foi aqui referido, seja mais abrangente e possa acudir ao momento de pandemia por que passamos.

É importante que se perceba que a comunicação social vive dos seus clientes. E quem são eles? São o mundo empresarial.

Obviamente que esta pandemia que tem sido devastadora para toda a economia, traz à comunicação social uma escassez daquilo que é a sua grande fonte de receita, fazendo-a passar por momentos bastante aflitivos.

Estranho até que o Partido Socialista agora fale nisto, porque a pandemia começou já há quase 1 ano e só agora se está a lembrar que precisamos de um apoio extraordinário. É bastante estranho.

Por outro lado, gostaria de ver, no futuro, um apoio à comunicação social que fosse equilibrado, que tivesse em conta as pequenas e médias empresas – não temos grandes empresas de comunicação social – mas que não fosse apenas um apoio aos que nos são *mais simpáticos* ou *menos simpáticos*.

A verdade é que também há uma nova realidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma realidade que se chama *redes sociais* e que não pode ser entendida como comunicação social, nem pode ser entendida como *a verdade*.

Conhecemos já todos o termo *fake news* e a comunicação social oficial tem aqui um papel fundamental de filtrar o que é verdade e o que é mentira.

Assim sendo, num arquipélago como o nosso, entre ilhas, é importante que haja uma comunicação social isenta, mas que também tenha o devido apoio. E este devido apoio também tem que em conta, no futuro, algo muito importante.

Segundo sei e conheço do programa, este PROMEDIA está muito baseado no custo e no investimento. E, neste momento de pandemia, é óbvio que o investimento é sempre muito difícil. Por exemplo, uma pequena empresa – e vamos falar da comunicação social digital onde há muitas micro e pequenas

empresas – tem muita dificuldade em fazer investimento. Podemos também apoiar esta *pequena* comunicação social – e também a de maior dimensão – através de parcerias. E como é que podemos fazer essas parcerias? – aqui fica o alerta de que também podemos trabalhar nesta área. Por exemplo, podemos fazer uma parceria no mundo digital, podendo ser a própria Assembleia Regional um bom parceiro nesta área, criando uma janela dos nossos trabalhos nalguns sites digitais, fazendo chegar a um público mais abrangente, até fora dos Açores, que tenha interessa no acompanhamento da atualidade política e dos trabalhos políticos que esta Casa desenvolve em prol dos açorianos.

Por outro lado, também podemos – no caso das rádios – fazer uma parceria, nomeadamente com a proteção civil que tem instalados transmissores de rádio ou equipamentos similares, em que as rádios possam igualmente comungar dos geradores, dos espaços, etc., etc., facilitando o investimento que as rádios muitas vezes têm alguma dificuldade em fazer.

Este interesse público é fundamental daí que, no futuro, temos que ter legislação – como foi dito e bem - que abranja todo o tipo de comunicação social, prevendo até estas novas comunicações sociais que vão aparecendo noutra tipo de formato, mas que também têm a sua importância. E que podem também – como já foi dito e muito bem – ser aqui um veículo de promoção da Região Autónoma dos Açores a nível turístico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**\*Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o anterior Governo por ele suportado têm ao longo dos anos mantido e garantido o apoio à comunicação social privada dos Açores, através da apresentação, nesta Casa, de legislação

específica, nomeadamente o PROMEDIA, que regula este tipo de apoios. E, por esse motivo, consideramos importante que o atual Governo continue a ter este tipo de legislação à sua disposição, continue a aplicá-la e continue a manter esses apoios, de forma a garantir que os nossos órgãos de comunicação social privada dispõem de todos os apoios necessários para fazer face ao seu tão importante trabalho de divulgação e difusão das notícias, bem como ao nível do próprio serviço público – proteção civil – e de todas as informações que considerem importante prestar aos açorianos e às nossas 9 ilhas, no âmbito do serviço público que prestam às nossas comunidades.

Vemos, por isso, com bons olhos a prorrogação do prazo – já que não houve ainda a apresentação da nova proposta de Projeto de DLR por parte do Governo, que irá manter agora o PROMEDIA 2020, neste quadro legislativo em vigor aprovado nesta Casa, mantendo-o em vigor até que seja aprovada uma nova legislação, pois consideramos que esses órgãos de comunicação social dos Açores não podem ficar sem apoios.

Gostaria de dizer, ainda, que consideramos que este tipo de apoios constitui uma importância extrema para a manutenção e futuro desta comunicação social privada, porque permite que esta continue a modernizar-se, a manter a sua atividade, a manter os seus postos de trabalho, no fundo, que continue a fazer o que devem fazer e que é a divulgação e difusão das notícias dos nossos Açores pelas 9 ilhas.

O PS irá apoiar este Projeto de DLR apresentado pelo PSD, em análise hoje nesta Casa. E ficamos expectantes pelo próximo Projeto de DLR que pretendem apresentar. E estaremos atentos para ver quais serão as inovações que irão ser apresentadas.

Consideramos de extrema importância que se mantenha no futuro - tal como no passado – toda a transparência e toda a independência, para que a nossa comunicação social privada continue a desenvolver o seu trabalho da forma que

bem entender, com isenção e com toda a clarificação, para bem dos nossos Açores.

Por agora é só. Muito obrigada Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais pedidos de intervenção?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de inscrever o Deputado Berto Messias.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, da parte do PPM gostaria de me inscrever.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, da parte do PSD gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão e Pedro do Nascimento Cabral.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM vamos obviamente votar favoravelmente esta iniciativa.

Entendemos que é uma solução provisória, aliás, isso já foi explicado porque é que neste momento é a melhor solução. Fundamentalmente o que nós consideramos é que é um grande desafio para o Governo Regional e para a

coligação parlamentar, encontrar um modelo mais justo, mais equilibrado e que possa introduzir maior equidade.

Portanto, esta é a nossa perspetiva e estamos perante um trabalho que tem de ser feito com a maior brevidade possível.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**\*Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma nota rápida para clarificar, tendo em conta a acusação que foi feita ao Partido Socialista pelo Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA, nomeadamente quando diz que o PS agora é que está preocupado com os apoios extraordinários.

Bom – Sr. Deputado – a proposta que entrará na Assembleia e que prevê apoio extraordinário aos órgãos de comunicação social privados da nossa Região, é baseada e inspirada exatamente na proposta que o anterior Governo Regional implementou quando criou apoios extraordinários para as empresas de comunicação social privada, já depois do início da pandemia e que vigoraram entre os meses de abril e junho.

Aquilo que propomos agora é que, sem prejuízo daquilo que é o apoio ordinário e o programa de apoio à comunicação social privada (chamemos-lhe *programa ordinário*), seja criado também um apoio extraordinário que – explicando muito brevemente – prevê o apoio no valor de 90% do salário mínimo regional por trabalhador, por órgão de comunicação social, numa vigência de 6 meses – com possibilidade de se prorrogar depois, caso seja necessário – para que as empresas desse setor, tendo em conta a sua atividade empresarial, não seja marginalizada, tendo em consideração os apoios que existem para todas as outras empresas da nossa Região.

Portanto, esse apoio é inspirado exatamente nos mesmos moldes e na mesma medida daquilo que nós já fizemos o ano passado, criando também um apoio extraordinário à comunicação social privada.

Gostaria de dizer-lhe também, Sr. Deputado, que o PROMEDIA abrange toda a comunicação social, incluindo todos os projetos no âmbito do desenvolvimento digital que, aliás, tiveram uma majoração dos apoios no decurso da anterior Legislatura, precisamente ao desenvolvimento digital e aos projetos de imprensa online. E isso vigorará também com a prorrogação do PROMEDIA.

Era só este esclarecimento, Sr. Presidente, que me parece absolutamente fundamental.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

**Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, gostaria de me fazer substituir pelo Deputado Joaquim Machado, por favor.

**Presidente:** Sendo assim, abro nova ronda.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Mais alguém?

*(Pausa)*

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**\*Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com as manifestações de apoio que foram expressas pelos diversos grupos parlamentares a esta nossa iniciativa, desde logo, o CDS/PP e o PPM, bem como o Partido Socialista que apoia, em coerência, a prorrogação deste sistema de apoios à comunicação social, considerando que aquilo que

estamos a fazer é, efetivamente, dar continuidade a um desenho de ajudas que foi feito durante a governação do Partido Socialista. E nessa medida, congratulamo-nos não por qualquer mérito que daí resulte para o PSD, mas principalmente pela ajuda que esta iniciativa legislativa vai trazer às empresas de comunicação social da Região, no quadro de acrescidas dificuldades em que vivem desde que a pandemia se instalou, agravando naturalmente as dificuldades que elas próprias já experimentam em cada dia da sua atividade.

Naturalmente que, sem prejuízo do que de futuro vier a ser a discussão do novo desenho de ajudas à comunicação social, nos termos daquilo que está fixado em Programa do Governo, correspondendo também a compromissos eleitorais das forças partidárias que hoje o suportam, esse quadro nunca deixará de observar os princípios da transparência, da participação dos agentes do setor na análise das próprias candidaturas, da prestação de contas (que é sempre devida) aos contribuintes e a este Parlamento enquanto representante de todos os cidadãos dos Açores, mas também por uma afetação de meios diferente (para mais) do que aquela que o Partido Socialista, enquanto exerceu poderes de governação nos Açores, disponibilizou para este setor.

A nossa convicção é de que apesar das dificuldades que todos conhecemos, será possível alocar mais meios financeiros do que aqueles que o Partido Socialista destinou a este setor tão importante não só na consolidação da nossa Autonomia, mas também nos aspetos relacionados com a cultura e com a nossa identidade açoriana, e ainda também – como já tive oportunidade de dizer na minha intervenção anterior – a outras dimensões da nossa vida, entre as quais avulta na primeira linha as matérias relacionadas com a proteção civil, nomeadamente nas situações em que as tempestades e as calamidades nos assolam com a frequência que todos conhecemos porque aqui vivemos.

Gostava de dizer, ainda, que a intervenção inicial do Sr. Deputado Berto Messias suscitou-me uma questão para a qual eu, e o Grupo Parlamentar do

PSD, não estávamos alertados relacionada com o que será uma certa ineficácia da disposição transitória que nós fizemos inscrever neste Projeto de DLR e que se prende com a abrangência das candidaturas ao desenvolvimento digital que deviam ter acontecido durante entre o dia 1 e 30 de novembro.

De facto, somos surpreendidos pela informação que aqui nos traz o Sr. Deputado, que até quase ao fim de novembro teve responsabilidades governativas com especial incidência sobre esta área da comunicação social, e obviamente não podemos deixar de dizer que não encontramos razão (formal ou política), para aquilo que aconteceu e que só agora tomámos conhecimento.

A circunstância de, em 2020, estarmos no ano final duma legislatura, não justifica de modo algum o facto do Governo Regional do PS não ter promovido a abertura das candidaturas que estavam previstas para aquele ano económico, considerando que o diploma tinha uma vigência para o período de 2017-2020.

Portanto, a abertura das candidaturas fixada, aliás, num despacho normativo de 2017 para esse período, não trazia consigo qualquer impedimento; ou seja, o Governo Regional do Partido Socialista penalizou as empresas de comunicação social dos Açores ao não abrir a candidatura para esse tipo de investimento – repito, do desenvolvimento digital – estreitando, com isso, o período de vigência do PROMEDIA. Isto é, o PROMEDIA 2020, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento digital, apenas vigorou nos anos de 2017, 2018 e 2019, com prejuízo para a comunicação social, desde logo, e com reflexos que também se farão sentir no Orçamento deste ano de 2021 porque, obviamente, alguns investimentos feitos e outros que estariam nas intenções dessas empresas de comunicação social, terão deslizado para este ano com o impacto orçamental que isso (evidentemente) trará consigo.

Por isso, fica aqui esta nota do reparo – em jeito de crítica – para aquilo que foi a governação do Partido Socialista e a decisão tomada, para qual não encontramos qualquer justificação, relativamente a esta matéria.

Quanto àquilo que nos anuncia, hoje, o Partido Socialista como novidade, não deixa de ter o seu mérito e obviamente que, no tempo próprio da apreciação neste Parlamento, nós diremos mais sobre aquilo que será a proposta do Partido Socialista, mas julgo que é oportuno, e para já, dentro do que é possível fazer um comentário que é o seguinte: o Partido Socialista, enquanto foi governo nos Açores, sempre nos habituou a uma expressão cada vez que a oposição tinha uma iniciativa; a expressão era a de que *os meios são finitos*. Nós concordamos que eles são finitos, mas as opções é que podem ser diferentes.

Mas vamos constatando que nestes 2 meses decorridos desde que o nosso Parlamento tomou posse, nesta configuração, o Partido Socialista já vai esquecendo que *os meios são finitos* e vai mudando a amplitude da sua generosidade.

Isto não quer dizer que nós não possamos estar de acordo com aquilo que venham a ser as propostas do Partido Socialista para majorar apoios à comunicação social, ou até para instituir apoios extraordinários que serão (mais) extraordinários do que aqueles que já estão fixados pela alteração que fizemos deste Decreto Legislativo, em maio passado, consignando ajudas mais substanciais às empresas, sobretudo as que atuam e exercem a sua atividade, nas chamadas ilhas de coesão. E, portanto, logo em maio – e bem! – o Governo Regional tomou a iniciativa de fazer uma majoração a essas ajudas; para elas, contou com o apoio de todas as forças então representadas no nosso Parlamento e julgamos que isso foi útil, mas também não deixamos de constatar o seguinte: é que nos 6 meses subsequentes a essa amplificação das ajudas, o Partido Socialista (que esteve no governo) considerou que tudo o que se estava a alocar à comunicação social dos Açores era suficiente; decorridos 2 meses, e sem que em termos económicos a situação se tenha alterado para pior – nalguns casos, cremos até, talvez por via de alguma retoma da atividade, após o confinamento inicial que tivemos, em que alguma atividade económica cresceu dentro do que

é esta anormalidade que estamos a viver desde março passado – já voltámos a ver o Partido Socialista nesse seu *fato* de oposição, com uma generosidade que não teve quando a responsabilidade governativa esteve do seu lado.

Isto não significa que vamos fechar a porta ou que vamos sequer rejeitar a iniciativa do Partido Socialista com qualquer preconceito por ter vindo de um partido que não os que suportam este Governo, mas fica aqui o registo de que na governação o Partido Socialista foi uma coisa e na oposição, pelo menos em termos de generosidade, está a ser outra. Não estou a dizer que é mau, mas fica este registo.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Neste momento, a Mesa não tem mais inscrições.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de inscrever o Deputado Berto Messias.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente para me inscrever se faz o favor.

**Presidente:** Está inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**\*Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Serei breve, porque o tempo já escasseia, mas não posso deixar de usar da palavra, tendo em conta esta última intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Eu vou relevar todas as suas provocações de índole partidária, porque entendo que estamos a discutir uma matéria muito séria, onde nós temos que estar focados é em continuar o caminho que temos vindo a seguir de garantir um conjunto de apoios públicos par a atividade da comunicação social privada na nossa Região e que é, como se sabe, de grande relevância.

Portanto, todas as suas provocações, eu vou relevar, pois acho que a matéria aqui em discussão não deve ser minorizada por essas abordagens provocatórias. Gostaria de dizer-lhe também - Sr. Deputado Joaquim Machado – fazendo a justiça de lhe dizer que V. Ex<sup>a</sup> tendo em conta a sua tradição no tratamento destas matérias e no acompanhamento dos dossiers da comunicação social privada na Região, a começar na longínqua década de 1980, devia ter, e terá certamente, mais conhecimento profundo sobre estas matérias do que o Sr. Deputado José Pacheco.

Nessa sua ânsia de criticar o PS e o passado, V. Ex<sup>a</sup>. comete o mesmo erro que o Sr. Deputado José Pacheco cometeu. Ou seja, eu quando me referi à proposta do PS para criação de apoios extraordinários, fiz menção também a que a mesma é inspirada exatamente nos mesmos termos e nos mesmos pressupostos da proposta de apoios extraordinários que criámos, no âmbito da atividade do anterior Governo, para apoiar a comunicação social privada a fazer face aos prejuízos decorrentes da pandemia. E foi precisamente usando as suas palavras que...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** termino já Sr. Presidente.

Esses apoios vigoraram na altura do confinamento e, na nossa perspetiva, deixaram de vigorar quando justamente se esperava uma maior abertura e uma retoma da atividade económica.

Mas agora entendemos que é fundamental, tendo em conta o atual contexto, que esses apoios voltem a vigorar, logo, a nossa postura nesta matéria, é de absoluta coerência.

Para terminar, Sr. Deputado Joaquim Machado, faz uma avaliação e uma apreciação jurídica que não correta.

O partido Socialista e o anterior Governo não prejudicaram a comunicação social por não abrirem candidaturas entre 1 e 30 de novembro. Aquilo que fizemos, baseados em pressupostos de **boa governança**, foi não criar expetativas (erradas!) à comunicação social. Porque se um programa de apoio a este setor privado vigora até ao dia 31 de dezembro de 2020, não seria sério nem credível abrir candidaturas no período de novembro, enquadradas como um programa que terminaria a sua vigência no final desse ano. Isso é que não é correto em termos de boa governança. E também na apreciação correta que se exige nesta matéria, não se deve confundir o que são apresentação de projetos para o desenvolvimento digital que vigoram ao longo da legislatura, com aquilo que são projetos apresentados num período específico para apresentação de candidaturas.

Portanto, tenho que recusar essa sua afirmação de que o PS prejudicou a comunicação social ao não abrir candidaturas que – isso sim – seria estar a criar expetativas erradas que, em nome da boa prática política e jurídica que sempre tivemos nessa matéria, não seria correto.

Tendo em conta que o Sr. Deputado apresentou esta proposta, talvez tivesse que ser V. Ex<sup>a</sup>. a garantir as informações adequadas para não ter esta disposição transitória tal como está.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Informo que o Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Eu não gosto de falar muito e dizer pouco. Mas se algum dia tiver essa mesma fraqueza, espero que o Sr. Presidente tenha comigo a mesma condescendência que acabou de ter com o Sr. Deputado Berto Messias.

Nos últimos anos, perdemos, aliás eu perdi, a conta do número de títulos em todos os Açores, o número de títulos que deixaram de ser emitidos em papel e passaram a ser digitais, o número de rádios que encerraram e outras que vivem permanentemente *debaixo de água*. E todos sabemos da dificuldade que é em manter um meio de comunicação social em funcionamento, com a parca economia que temos. Refiro-me, em particular, à comunicação social de anunciantes e de subscritores.

Ora, nem mesmo quando a economia estava forte foi fácil manter alguns dos meios de comunicação social, por exemplo no Faial, S. Miguel ou Terceira, ou seja, as 3 ilhas mais fortes e cujas economias foram mais fortes no decorrer da última década do século 20.

Não sendo propriamente um adepto do financiamento público da comunicação social, e vendo preocupado com esta *omnipresença* do estado na vida das pessoas que torna pernicioso a própria governação e toda a ligação entre as narrativas que são construídas nos gabinetes governativos e até nos gabinetes dos grupos parlamentares deste órgão de governo próprio, eu tentando que o maior inimigo dos órgãos de comunicação social é precisamente o facto de não se ter um quadro regulador do seu financiamento. E isto permitiu que num passado – longínquo e ainda de má memória – esses apoios fossem dados de forma arbitrária, de forma a servir àqueles que bem gostava o governo de servir, para ter contrapartidas de boas notícias e que fosse noticiado apenas o que interessava.

Nesse aspeto, o Sr. Deputado Joaquim Machado não muito *boca de abrir*. Portanto, fico satisfeito que agora não tenha o PSD, o CDS e o PPM aproveitado o vazio legislativo para voltar a fazer o que era feito no passado – ainda recente e de má memória.

Porém, o grande inimigo da comunicação social privada tem sido, nos últimos tempos, o gabinete de apoio à comunicação social (GACS), isto é, naquilo em que se transformou um simples gabinete de comunicação das iniciativas governativas, num gabinete de propaganda.

Esperava eu que a primeira iniciativa legislativa da Coligação Governamental PSD, CDS e PPM, nessa matéria, fosse a extinção do GACS. Mas, afinal, não! Afinal, o GACS bombardeia-nos todos os dias com notícias. Afinal o gabinete de apoio à comunicação social está a tornar-se útil a esta nova maioria, tal como foi à maioria passada.

Temos pena!

Mas temos ainda mais pena, quando numa Região pobre, devastada pelo problema das toxicodependências, do alcoolismo e doutros *aditismos*, se gaste o dinheiro que deveria ser para resolver o problema das pessoas a sustentar empresas insustentáveis, para manter os senhores deputados, os senhores governantes, os senhores cidadãos mais ativos, omnipresentes nos meios de comunicação social.

É por aí, ou seja, quando o estado usa os poucos recursos que têm, a fazer o que não devia ser ele a fazer, que falha onde precisa estar permanentemente. E é por aí que devemos mudar o paradigma de governação. É deixar de gastar os nossos recursos naquilo que não devemos gastar, para podermos garantir que não falha na educação, na saúde, na justiça e na segurança.

É por aí, Srs. Deputados, que devemos fazer o nosso esforço. É por aí que deve ser feito o nosso caminho.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente é para me inscrever.

**Presidente:** Está inscrito Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente é para inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Está inscrito Sr. Deputado Joaquim Machado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Estêvão e Joaquim Machado.

Vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 14h30.

*(Eram 13 horas)*

**Presidente:** Boa tarde a todos. Vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 14 horas e 30 minutos)*

Estava inscrito para este debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Inscrevi-me para intervir, tendo em conta as afirmações que foram proferidas pelo Sr. Deputado Nuno Barata em relação ao gabinete de apoio à comunicação social.

Como se sabe, a extinção desse gabinete está prevista no programa do Governo e, portanto, sobre esta matéria, nenhuma dúvida. E mais do que isso:

- Quando é que se pode proceder à extinção do GACS? É no âmbito da Presidência do Governo. E é isso que vai ser feito. E vai ser feito em fevereiro. Portanto, relativamente a esta matéria, não há aqui nenhum atraso, nenhum *deixa andar*, nem há qualquer intenção de protelar a decisão. Há, pura e simplesmente, procedimentos que têm que ser adotados. Não há nenhum recuo, nem nenhum atraso. O que há é a concretização da forma como as coisas têm que ser feitas. E terá que ser através da alteração da Orgânica da Presidência do Governo.

Portanto, é isto que tem que ser feito. E é isto que vai ser feito, já em fevereiro. Em relação à prática, é exatamente o contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Barata. Tenho visto críticas, porque o Governo não aparece, ou porque o Governo aparece pouco. As pessoas estavam habituadas a que o Governo dos Açores fosse omnipresente nos órgãos de comunicação social regional, nomeadamente na televisão, e que estivesse presente em todos os eventos – por menos significativos que eles fossem. E agora a crítica que é feita é que o Governo está pouco presente ou que não aparece muito. Ou seja, é exatamente o contrário, porque agora nós não temos esta propaganda – esmagadora, asfixiante e diária, temos precisamente o contrário; quando o Governo, fá-lo quando tem que aparecer e quando tem decisões importantes para transmitir, mas nada que tenha a ver com o que fazia o anterior do Governo. Aliás, uma das críticas que vi feita ao Presidente do Governo ultimamente, é que não apareceu na noite da vitória do Professor Marcelo Rebelo de Sousa; não se foi colar logo a correr à vitória do Presidente, como fizeram outros, nomeadamente o Presidente do Partido Socialista ou até o Presidente – e agora Deputado – Vasco Cordeiro, mesmo não tendo o seu

partido apoiado oficialmente a candidatura do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa.

Portanto, há aqui uma prática completamente diferente. E é isso que é preciso reconhecer. E eu lutei muito para acabar com o gabinete de apoio à comunicação social e com a propaganda governamental absolutamente asfixiante - o que veio a acontecer. Esta é uma mudança estruturante para a sociedade açoriana e para a liberdade das pessoas.

O Sr. Deputado, como bom liberal, defende a liberdade individual. E ela só pode suceder quando temos órgãos de comunicação social livres e quando não existe uma propaganda governamental avassaladora.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

**\*Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Presidente e Srs. membros do Governo:

Nesta que será seguramente a última intervenção que faço no âmbito da apreciação desta iniciativa legislativa do PSD-Açores, gostava de dizer nos congratulamos com o consenso gerado à volta da mesma, no sentido de, com ela, podermos resolver um problema e uma necessidade das empresas da comunicação social e com isso também beneficiar os trabalhadores que nelas exercem a sua atividade profissional.

Gostaria, também, de me prevalecer da oportunidade para dizer mais algumas coisas. E uma delas é que, com o rigor que é devido aos factos, a legislação de apoio à comunicação social existe há muitos anos. E, portanto, estas ajudas públicas sempre foram feitas com base em diplomas e, concretamente, em diplomas deste Parlamento desde 1981. Dizer o contrário disto, não é rigoroso e pode ser uma tentativa de reescrever a história, mas de algum modo alcança o objetivo que seria o de mudar o que efetivamente aconteceu.

Por falar de História, tenho de comungar das preocupações do Sr. Deputado Nuno Barata, quando aqui invocou este património que é a nossa imprensa

centenária, da qual infelizmente vimos desaparecer 2 títulos (também centenários), com grande importância social e cultural nos meios em que se inseriam, como é o caso do jornal “A União” em Angra do Heroísmo e do “Correio da Horta” na Ilha do Faial. Felizmente ainda sobram e permanecem com grande pujança, com grande vida, grande atualidade e grande pertinência para as comunidades onde se inserem, e não só, inclusivamente com expansão para a nossa diáspora, o “Açoriano Oriental”, decano dos jornais portugueses em publicação, bem como o “Diário dos Açores” e o “Correio dos Açores”. E esperamos que os outros, designadamente também através das ajudas públicas, possam prosseguir com a sua atividade para um dia alcançarem essa bonita data que é a de 1 centenário de existência.

Nesta ocasião, gostava também de fazer uma ou duas referências à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, sabendo que ele não poderá responder porque já não dispõe de tempo, o que não me impede de dizer algumas coisas, entre as coisas, reafirmar aquilo que tinha dito numa intervenção anterior.

Efetivamente, o Governo do Partido Socialista defraudou as expectativas da nossa comunicação social, prejudicando-a ao não abrir a candidatura que estava prevista no mês de novembro, sem que o tivesse feito por qualquer razão formal ou jurídica. Portanto, foi uma opção política e, como tal, nós temos o direito de considerar que essa opção foi errada e que resultou em prejuízo das empresas de comunicação social. Até porque as expectativas estavam criadas quando a Resolução do Conselho do Governo fixou os montantes que estavam alocados a estes fins, designadamente naquelas modalidades cujas candidaturas decorriam durante o mês de novembro. Sendo isso um ato administrativo, a abertura ou não das candidaturas, e eu não sendo nem proprietário nem acionista de qualquer meio de comunicação, naturalmente não sabia. Era o que faltava se tivesse que ser agora o PSD a pagar ou a assumir a responsabilidade dum erro, com os prejuízos que já referi, e a responsabilizar-se por esse mesmo erro.

Para terminar, sobre a seriedade – Sr. Deputado Berto Messias – os assuntos não são mais sérios quando é V. Ex<sup>a</sup>. a introduzi-los e menos sérios, quando se trata de deputados da oposição.

Creio que isso é uma presunção que não lhe fica bem e que não corresponde sequer ao registo que habitualmente aqui nós devemos ter.

Eu não terei, porventura, a habilidade do Sr. Deputado para fazer provocações de natureza política, mas consigo dizer-lhe que a pior provocação que podemos fazer é quando não agimos com eficiência, qualidade e oportunidade necessárias para resolver os problemas dos nossos concidadãos que nos elegeram e que aqui representamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para este debate?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Nuno Barata se faz favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, folgo em saber que o senhor é o deputado de serviço em defesa da honra do Governo. É de facto, um prazer perceber que V. Ex<sup>a</sup>., agora, é uma espécie de *ponta de lança* do Governo aqui no Parlamento dos Açores.

É uma novidade, isso, porque até agora, tínhamos tido um membro do governo designado para essa função. Não sei se isso se deve a desabilidade do Sr. Secretário, se é mesmo provocação vossa e é por isso que, em vez de ir para o Governo, quis permanecer no Parlamento.

Folgo em sabê-lo e parabenizo-o por isso! E acho até muito bem que V. Ex<sup>a</sup>. tenha ficado no Parlamento, porque faz falta a sua capacidade de fazer contas, faz falta a sua capacidade de quantificar as intervenções, o número de

requerimentos, o número de resoluções e o trabalho que os outros Srs. Deputados fazem. E faz falta também o seu *disco rígido* – como eu costumo dizer, também tenho aqui um bem grande – que guarda na memória coisas tão simples quanto esta, Sr. Deputado: 188 notas de imprensa do GACS em menos de 2 meses! – se isto não é propaganda – Sr. Deputado – há de me explicar V. Ex<sup>a</sup>., o que diria há 1 ano atrás se fosse outro cenário político?!

4 notas sobre o mesmo assunto, Sr. Deputado. Isto não é propaganda, certamente! É só vontade reiterar os apoios à liquidez das empresas, de tal forma, que as empresas percebam lá em casa que podem recorrer e que podem contar com este Governo! - **4 notas sobre o mesmo assunto**, Sr. Deputado!

Portanto, folgo em saber que V. Ex<sup>a</sup>. está muito empenhado em proteger e em defender a honra desta nova governação e deste novo **paradigma** de governação que, afinal, mantém alguns *tiques* muito próximos daqueles que no passado nós assistimos. E não estou a falar só de propaganda, nem só do GACS!

Estou a falar também de *jobs for the boys and for the girls!* – Sr. Deputado. Mas isto ficará para outras *núpcias!*

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição da minha parte se faz favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem, já percebi que o Sr. Deputado Nuno Barata tem boa memória. Ainda não lhe passou aquela situação sobre o seu trabalho parlamentar anterior, na Legislatura de 96.

Como V. Ex<sup>a</sup>. eu que repor a verdade e tive que quantificar aquele que foi o seu trabalho parlamentar anterior. E, portanto, vejo que continua um pouco traumatizado com esse debate parlamentar.

Devo dizer-lhe aquilo que disse na altura - tendo em conta o que V. Ex<sup>a</sup>. tinha dito antes que ninguém fazia nada – e tinha que merecer a resposta que mereceu na altura.

Agora V. Ex<sup>a</sup>. também merece uma resposta. E a resposta que merece é a seguinte: eu pensei que, depois de eu lhe ter dito que não é verdade, que o Governo vai extinguir (como está no Programa) o gabinete de apoio à comunicação social, e que vai fazê-lo no âmbito da Orgânica, aliás, como já devia saber isto não é assim “agora decide-se” e desaparece o GACS. Nós não estamos aqui, Sr. Deputado, a fazer truques de magia! Não sei V. Ex<sup>a</sup>. percebe, mas estamos no Parlamento dos Açores e, portanto, não é uma sala de espetáculo e de magia, onde isso possa acontecer. E, aqui, há regras. E a regra é que temos que alterar a Orgânica para extinguir o gabinete de apoio à comunicação social – eu não percebo qual é a dificuldade que V. Ex<sup>a</sup>. tem em perceber esta matéria tão simples!

Como é que V. Ex<sup>a</sup>. quer fazer?!

V. Ex<sup>a</sup>., como bom liberal que é desde sempre, (embora eu o conheça de outros caminhos), deve perceber que num estado liberal (os liberais defendem um estado de direito) e, num estado de direito, as coisas têm que ser feitas de acordo com a legislação e com a lei! E não pode ser assim... com um *toque de magia* como V. Ex<sup>a</sup>. quer fazer!

Vai ser feito no âmbito da Orgânica, em fevereiro.

Depois de eu lhe ter transmitido isto, pensei que V. Ex<sup>a</sup>. diria: “- bom afinal enganei-me, peço desculpa, porque afinal o Governo vai cumprir em 3 meses” – num prazo record, diria – “a extinção do gabinete de apoio à comunicação social, tal como prometeu”! Isso foi o que pensei que V. Ex<sup>a</sup>. iria dizer. Mas não foi isso que V. Ex<sup>a</sup> disse.

V. Ex<sup>a</sup>. quantificou as notas de informação que fora, entretanto, feitas e realizadas. Bom, nós estamos no âmbito duma pandemia. E é evidente que há um enorme número dessas notas que está relacionado com as questões de saúde e de proteção civil. V. Ex<sup>a</sup>. esqueceu-se de fazer essa referência.

Não se trata, na esmagadora maioria dos casos, de qualquer nota de comunicação em relação à atividade do Governo, trata-se, sim, de notas que têm a ver com a segurança dos açorianos, quer do ponto de vista da saúde, quer do ponto de vista da proteção civil.

V. Ex<sup>a</sup>. sobre isso não disse nada, porque pretendeu fazer aqui um *truquezinho* em relação a esta matéria!

A verdade é que as notas que têm sido produzidas têm sido feitas para esse fim e ainda bem!

Eu penso que V. Ex<sup>a</sup>. sai com uma boa memória deste debate, porque recebeu a informação que queria, ou seja, o tão odiado gabinete de apoio à comunicação social – que V. Ex<sup>a</sup>. tanto criticou e que eu critiquei também! - em relação ao qual V. Ex<sup>a</sup>. tinha com certeza a expectativa que se cumprisse o Programa do Governo (V. Ex<sup>a</sup>. votou favoravelmente esse programa). E posso dizer-lhe que vai cumprir, em fevereiro, quando o gabinete de apoio à comunicação social vai ser extinto, tal como tem que ser feito e tal como só pode ser feito a partir da alteração da Orgânica do Governo, nomeadamente na questão da Presidência. É isto e não há mais nada do que isto! E folgo em saber que V. Ex<sup>a</sup>. ficará contente também com essa notícia.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Nuno Barata, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado, a Iniciativa Liberal já esgotou o seu tempo para este debate.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Oh que pena!

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados, começando pelo Grupo Parlamentar do PS.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Eu voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é de abstenção, com uma declaração de voto que vou fazer chegar à Mesa.

**Presidente:** Está registado, Sr. Deputado.

Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Deputado Carlos Furtado...?

*(Pausa)*

Passo a palavra ao Sr. Secretário – Marco Costa – para anunciar o resultado da votação.

**Secretário:** O Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII, “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional N.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”, apresentado pelo Grupo

Parlamentar do PSD foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN e 1 abstenção da IL.

**Presidente:** Vamos passar ao debate na especialidade deste ponto.

Informo que deu entrada na Mesa uma proposta de alteração do Partido Socialista ao Artigo 3º, que propõe a eliminação do mesmo.

Pergunto se existem inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo inscrições para o debate na especialidade, passamos à votação, seguindo também as regras deste nosso Plenário por meios telemáticos.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Eu voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio desta votação.

**Deputado Marco Costa (PSD):** A proposta de alteração da iniciativa do PS foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN e 1 abstenção da IL.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, penso que por engano foi anunciado 1 voto a favor do PPM quando são 2.

**Presidente:** Tem razão Sr. Deputado. Efetivamente são 2 votos a favor do PPM e não 1 como foi anunciado.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Peço desculpa. Já está corrigido.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É que isso custou muito a alcançar.

*(Risos de vários Deputados)*

**Deputado Nuno Barata (IL):** Nem por isso, nem por isso.

**Presidente:** Vamos passar agora à votação dos restantes artigos do diploma que não sofreram qualquer tipo de alteração.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é favorável.

**Presidente:** Carlos Furtado.

*(Pausa)*

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio desta votação.

**Secretário (PSD):** Os restantes Artigos do diploma foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN e 1 abstenção da IL.

**Presidente:** Passamos à votação final global do diploma.

Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luíís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Andreia Costa.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente vou abster-me.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio da votação final global.

**Secretário (PSD):** O resultado da votação final global do diploma em apreço, é de aprovação com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do CHEGA, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN, 1 abstenção do CHEGA e 1 abstenção da IL.

**Presidente:** Vamos avançar na nossa agenda, desta feita para o ponto nº 21 – **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo nº 1/XII “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos Sistemas de Incentivos COMPETIR + e SIDER”**.

Esta iniciativa foi apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Pergunto ao Sr. Subsecretário quem justifica a Urgência desta iniciativa?

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria de Castro*): Sr. Presidente, quem vai justificar a urgência desta iniciativa é o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Presidente:** Muito obrigado.

Então tem a palavra para justificação da urgência o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**\*Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão refere-se ao diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos Sistemas de Incentivos COMPETIR + e SIDER que o Governo aprovou e que submete à consideração da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo dos Artigos 146º e 147º alínea a) do nº1 do Regimento da Assembleia.

O SIDER e o COMPETIR + são sistemas de incentivos ao investimento financiados por fundos europeus. Estes programas são essenciais ao desenvolvimento económico da Região, representando uma das parcelas mais importantes de apoio ao investimento privado com recurso a fundos europeus. Estes apoios podem ser atribuídos sob a forma de subvenção reembolsável.

Já ocorreu um anterior diferimento do pagamento das prestações associadas a estes apoios reembolsáveis até 31 de dezembro de 2020.

O que se procura com esta medida é diferir até 30 de junho o pagamento de prestações associadas a estes apoios.

No 1º semestre de 2021 deveriam ser liquidadas prestações no valor de cerca de 5 milhões de euros que ficariam, com este diferimento, nas empresas.

Optou-se por fazer este diferimento por decreto legislativo regional, tendo em conta a integração de matérias da competência legislativa desta assembleia, nomeadamente a definição dos critérios de alguns destes sistemas de incentivos. É uma medida urgente, sobretudo tendo em conta que muitas destas prestações estão associadas a investimentos em áreas de atividade dependentes do turismo que foram muito afetadas pela pandemia do COVID-19.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista inscrevo o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, da parte do PSD gostaria de inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

**\*Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista concorda com este Pedido de Urgência, tendo em conta que só com a (urgência) da sua aprovação, poderemos assegurar a continuidade e a manutenção deste benefício para as empresas que foi criado pelo anterior Governo e que estava em vigor entre 1 de abril e 31 de dezembro do ano passado. E, portanto, é fundamental manter por mais 6 meses este diferimento do pagamento destas prestações da participação reembolsável dos investimentos no âmbito dos sistemas de incentivos, por forma a não onerar do ponto de vista financeiro as empresas neste período, por via desta necessidade de retribuição desses apoios reforçando indiretamente o apoio à liquidez das empresas.

Por isso, a urgência da sua análise e, conseqüentemente, a sua aprovação, dado que assegurará a continuidade deste benefício que tem ajudado as empresas dos Açores desde o dia 1 de abril do ano passado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**\*Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com a urgência desta matéria, exatamente pelos argumentos que já foram apresentados pelo Sr. Deputado Sérgio Ávila e que fizeram parte daquilo que foi a fundamentação do Sr. Secretário Regional das Finanças.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo vamos passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Deputado Vasco Cordeiro?

*(Pausa)*

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, o Deputado Vasco Cordeiro teve que se ausentar por uns minutos.

**Presidente:** Fica registado Sra. Deputada.

Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente Voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Vasco Cordeiro.

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio da votação

**Secretário:** O **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo nº 1/XII “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos Sistemas de Incentivos COMPETIR + e SIDER”**, apresentado pelo Governo Regional dos Açores, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a Urgência, vamos passar ao debate do diploma.

Como sabem, esta matéria tem os seguintes tempos:

Governo Regional e o Partido Socialista – 18 minutos;

PSD – 15 minutos;

CDS/PP – 11 minutos;

CHEGA, BE e PPM – 9 minutos cada;

Representações Parlamentares 7 minutos cada.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**\*Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Bastos e Silva*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa apresentação breve, uma vez que alguns dos fundamentos já foram apresentados aquando do ponto anterior, frisaria que este diferimento das obrigações de reembolso abrange no COMPETIR + o subsistema para o fomento da base económica de exportação, referido no Artigo 1º; o subsistema de incentivos para o desenvolvimento local, mencionado no nº2 do Artigo 1º. Também o SIDER, na parte que diz respeito ao apoio ao desenvolvimento do turismo, criado em 2007. E ainda o SIDER – também subsistema para o desenvolvimento do turismo regulamentado desde 2001.

Volto a frisar que o efeito prático deste diploma, caso venha merecer a aprovação dos Srs. Deputados, é de manter 5 milhões de euros que deveriam ser liquidados como reembolso destes fundos que ficariam nas empresas, funcionando como um apoio à liquidez. E é nesse sentido que eu penso que residem as virtudes desta proposta que pomos à consideração da Câmara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente gostaria de inscrever o Deputado Rui Martins.

**Presidente:** Está inscrito.

Há mais inscrições?

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente gostaria de inscrever o Deputado Sérgio Ávila.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é para inscrever o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria de me inscrever por favor.

**Presidente:** Está inscrito.

Parecendo não haver mais inscrições, vamos iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Vou ser bastante breve, porque a maior parte dos pressupostos para aprovação desta medida já foram elencados e anunciados pelo Sr. Secretário Regional, bem como pelos colegas Deputados que me precederam aquando da discussão do Pedido de Urgência.

De qualquer das formas, só para dizer que a política de incentivos ao investimento privado que pretende promover o desenvolvimento sustentável da economia regional e reforçar a competitividade das empresas açorianas, bem como promover o alargamento da base económica de exportação, é extremamente importante. E atendendo à situação de constrangimento económico que as empresas regionais estão a viver, é da mais elementar justiça que se possa desonerar, no imediato, estas empresas, salvaguardando que as mesmas possam retomar as suas responsabilidades assim que haja possibilidade de retoma económica.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do CDS acompanhará e votará favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

**\*Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Como já tive oportunidade de referir na minha intervenção anterior, esta proposta visa essencialmente dar continuidade e assegurar por mais 6 meses, o diferimento do pagamento destas prestações, que já tinha sido decidido a partir do dia 1 de abril do ano passado.

Portanto, no fundo, o que nós estamos aqui a decidir é continuar a assegurar por mais 6 meses o diferimento do pagamento destas prestações, para que haja necessidade por parte das empresas de amortizarem financiamentos que obtiveram no âmbito dos sistemas de incentivos. E, por isso mesmo, constitui um apoio indireto à liquidez das empresas, bem como dará continuidade a uma medida que foi tomada e estava em vigor até 31 de dezembro passado, exatamente nos mesmos termos.

Em segundo lugar, gostaria também de dizer que o Partido Socialista apresentou uma proposta de aditamento a este diploma, no sentido de dar continuidade a uma medida que visa os mesmos objetivos, no âmbito dos sistemas de incentivos, criada o ano passado, visando manter a majoração de 10% nos investimentos a executar no 1º semestre de 2021, tal qual ocorreu em 2020, nos investimentos das empresas na área do turismo que continuam a investir, dando, assim, condições acrescidas para que as empresas neste setor mais penalizado por esta pandemia possam continuar a executar os seus investimentos, reforçando desde modo, o apoio a fundo perdido à concretização desses mesmos investimentos.

Esta definição foi feita, e é feita, não no âmbito do Decreto Legislativo Regional dos Sistemas de Incentivos, mas no âmbito dos Decretos Regulamentares Regionais dos Sistemas de Incentivos. E é precisamente nesse contexto que o Partido Socialista apresenta esta proposta, no sentido de manter mais este apoio, que já existia até ao final de 2020 e, se não tiver continuidade

neste 1º semestre de 2021, representará uma diminuição dos apoios às empresas do setor este ano.

Para o efeito, o PS apresentou a proposta de alteração que visa justamente assegurar que os dois Decretos Regulamentares Regionais, onde estão abrangidos os apoios às empresas do turismo na área dos investimentos, mantenham a majoração dos apoios a fundo perdido que estavam previstos até 31 de dezembro do ano passado, dando assim mais um contributo para apoiar efetivamente as empresas e assegurar que mais uma medida em vigor (até dezembro de 2020) que foi concretizada pelo anterior Governo, terá continuidade no 1º semestre deste ano para, assim, reforçar os apoios às empresas.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**\*Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar a seguinte questão prévia: a iniciativa e a proposta de alteração do PS serão discutidas, simultaneamente ou em separado, relativamente ao diploma que temos em apreciação?

**Presidente:** Sr. Deputado, a proposta do Partido Socialista é uma proposta de aditamento a esta proposta e será discutida conjuntamente, ou agora ou na especialidade, conforme o Sr. Deputado entender. Mas já está entregue e será votada na mesma altura.

**\*Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sim senhor. Muito obrigado.

Relativamente à iniciativa do Governo, naturalmente que concordamos com ela. Aliás, não faria sentido, num momento em que todos os financiamentos das empresas – caso estas pretendam financiamentos bancários – estão sujeitos a moratórias legais, ou dos próprios bancos, que houvesse uma medida implementada anteriormente que não tivesse continuidade agora no próximo

semestre, quando ainda se mantém a pandemia. Portanto, nós apoiamos a medida e essa é uma questão indiscutível.

Relativamente à proposta do Partido Socialista, também sendo uma medida que já vigorava anteriormente, é evidente que faz sentido a sua prorrogação, enquanto se mantiverem as mesmas condições, ainda que existam questões que nós desconhecemos e que até não são muito relevantes neste momento, nomeadamente quanto às empresas que, face a essa majoração, acabam eventualmente por não beneficiar (da majoração), na medida em que existem limites máximos de intensidade de apoios. Mas será com certeza uma questão que poderá ser colocada noutra ocasião.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**\*Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que respeita a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos Sistemas de Incentivos COMPETIR + e SIDER” – o Bloco de Esquerda manifesta a sua concordância, aliás como já o fez anteriormente na Legislatura passada, com o diferimento que já existiu.

No anterior e no atual QCA, estes são os principais mecanismos – programas de incentivos – para as empresas e obviamente abrange um conjunto muito vasto de empresas que, com o diferimento destes pagamentos, poderão ter alguma folga de tesouraria, numa situação de maior aperto devido à crise que se faz sentir e que para muitas empresas e para alguns setores em particular, se faz sentir de forma muito intensa, com uma pressão enorme, como é natural nesta fase.

Estas medidas, tais como outras, nomeadamente medidas de apoio – como temos vindo a defender – têm que ter também como grande preocupação a manutenção da atividade económica e as empresas, para que estas subsistam, para que não fechem portas e a retoma possa efetivamente ter lugar com a maior brevidade possível; mas também têm que manter o emprego, porque só assim é que podemos atenuar a crise.

Não mantendo o emprego e abrindo a porta a que, mesmo com apoios públicos, as empresas em situação difícil coloquem trabalhadores no desemprego, isso terá um efeito perverso de intensificar a crise, de aumentar o número de pessoas que terão que depender do subsídio de desemprego. E julgo que não é isso que este Governo quer, até pelo seu Programa apresentado. E não é esse o debate que estamos a ter. Mas não posso deixar de referir que os apoios às empresas criados pelo Governo têm que manter todo o emprego, pois é isso que efetivamente colocará comida na mesa de milhares de açorianos.

Posto isto, e relativamente à proposta de alteração do Partido Socialista, nada temos a opor, concordamos com ela, até porque o setor do turismo é um dos mais afetados por esta crise - pelas razões que todos conhecemos. E também terá o nosso voto favorável.

Muito Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições para participação neste debate?

*(Pausa)*

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente gostaria de me inscrever.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente para me inscrever também.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, aproveito também para me inscrever.

**Presidente:** Estão inscritos estes três Srs. Deputados.

Há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM apoiamos a Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise.

Consideramos que este apoio ir-se-á refletir indiretamente na liquidez das empresas e é extremamente importante neste período. Já foi no período anterior – pelo anterior Governo – que aplicou pela primeira vez esta medida, tendo em conta os efeitos que a pandemia está a provocar na atividade económica e na liquidez das empresas.

Por isso, é importante que esta medida possa ser aplicada no período previsível da pandemia, para já, atendendo às consequências económicas que a mesma continua a ter.

Referindo-me já à proposta de alteração do Partido Socialista, também consideramos que é muito válida, do ponto de vista do contexto económico que as empresas estão a enfrentar.

Portanto, anunciamos o voto favorável à iniciativa em causa e também o voto favorável à proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**\*Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA obviamente é favorável à Proposta de DLR apresentada pelo PSD que objetiva o “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos Sistemas de Incentivos COMPETIR + e SIDER”, porque entende ser da maior justiça que

este Governo tenha esse gesto para com os nossos empresários, para com aqueles que na linha da frente sentem os constrangimentos duma economia que, no setor do turismo, praticamente passou à estaca zero e que tão cedo não se perspectiva bons resultados para essas atividades económicas.

Posto isto, acreditamos que a prorrogação dos prazos para os pagamentos seja da maior importância, para que as empresas possam subsistir aos momentos difíceis, nunca esperados há um ano atrás. No entanto, relativamente à proposta apresentada pelo Partido Socialista, atendendo a que a mesma representa dinheiro - noutros tempos, o PS dizia (e bem!) que os recursos não eram finitos - e dado que não temos informação suficiente que nos permita tomar uma posição concreta sobre a execução da mesma, nem sabemos até que ponto é que poderia ser justa também para outras empresas que, não estando na mesma situação das abrangidas por este diploma, talvez esta proposta pudesse representar uma equidade nos apoios a todas as empresas.

Posto isto, manifesto a nossa concordância relativamente à proposta do PSD, porém quanto à proposta do Partido Socialista não nos vamos pronunciar. Sendo que, se no decurso deste debate surgirem esclarecimentos que possam ser determinantes na nossa decisão, provavelmente teremos uma decisão (sim ou não); caso contrário, o mais provável é abstermo-nos nesta votação porque, tal como já afirmei, não temos informação suficiente que nos permita avaliar, em rigor, a proposta do Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Executivo:

Uma vez que já estamos a fazer a discussão conjunta e como é, no fundo, a prorrogação duma medida que até já se encontrava em vigor no âmbito dos apoios do Governo dos Açores às empresas, visando majorar em 10% o

incentivo não reembolsável a incidir sobre o investimento elegível; atendendo, ainda, às prorrogações que já votámos neste Plenário e que visam desonerar as empresas regionais, por força da quebra de atividade; por maioria de razão, consideramos que este apoio também deverá ser prorrogado.

Muito provavelmente o Grupo Parlamentar do CDS/PP acompanhará esta proposta, votando-a favoravelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Está inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma nota muito rápida, porque já está tudo praticamente dito, para deixar claro o sentido de voto favorável da Iniciativa Liberal neste diploma e na proposta de alteração que veio do Partido Socialista.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

**\*Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas e tão só umas breves considerações, para relembrar o quão importante é esta liquidez nas empresas, para que elas possam desenvolver a sua atividade comercial.

Efetivamente, durante esta pandemia várias foram as empresas do nosso já frágil tecido económico regional que sofreram um forte impacto na sua

atividade. Muitas delas sofreram mesmo na pele paragens e reduções de atividade superiores a 50 e 60%, fazendo com que os postos de trabalho e a própria sobrevivência das empresas estivessem em risco.

Nesta medida, este Governo, à semelhança do anterior, fez bem e irá fazer bem em auxiliar as empresas, para que não se extingam no tecido empresarial regional.

Assim sendo, o PSD irá votar a favor desta iniciativa. E congratula-se, também, com a posição (liberal) do Deputado Nuno Barata que, perante uma situação em que é preciso a ajuda do Estado às empresas para que estas se possam robustecer e manter a sua atividade, concordará com o diferimento permitido agora por este diploma.

Nesta medida, gostaria de anunciar o voto do PSD neste diploma.

**Presidente:** Muito obrigado.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente queria pedir a palavra se faz favor.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar que não está aqui em causa a atribuição dum apoio, mas sim uma moratória na devolução das prestações do apoio que já tinha sido concedido e com o qual a Iniciativa Liberal não teve nada a ver.

Se quiserem discutir os apoios e o sistema de incentivos, pois, terei muito gosto em fazê-lo.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é só para fazer um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

**\*Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, é óbvio e todos nós sabemos – o Sr. Deputado Nuno Barata não é o único que está com atenção ao debate – que o que está em causa é a devolução das moratórias que foram concedidas às empresas. E o que os empresários e as empresas necessitam, e agradecem desde já, é efetivamente a devolução desta mesma moratória, na sequência dum apoio que foi concedido pelo Estado.

Nós entendemos que esta moratória é fundamental, pela pré-concessão que foi dada pelo Estado no diferimento deste apoio, para que as empresas possam encontrar uma certa estabilidade financeira, por forma a tentar ultrapassar o obstáculo que vivem e atravessam proveniente da pandemia do COVID-19. E, neste sentido, mais uma vez, o PSD congratula-se com esta medida.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de inscrever o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Parecendo não haver, dou a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Ávila.

**\*Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente apenas para dizer, no âmbito da questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, que esta medida, já ocorrida o ano passado, de reforçar a majoração em 10% a fundo perdido dos investimentos executados em 2020 e também este ano no 1º semestre no setor do turismo, visa criar um incentivo adicional para que o investimento privado na Região, nomeadamente

nestes setores mais afetados pelos efeitos económicos resultantes da pandemia, possam ter continuidade.

Evidentemente uma empresa quando projetou esses investimentos, fê-lo num cenário onde o reembolso correspondente, em termos de recursos financeiros decorrentes da concretização dos mesmos, era diferente daquele que tem como perspetiva neste momento.

Neste contexto, e para evitar que as empresas adiem e atrasem a concretização de investimentos, e para que também o investimento privado tenha um efeito multiplicador sobre a economia, mantendo níveis de estabilidade que contribuam para a consolidação quer do produto interno bruto, quer em termos de emprego, tendo mudado a conjuntura, obviamente é importante que o incentivo seja reforçado nessa componente.

Do ponto de vista prático - e relembro que estamos aqui a tratar de 2 subsistemas de incentivos, o do fomento da base económica de exportação e o apoio ao empreendedorismo criativo – em que esta majoração de mais 10% a fundo perdido tem, no âmbito do COMPETIR +, uma base regional, ou seja, é financiado no âmbito do orçamento da Região, mas que, se assim for o entendimento, tem assegurada a correspondente comparticipação por parte de fundos comunitários; neste caso concreto, e nesse âmbito, tem um reembolso de fundos comunitários à despesa pública da Região que é de 100%, isto é, dentro deste enquadramento e, tendo em conta, inclusivamente, que o programa REACT-EU irá reforçar em 117 milhões de euros o Programa Operacional Açores 2020 e as suas dotações, do ponto de vista líquido para o orçamento regional, sendo o reforço dessa majoração participado pelos fundos comunitários, isso não implica do ponto de vista líquido a afetação de fundos regionais, sendo que o reembolso à despesa pública regional – tem que ser obrigatoriamente inscrito no orçamento da Região – é feito por fundos comunitários que reequilibram, sob o ponto de vista da afetação de recursos.

Penso que com este esclarecimento, respondi ao Sr. Deputado Carlos Furtado, alertando que a execução efetiva desta medida está dependente da capacidade, da vontade e do incentivo que as empresas (na área do turismo) que têm investimentos aprovados, possam executar os mesmos nestes 6 meses. E, portanto, esta medida visa incentivar essa execução; e a sua execução efetiva ficará dependente deste incentivo constituir efetivamente um reforço da vontade de executar os investimentos que já estavam previstos no âmbito do COMPETIR+.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente é para me inscrever.

**Presidente:** Tem a palavra.

**\*Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço ao Sr. Deputado Sérgio Ávila o esclarecimento que prestou relativamente a este assunto que é da maior importância.

No fundo, a informação que transmitiu agora a esta Câmara, é de que os valores eventualmente alocados através dessa majoração de 10%, em nada vão interferir naquilo que é o orçamento da Região. Ou seja, essa despesa será acautelada por aquilo que são fundos da União Europeia.

Assim sendo, e com base no esclarecimento que foi muito importante, concluo que essa majoração pode ser muito interessante para os investimentos que estão em curso.

Como ele disse, e bem, há um retorno que estava previsto em condições normais e que agora poderá não ficar assegurado, sendo que essa majoração poderá colmatar um bocado a fraqueza da economia atual, por via da situação pandémica em que se vive.

Portanto, quero dizer com isto que o Grupo Parlamentar do CHEGA não vê inconveniente na proposta apresentada pelo Partido Socialista e votará certamente a favor da mesma.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado.

Alerto-o de que não está a chegar nas melhores condições.

Não sei se consegue fazer alguma coisa que possa melhorar a receção do som.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação, na generalidade, desta Proposta de Decreto Legislativo Regional nº1/XII.

Vasco Cordeiro?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o voto a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Eu voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, Marco Costa, para o anúncio do resultado da votação.

**Secretário:** A iniciativa em apreciação obteve, na generalidade, a aprovação por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos passar à votação da proposta de aditamento feita pelo Partido Socialista.  
Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente eu voto a favor,

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para o anúncio do resultado da votação.

**Secretário:** A proposta de aditamento ao Artigo 1º, da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos proceder à votação dos dois artigos que compõem a Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente eu voto a favor,

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Eu voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário para o anúncio do resultado da votação.

**Secretário:** Os artigos 1º e 2º que compõem o Decreto Legislativo Regional em apreciação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos proceder à votação final global do diploma.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente eu voto a favor,

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Eu voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Voto a favor Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente eu voto a favor.

**Presidente:** Peço ao Sr. Secretário que anuncie a votação.

**Secretário:** O diploma em apreciação foi aprovado por unanimidade em votação final global.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos avançar na nossa Agenda, desta feita para o ponto nº 23 – **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 1/XII “Assegura a entrada em vigor imediata da proibição do abate de animais de companhia e de animais errantes na RAA, 1ª alteração ao DLR nº 12/2016/A, de 8 de julho”**.

Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, a quem dou a palavra para justificar a Urgência.

Faça favor Sr. Deputado Pedro Neves.

**\*Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência decorre da Lei de 1925 que recomendava, para todos os territórios a nível nacional, que as infraestruturas e a logística relativamente aos animais errantes e de companhia fossem realizadas não usando o abate de animais.

Porquê, então, a urgência neste momento e não para outro mês?

Além de já terem passado mais de 95 anos, e devido às circunstâncias decorrentes do COVID-19, onde temos teletrabalho, confinamento e uma proximidade maior entre a família e os próprios animais, existindo uma sensibilidade maior, também aconteceu o mesmo para a sensibilidade não duma franja da sociedade açoriana, mas duma larga maioria que, neste momento, não consegue compreender que continuamos a ser o único território que faz o abate de animais em Portugal.

A urgência impõe-se, também, devido ao COVID-19, uma vez que algumas pessoas com problemas sociais estão a querer por um lado, devolver os cães e, por outro, também algumas câmaras (bastante poucas nos Açores) estão a dar uma ideia errada às pessoas, o que as leva a praticar um crime que, neste caso, é o abandono dos animais.

Estou em crer que, como é óbvio, não há nenhum Deputado nesta Câmara que seja a favor desse crime. Por isso, a urgência do PAN em trazer a este Plenário esta iniciativa. E apelo à sensibilidade de todos os Deputados, para que tal crime não aconteça.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há inscrições?

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente é para inscrever o Deputado Pedro Pinto.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente é para inscrever o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente gostaria de inscrever a Deputada Alexandra Manes.

**Presidente:** Está inscrita.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

**\*Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O PAN apresenta-nos uma urgência para que os Deputados deliberem sobre o fim de uma moratória, a qual terminará sensivelmente daqui a 2 anos.

Acontece que o PAN, há umas semanas atrás, apresentou a esta Assembleia – tendo descido à Comissão onde está a ser avaliada – exatamente a proposta para terminar com a moratória.

Não estamos aqui a dizer que somos insensíveis, ou que não desejamos o bem-estar animal. Porém, neste momento, os Deputados desta Casa estão a trabalhar sobre a Proposta do PAN, bem como sobre uma outra do Bloco de Esquerda.

De resto, ainda hoje, recebemos 2 pareceres (de parceiros sociais) nesta área – estávamos já em plenário quando deram entrada esses pareceres.

Portanto, não acho que seja justo para com o nosso trabalho nem leal para com as entidades do setor a quem foram pedidos pareceres sobre esta iniciativa do PAN e sobre a do Bloco que, a poucos dias de terminar o prazo para a elaboração do relatório pela Comissão, se atropela tudo isso com esta urgência. Por isso, vamos obviamente votar contra ela, para dar tempo a que a Comissão competente acabe o seu trabalho. E, então, no próximo mês de fevereiro poderemos votar esta iniciativa, bem como a do BE que será associada pela Comissão ao mesmo relatório.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**\*Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo PAN, gostaríamos de dizer que todos pretendemos acabar com o abate de animais de companhia e animais errantes na Região. Assim o pretende o Grupo Parlamentar do PSD e, estou certo, que todos os Grupos e Representações Parlamentares também o desejam.

Porém, tal como foi há pouco referido, em 2016, o Parlamento dos Açores estabeleceu um prazo para os Municípios criarem condições para acabar com o abate de animais de companhia, até ao dia 31 de dezembro de 2021, entrando esta medida em vigor a 1 de janeiro de 2022.

É claro que a antecipação deste prazo é desejável. Mas é preciso garantir previamente que estão criadas as condições em todos os concelhos da Região, para que a medida eventualmente aprovada possa ser exequível. E foi precisamente por isso que a Comissão Parlamentar competente deliberou, por unanimidade, ouvir a Associação de Municípios da Região e pedir parecer também a 10 entidades, nomeadamente o Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários e outras 9 instituições do setor.

A Ordem dos Médicos Veterinários fez chegar ao Parlamento o seu parecer e também a Associação Faialense dos Amigos dos Animais; antes, ainda, da apresentação deste Pedido de Urgência pelo PAN, no dia 25, ou seja, antes de terminado o prazo que foi dado às associações para emitirem os seus pareceres, sendo que ainda hoje – tal como foi dito há pouco – chegaram mais 2 pareceres. Em face disto, o Grupo Parlamentar do PSD entende, por um lado, que é fundamental ouvir a Associação de Municípios da Região, para conhecermos os Conselhos em que é exequível a implementação imediata desta medida, pois não fará sentido o Parlamentar aprovar a iniciativa se, depois, na prática, a medida não for exequível, ou seja, se houver Conselhos da Região (e há) onde ainda não existem centros de recolha oficial certificados para o efeito; e, por outro lado, a aprovação deste Pedido de Urgência, pode transmitir às associações a quem foram pedidos pareceres – e transmitirá certamente! – a ideia de que afinal os mesmos não são devidamente valorados pelo Parlamento Regional, o que é uma ideia errada e que nós não queremos transmitir.

Portanto, com base nestas premissas, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar contra o Pedido de Urgência, defendendo que estas diligências têm que ser realizadas na Comissão, no sentido de ter a informação necessária para a melhor decisão e também por considerarmos que, sendo desejável para todos nós acabar com o abate de animais de companhia e animais errantes na Região, não faria sentido o Parlamento aprovar uma medida, sem que a mesma pudesse ser implementada conforme é proposto pelo PAN.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Deputado Carlos Ferreira.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente peço a palavra.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Neves, informo que não estão abertas inscrições e que nesta figura regimental apenas é permitido a cada grupo e representação parlamentar usar da palavra uma única vez.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Pensava que pudesse intervir novamente.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**\*Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Toda e qualquer matéria que vise a proteção e bem-estar dos animais, é bem-vinda nesta Casa.

É bem-vinda ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que também tem uma proposta visando o mesmo assunto que a do PAN.

Não posso deixar de dizer que fiquei um pouco surpreendida com o Pedido de Urgência relativamente a esta proposta do PAN porque, como já foi referido aqui, existem pedidos de parecer e solicitações de audição presencial, sendo que uma das audições é com a Associação de Municípios da RAA que, como o próprio nome indica, é uma entidade que lida diretamente com esta questão.

O Bloco de Esquerda há muitos anos que se bate pelo fim do abate dos animais, tendo já apresentado anteriormente uma proposta que foi chumbada por todos os grupos e representações parlamentares.

Na altura, diríamos, foi um pouco irresponsável, porque nem todos os Municípios da Região estavam preparados para isso.

Nesta altura, e tendo o BE acompanhado todos os processos e trabalhos desenvolvidos sobre a temática do bem-estar animal, sabemos que, por agora, algumas câmaras ainda não estão preparadas para o efeito.

A nossa proposta ora em análise, (como em análise está a do PAN), parece-nos mais exequível do ponto de vista prático e conseqüente, além de que dá uma moratória de 6 meses a alguns desses municípios que não estão ainda preparados.

Por outro lado, é preciso ter em atenção que não estamos a votar um projeto de resolução, mas sim um decreto legislativo regional – que tem aplicação

imediate. Logo, se nem todos os municípios estão preparados, consideramos que é melhor dar uma moratória aos mesmos.

Na nossa proposta temos também o aditamento de um ponto que vai no sentido de garantir o bem-estar animal na sua adoção – não se pretende fazer de alguma forma uma segregação; aquele questionário para avaliação de capacidade de aptidão para a adoção, não é mais do que prever a situação de ninhadas que cheguem mais tarde aos canis, como tem acontecido, e também para poder dar alguma ajuda às famílias que não podem adotar devido a problemas financeiros. Tendo em conta que consideramos importantíssimo ouvir a Associação de Municípios da RAA e tendo a certeza de que, neste momento, todos os grupos e representações parlamentares querem o bem-estar animal e o fim da prática (abate de animais) que já dura há demasiado tempo, temos a certeza de que vamos contar com o apoio para a nossa proposta em análise para que, quando vier a debate – tenho quase a certeza – teremos um envolvimento de todos as Sras. e Srs. Deputados nesta causa.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para me inscrever Sr. Presidente.

**Presidente:** Está inscrito.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**Presidente:** Está inscrita.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**\*Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra muito rápida para dizer que esta é uma prática que felizmente já não é muito comum nos Municípios dos Açores. E, portanto, neste particular, estamos bastante adiantados em relação às expetativas que o legislador anteriormente tinha de ultrapassarmos a (nossa) forma bárbara de lidarmos com os animais.

Esta é uma matéria que me é muito cara, tenho inclusivamente falado com o Sr. Deputado Pedro Neves sobre este assunto porque, como costume dizer em jeito de brincadeira, eu não adoto os animais errantes; são eles que me adotam.

Ainda há dias fui *adotado* numa canada ali para os lados dos Mosteiros por uma *bola de pelo*, pequenina que agora se entretém a destruir o jardim, o quintal e as árvores de fruto. Mas, pronto, eu sou aquele *coração mole*, eles adotam-me e eu levo-os para casa.

Penso que esta é uma oportunidade que o Partido Pessoas Animais e Natureza perdeu de nós dirirmos, em sede da Comissão competente, uma matéria que carece um pouco mais de clarificação e um pouco mais de *aportes* para se deliberar em definitivo.

Não me parece que 30 dias seja de facto um grave problema de espera para uma questão como esta, por isso, entendo que se deve conciliar os dois projetos que estão em cima da mesa, e mais algumas intervenções externas que possamos adquirir, para então decidir da melhor forma, sendo que – no meu entender e fica desde já dito – a melhor forma é suspender, obviamente, o abate de animais de companhia abandonados e de animais errantes.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Os senhores querem já deliberar aquilo que é a lei desde 2016!

Isto é inaceitável!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**\*Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que esta é uma matéria muito cara ao Sr. Deputado Pedro Neves e eu acompanho-o neste objetivo. Mas considero que é fundamental criarem-se as condições para que isto se faça bem.

Em primeiro lugar, também é preciso respeitar as competências dos outros órgãos, nomeadamente quem tem competências específicas nesta matéria e que são as autarquias. Podem e devem ser ouvidas, antes de se deliberar sobre esta matéria.

Fiz imensos requerimentos junto do anterior Governo, para saber até que ponto é que as autarquias estavam envolvidas, uma vez que o Governo tem a competência de fiscalizar, e até de aplicar coimas, a matéria que tinha sido deliberada – as campanhas de esterilização e tudo isso – mas a verdade é esta: nós temos que fazer o mais depressa possível e com todas as condições, ouvindo todos os intervenientes, e isso é possível, até porque esta medida foi aprovada por unanimidade no Parlamento dos Açores. E vamos tentar até encurtar os prazos e criar as condições.

Eu sempre achei que, sendo esta matéria da competência dos municípios, a Administração Regional que tem meios para tal, pode colocá-los à disposição daqueles e pode ajudar a encurtar estes prazos, para que todos (municípios) estejam em condições de aplicar o mais depressa possível estas medidas.

Eu concordo com o objetivo.

Vou votar a favor, assim que estiverem reunidas as condições. E vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance, para que elas estejam reunidas e para que se impeça o abate dos animais o mais depressa possível - é esse o meu compromisso.

Acho que a Administração Regional pode dar aqui uma ajuda, de forma a que se consiga maior celeridade, para que todos estejam preparados e para que isto

se faça, como tem sido feito até agora, com a unanimidade das diversas forças políticas, dos diversos agentes e em condições, para que todos os municípios o possam fazer.

Na minha perspetiva, é possível encurtar os prazos. Mas também é fundamental, nesta altura, fazer isto bem, ou seja, ouvir os municípios e colocar toda a maquinaria da Administração Regional a apoiá-los neste desiderato que é também de todos.

**Presidente:** Muito obrigado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**\*Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao longo das últimas legislaturas, tem mantido e reforçado até um trabalho sobre as matérias relacionadas com o bem-estar animal, incluindo nos seus programas e nas suas ações muito trabalho, quer ao nível de ações específicas em termos de propostas de reforço de verbas ao nível do plano de investimentos, quer ao nível de medidas legislativas que versam sobre a temática em análise.

O Projeto de DLR que o PAN propõe seja analisado neste Plenário – tal como já foi referido por outros partidos – dispensando-o de ser apreciado em Comissão, está de facto a seguir a sua tramitação normal na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo – também como já foi referido – definido um conjunto de diligências, todas elas aprovadas por unanimidade.

Das diligências aprovadas – e lembrando apenas – constam pedidos de parecer escrito a todas as associações formalmente constituídas e que desenvolvam a sua atividade no âmbito do bem-estar animal na Região, para além do parecer solicitado também a uma outra associação nacional e, ainda, ao Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos Veterinários. Para além

destes pareceres escritos foi ainda decidido, por unanimidade, a audição presencial do membro do Governo com competência na matéria, bem como da Associação de Municípios da RAA.

Tendo em conta que o presente diploma estava, assim, a ser tramitado normalmente na Comissão em razão da matéria; tendo também em conta que, ainda hoje, deram entrada mais dois pareceres solicitados a associações ambientais; e tendo em conta que se considera extremamente importante ouvir o que os municípios têm a dizer, porque são eles que vão implementar esta norma que o PAN pretende agora alterar - e que estou certa todos concordarão - afigura-se, no entanto, importantíssimo ouvir o que essas entidades têm para dizer.

Também é importante que a Assembleia Regional respeite institucionalmente os prazos que atribui às entidades externas – e nós pedimos pareceres pondo prazos – e temos que dar tempo para as entidades emitirem os seus pareceres.

Também é verdade que a Assembleia Regional tem - e já demonstrou no passado – a sua discordância para com a Assembleia da República, por exemplo, sempre que esta discute em plenário diplomas, enquanto decorre o pedido de parecer à Assembleia Regional, não respeitando os prazos que nos dá.

Portanto, se nós reclamamos relativamente a essa situação, também devemos respeitar os prazos que nós próprios damos às entidades consultadas.

Posto isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este Projeto de Decreto Legislativo Regional deve seguir a sua tramitação normal em Comissão, para que todos possam ser ouvidos, para que todos possam emitir o seu parecer e para que nós decidamos e votemos com pleno conhecimento de todos os factos nesta matéria, pelo que o Partido Socialista votará contra este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado Sra. Deputada.

Há mais alguma inscrição?

*(Pausa)*

Vamos, assim, passar à votação deste Pedido de Urgência.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Ana Luis.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Secretário:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Secretário:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra Sr. Presidente.

**Secretário:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente eu voto contra.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente voto contra.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente eu voto contra.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente eu voto contra.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é contra.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente o meu voto contra.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente o meu voto contra.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente eu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para o anúncio do resultado da votação.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão em apreciação, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN foi rejeitado por maioria com 25 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra da IL, 2 abstenções do CHEGA e 1 voto a favor do PAN.

**Presidente:** Tendo sido rejeitada a Urgência, a iniciativa será remetida para a Comissão para seguir a sua tramitação normal.

Vamos fazer o nosso intervalo da tarde.

Regressamos às 17h15.

*(Eram 17 horas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto da Agenda n.º 25: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – “Suspende o Decreto Legislativo Regional**

**n.º 25/2020/A que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral”.**

*Eram 17 horas e 17 minutos.*

Esta iniciativa e este Pedido de Urgência é apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A urgência desta iniciativa prende-se, como se pode ler inclusivamente nos seus considerandos, com algumas falhas que foram detetadas no acesso à plataforma do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral, vulgarmente conhecido por SiRGIC, quer na forma como está vedado o acesso a advogados e a solicitadores, em representação dos promotores, quer na dificuldade que alguns promotores obtiveram na obtenção do RGG e do NIP (Número de Identificação Predial) e também porque se constata que nas ilhas onde não existe cadastro, onde o cadastro está mais atualizado, nomeadamente nas ilhas Terceira e Santa Maria, os promotores tiveram imensas dificuldades para obter estes documentos e assim poderem fazer as respetivas escrituras e darem tramitação às suas necessidades administrativas, nomeadamente em termos de compras, vendas, partilhas e outros registos que são necessários fazer.

Entretanto, a questão dos processos pendentes que à data de entrada deste diploma, desta proposta da Iniciativa Liberal, eram cerca de 600, ficou ultrapassada porquanto os serviços, apressadamente, despacharam 600 processos que estavam pendentes desde a entrada em vigor do diploma em janeiro.

Ora, em nosso entender, o diploma carece de algumas afinações. O diploma trouxe da República algumas vantagens. Na República, eu lembro que ele foi aplicado apenas em 10 concelhos piloto e aqui na Região aplicado a todos e com os constrangimentos que foi criando. Por isso, é urgente suspendê-lo de modo a termos algum tempo para afinar a plataforma e afinar o próprio diploma, se for caso disso.

Daí a urgência desta lei suspensiva para podermos afinar a plataforma e o próprio diploma em si que encerra algumas vantagens - não o nego! Bem pelo contrário - quer para os promotores, quer para a própria Região Autónoma dos Açores, enquanto prestar este serviço aos cidadãos.

O sistema carece também de uma confirmação no terreno para não criar problemas, *a posteriori*, mas isso faremos no debate do diploma em si.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições para participar neste debate, justificando a urgência?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para me inscrever, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, para inscrever o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que vamos votar favoravelmente a urgência apresentada pela Iniciativa Liberal nesta matéria.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Para inscrever, da parte do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado José Contente.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Pedro Neves, do PAN, para me inscrever, por favor.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Deputada Alexandra Manes, por favor.

**Presidente:** Sra. Deputada Alexandra Manes.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, eu não percebi quem é que o senhor inscreveu?

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Eu próprio.

**Presidente:** Muito obrigado. Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu já fiz a intervenção em relação à urgência, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não foi na altura própria, mas já fez, pronto, está feita.

Tem então a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que esta matéria é muito relevante, não só para os cidadãos, como para as transações e para as questões que de algum modo o preâmbulo deste diploma da Iniciativa Liberal fala, mas precisa de esclarecer um conjunto de situações, até à luz daquilo que o Membro do Governo responsável por esta área esta semana produziu nos órgãos de comunicação social.

Portanto, nós vamos procurar esclarecer essas dúvidas na discussão do diploma, para depois então aferirmos o nosso sentido de voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral

(\*) **Deputado Pedro Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para também considerar que, em face de alguns entraves que têm vindo a público e sobretudo no que diz respeito à área notarial, a área da conservatória do registo predial, no que diz respeito aos cadastros dos bens dos prédios urbanos, de facto, esta é matéria pertinente e a urgência determina que o PSD vote também a favor da mesma.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

A plataforma SiRGIC foi criada através do DLR n.º 25/2020/A, de 14 de outubro e desenvolvido pela Portaria 160/2020, de 18 de dezembro, e visa o registo informático de todos prédios rústicos, urbanos e mistos na Região Autónoma dos Açores.

É uma importante ferramenta no auxílio dos instrumentos de gestão territorial dos PDM, etc., o balcão único do prédio também.

Mas tendo em conta o previsto no DLR 224, poderemos ter aqui um problema relativamente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados e obviamente deveríamos ouvir entidades relativamente à Proteção de Dados, em si, das pessoas. Apesar de apoiarmos completamente esta medida, que é meritória, tendo em conta que estamos a falar de alguns problemas em termos de advogados e de solicitadores, mas como pedido de urgência quando, à partida, não ouvimos diligências relativamente ao Regulamento de Proteção de Dados

que é uma coisa bastante importante e também se nós temos ou não a competência no Governo dos Açores, ou da República, sobre este assunto. Daí a nossa grande dúvida.

Talvez será necessário que haja diligências das entidades para sabermos, à partida, que a Proteção de Dados, está a ser cumprida.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, de 14 de outubro, criou o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral, denominada vulgarmente por SiRGIC.

Relativamente à presente urgência da autoria da Iniciativa Liberal, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que é um diploma que tem pouco mais de um ano.

Não negamos que haja problemas na sua execução. No entanto, consideramos que se deverão ouvir outras entidades, tais como as próprias autarquias e técnicos. Para tal, consideramos que este Projeto de Resolução deveria baixar à Comissão onde poderá eventualmente ser feito um pedido de urgência à Comissão para que melhor possamos aferir dos seus problemas e auscultar as outras entidades que fazem uso do SiRGIC.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Rui Martins.

**Presidente:** Sr. Deputado Rui Martins está inscrito.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Apenas para dizer que atendendo àquilo que veio a público sobre os constrangimentos que o SiRGIC acabou por revelar nesta fase inicial de implementação, consideramos pertinente a discussão deste assunto e daí irmos aprovar esta urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, Carlos Furtado.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Chega também concorda que seja aprovada a urgência, uma vez que os constrangimentos provocados pelo facto desse mecanismo não satisfazer em pleno aquilo que são as necessidades imediatas, estar a criar alguns constrangimentos no decurso normal daquilo que é a atividade imobiliária. É de boa prática que efetivamente seja aprovada a urgência deste diploma e que ele seja discutido aqui neste plenário.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Vamos iniciar pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Célia Pereira

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sr. Deputado Marco Costa, faça favor de proceder ao anúncio do resultado da votação.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – “Suspende o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral”**, apresentado pela Representação Parlamentar do IL, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do IL, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PAN.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, vamos passar ao debate da iniciativa.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa visa apenas suspender – e não se trata de uma alteração do Decreto Legislativo Regional 25/2020/A, se o fosse não seria certamente com urgência, trata-se tão só da suspensão do mesmo – por forma a podermos melhorar e darmos tempo à administração regional para melhorar também a chamada plataforma CiRGIC - Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral - por forma a garantir a sua eficácia tendo em conta a importância da mesma plataforma.

Portanto, não está aqui em causa a importância dela, não está aqui em causa a necessidade de termos um sistema de geo referenciação do nosso cadastro rústico e até mesmo urbano, até porque o urbano está feito, é só transpô-lo para a plataforma, mas tão só melhorar o funcionamento da plataforma e do próprio Decreto Legislativo Regional, se assim entendermos.

Por isso, e para que fique bem claro ao longo do debate e para que não suscite dúvidas, o prazo que estipulámos é de um ano. Mas se entendermos que de facto a plataforma está em condições de resolver os problemas dos cidadãos, obviamente não nos fará qualquer tipo de problema antecipar a entrada em vigor dessa mesma plataforma.

Entendemos, no entanto, que o diploma em questão e a plataforma devem ser melhoradas quanto à validação dos polígonos de geo referenciação, quanto à validação de todos os prédios rústicos não cadastrais e no que concerne ao acesso (e aí é fundamental que a plataforma permita), que os representantes legais dos promotores possam ter acesso a ela, nomeadamente advogados e solicitadores.

Essa situação criou enormes constrangimentos em muitas situações e em muitos promotores e nomeadamente também nas conservatórias e nos notários.

Uma plataforma de geo referenciação em ilhas como a nossa, com a propriedade demasiado retalhada, tem que ser feita com rigor e tem que ser feita com rigor por parte do Estado também, porque esse tipo de registo permite alguns abusos por parte de alguns cidadãos em relação a outros e nós temos conhecimento de inúmeros problemas que têm sido gerados ao nível dos tribunais, precisamente por causa do abuso no registo de propriedades, inclusivamente recorrendo à figura de usucapião, e esta aqui faz do usucapião uma espécie de *moço de recados*. Isto abre portas a situações muito mais complicadas e o próprio Estado tem de garantir que os cidadãos não se confrontam mais tarde com a necessidade de recorrerem à justiça.

Além disso, há aqui uma situação que é um acréscimo de custos significativo para os promotores, principalmente naquelas ilhas onde o cadastro não está ainda completo e onde a propriedade é mais retalhada, mais pequena, com mais confinantes e com mais dificuldade de acesso a essa informação.

Daí que proponhamos a suspensão da plataforma SiRGIC por um período de um ano para dar tempo ao Governo de a melhorar e de a pôr de facto ao serviço dos cidadãos.

Nada temos contra aquilo que foi feito anteriormente, bem pelo contrário, provavelmente a entrada em vigor, apressadamente, não permitiu que ela tivesse sido afinada convenientemente.

Esta plataforma e o Decreto Legislativo Regional é uma transposição para a ordem jurídica regional do diploma que foi criado na República diploma, esse, que foi por si só criado por reação a um problema com que o Estado se deparou que teve a ver com os fogos nos concelhos de Castanheira de Pera e Pedrogão Grande, e concelhos nos arredores, e por isso foram utilizados apenas 10 concelhos no continente para usar como projeto piloto, o qual já está há três anos a ser monitorizado e ainda não foi alargado a outros concelhos.

Nós, aqui, quisemos fazer tudo de uma vez, quisemos pôr os nossos 19 concelhos todos ao mesmo tempo e obviamente isto criou um problema na administração que ficou com processos pendentes e junto dos promotores que também ficaram com os processos pendentes.

Portanto, clarificando, e para finalizar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - o que está aqui em causa é tão só suspender para melhorar aquilo que podemos fazer pelos nossos concidadãos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente...

**Presidente:** Faça favor, Sr. Subsecretário.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para este debate.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Secretário.

**Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado José Contente.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado José Contente.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral** (*PSD*): Sr. Presidente, da parte do PSD-Açores, o Grupo Parlamentar inscreve o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Vamos iniciar o debate.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral - o SiRGIC - entrou em funcionamento, como saberão, no início de janeiro deste ano e tem - não como disse, a Sra. Deputada Alexandra Manes - pouco mais de um ano, mas sim cerca de 4 meses. Portanto, foi aprovado em setembro do ano passado.

De facto, com a entrada em funcionamento, e como bem identifica o proponente, geraram-se alguns constrangimentos ao nível da compra e venda de imóveis, devido a uma questão muito específica que tinha a ver com a demora na obtenção da Representação Gráfica Geo referenciada - a RGG - validada com reserva na plataforma do SiRGIC e que era exigida para efeitos de registo de aquisição, sendo que essa demora acabava, depois, por estrangular todo o mercado imobiliário.

Ora, não foi possível antever que isso pudesse acontecer porque, de acordo com o n.º 6 do artigo 12.º do DLR que implementa o SiRGIC, nos registos de aquisição é obrigatória apenas a indicação do número do RGG. Portanto, não é exigida que a mesma esteja validada (ou validada com reserva), ou em qualquer outro estado de validação.

No entanto, o entendimento do Instituto de Registo e Notariado é de que, para efeitos do registo de aquisição, a Representação Gráfica Geo referenciada, teria de estar validada (ou validada com reserva) na plataforma do SiRGIC.

Ora, ao contrário do que diz o Sr. Deputado Nuno Barata, os serviços não fizeram nada de forma apressada. Os serviços foram eficientes e foram competentes.

Eu recordo que a iniciativa do Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, deu entrada a 21 de janeiro, enquanto que o modelo que foi implementado, e que vou descrever a seguir, foi implementado a 20 de janeiro, portanto, anterior à entrada da iniciativa da Iniciativa Liberal.

Nós, quando tivemos conhecimento destes constrangimentos, no dia 20 de janeiro, numa altura em que eram já quase 600 as RGG em análise, e atendendo

à urgência da matéria, e aos impactos que essa questão estava a ter na vida das pessoas e no bom funcionamento das empresas e das entidades, decidiu-se promover uma alteração de procedimentos ao nível da plataforma do SiRGIC, para que houvesse uma pré-análise nas RGG e para que fosse garantida uma resposta em 72 horas de forma a eliminar todos os constrangimentos que se estavam a verificar.

De facto, em menos de 48 horas, as cerca de 600 RGG estavam já analisadas e validadas com reserva, tendo 8 delas, sido não validadas.

Aliás, neste momento, já foram submetidas cerca de 1000 RGG, sendo que atualmente apenas estão pendentes para análise 24 RGG e todas elas entradas nas últimas 48 horas.

Portanto, ultrapassados estes constrangimentos parece-nos que a iniciativa que nós estamos a analisar, apresentada pela Iniciativa Liberal, nesta matéria em concreto e à data de hoje, é extemporânea.

Relativamente a outros aspetos que foram levantados na exposição de motivos, permitam-me fazer alguns esclarecimentos.

É referido que a plataforma do SiRGIC, e eu cito, “não permite que o promotor se faça representar por um advogado ou solicitador, o que em muitos casos tem gerado impasses dado o desconhecimento dos promotores do sistema, bem como o elevado grau de infoexclusão de algumas faixas da população”, tal como há bocadinho também voltou a referir o Sr. Deputado Nuno Barata.

Ora, isto não corresponde à realidade, uma vez que a alínea h) do artigo 3.º do SiRGIC, define promotores como “interessados os seus representantes ou técnicos habilitados expressamente mandatados para o efeito”.

Portanto, o promotor pode, de facto, fazer-se representar por um procurador, desde que acompanhado por um documento legalmente reconhecido.

No que concerne ao elevado grau de infoexclusão de algumas faixas da população, ao qual o Sr. Deputado também alude, como sabem, foram criadas

em todas as ilhas balcões de atendimento e em São Miguel, dada a sua dimensão, existem dois balcões para auxílio aos cidadãos na submissão das RGG.

Depois, compreendendo a questão em relação ao Regulamento Geral de Proteção de Dados, que também foi levantada há pouco pelo Sr. Deputado do PAN, a qual não permite a divulgação da informação sigilosa, como devem compreender, essa questão não é causada pelo SiRGIC em si, mas sim pelo próprio Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Ainda assim, o que está previsto ao nível das confinantes é que, sempre que não for possível obter uma declaração de confinantes, possa ser emitida uma declaração indicativa de que não são conhecidos os respetivos confinantes, a qual é aceite, ficando neste caso a RGG no estado de validade com reserva.

No que se refere às divergências nas áreas, entre o que consta da documentação e da RGG, tem-se constatado que muitas das áreas que são declaradas nos documentos comprovativos da posse da terra, não correspondem à área efetiva da propriedade. Ora, esse tipo de atualizações tem sido feitas, não só no que concerne ao cadastro, mas também nas finanças e fazem parte do normal processo de atualização de propriedades, atendendo às tecnologias mais recentes que estão disponíveis.

Em relação ao facto de cartas disponíveis na plataforma estarem desatualizadas, o que acontece é que, neste momento, estão a ser utilizadas cartas de 2004 e 2010. No entanto, recentemente foram adquiridas pela Região orto-foto-mapas de 2017 e 2018 que estão agora a ser retificados, para depois serem integrados na plataforma.

Relativamente à questão da existência de custos adicionais, como sabem, o procedimento da RGG na plataforma é gratuito durante os primeiros três anos. Evidentemente, para que possam comprovar a titularidade dos prédios, os

promotores devem entregar a certidão predial atualizada ou, não existindo, a escritura do prédio, bem como a caderneta predial atualizada.

Ainda assim, por um lado, alguns destes documentos são obtidos gratuitamente online e, por outro lado, como é óbvio, os restantes e eventuais custos não se ficam a dever diretamente ao SiRGIC.

Portanto, recapitulando: neste momento estão resolvidos os constrangimentos que se verificavam inicialmente, estando garantida a validação das RGG no espaço de 72 horas, sendo que o sistema está a funcionar bem e sem constrangimentos.

No entanto, se existirem outros constrangimentos que o Governo desconheça ou se as Sras. e Srs. Deputados entenderem que se deve suspender o SiRGIC para ouvir as diferentes instituições do setor, para ouvir a sociedade civil, para fazer alguns afinamentos e eventualmente algumas alterações ao DLR, e que permitam até antever ou corrigir constrangimentos que possam surgir futuramente, pois naturalmente que o Governo Regional cá estará para trabalhar empenhadamente nesse sentido, de forma a que a Região possa ficar munida de um Sistema de Informação Cadastral e, nesse caso, naturalmente contaremos com os contributos dos diferentes grupos e representações parlamentares para o efeito.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou fazer uma leitura diacrónica desde o Ptolomeu até hoje, como alguns de vez em quando dizem que eu gosto *dessas histórias*, mas não é bem assim. No entanto, há uma história nesta informação cadastral nos Açores que se traduz no seguinte: nós tivemos um grande trabalho na altura para regionalizar esses serviços e isso foi conseguido, aliás fora todas as

regionalizações estatutárias, deve ser dos poucos serviços que estão regionalizados e conseguiu-se isso na altura com o Prof. Mariano Gago. E ainda bem que foi assim.

Para além disso, houve o grande investimento, (e ainda bem que foi assim) na cartografia digital. Só a título de exemplo, ela está no *google earth* que nós todos utilizamos e no *virtual earth* da Microsoft.

Mas vamos ao que interessa nesta questão do diploma. Ouvindo o Sr. Secretário, neste momento, eu chego à conclusão de que todo o preâmbulo da argumentação do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal cai por terra, porque todas as respostas foram dadas pelo Sr. Secretário. Aliás, nem parecia que seria diferente, depois da intervenção que ouvi na RDP em que o Sr. Secretário disse que era uma “leitura centralista” do IRN e que efetivamente as coisas estavam a passar-se de um modo normal.

Portanto, as perguntas que eu tinha para fazer e que tinham a ver com as questões de poder haver, ou não, uma representação pelo solicitador, ou pelo advogado, com um comprovativo de procuração, foram respondidas.

Foi respondido também que não havia custos adicionais por causa da certidão, uma vez que bastava um documento da escritura. Portanto, foi resolvida também a questão que estava aqui no preâmbulo do problema relativo aos confinantes e que ficaria resolvido com a validação com reserva e, por isso, também essa situação não era grande justificação para se suspender o diploma.

Foi também dito que o próprio Governo Regional já tinha balcões para esclarecer os cidadãos e, por isso, também não era um óbice para esta questão. Ou seja, é preciso que o Governo Regional nos diga, neste momento, para ficarmos também a perceber, se as legítimas preocupações do Sr. Deputado do Iniciativa Liberal fazem, à data de hoje, algum sentido relativamente aos processos entrados em termos de representação gráfica geo referenciada, nomeadamente se o Sr. Secretário nos pode informar quantas RGG foram

admitidas à data de hoje, quantas estão validadas, quantas não estão validadas e quantas estão em análise, porque me parece que o Sr. Secretário fez uma observação que de algum modo implicava o conhecimento desta situação e isso, naturalmente, dá-nos também a possibilidade de aquilatar com melhor bom senso e melhor equilíbrio, se de facto se tratou de um problema inicial de uma plataforma que entrou em vigor e que tem sempre, (num período inicial), alguns constrangimentos, mas que os serviços, de acordo com a informação do Sr. Secretário, rapidamente supriram esta situação; e, nesta circunstância, teríamos depois que avaliar se faz ou não sentido a suspensão.

Pelas palavras do Sr. Secretário, até agora parece-nos que não faz muito sentido, mas eu gostaria de ouvir a sua resposta às minhas interrogações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Eu prescindo.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros prescinde da palavra e eu inscrevo-me.

**Presidente:** Sendo assim, abro nova ronda.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Rui Martins, se faz favor.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins.

Mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito bem! Esta é uma questão delicada.

Apesar dos esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Secretário Regional, o que é certo é que a experiência de quem está no terreno, de quem lida diariamente com esta situação e com a necessidade de utilizar a plataforma SiRGIC, tem manifestado junto do Grupo Parlamentar do PSD profundas dificuldades no acesso e no normal funcionamento do mesmo, condicionando, inclusive, o normal desenvolvimento da atividade de quem se dedica a esse tipo de atividade, sejam eles promotores imobiliários, advogados, solicitadores, notários ou conservadores do Registo Predial.

Registámos os esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Secretário Regional, mas não podemos partilhar e estar de acordo com os mesmos, porque de facto a experiência de quem está no terreno, de quem lida diariamente com isto, não é coincidente com esta visão.

Por isso - e não vem mal nenhum ao mundo – achamos que se deve fazer aqui uma pausa neste sistema; deve-se suspender este sistema por um período previsto neste Projeto apresentado pela Iniciativa Liberal, para que efetivamente se afine e se melhore o acesso a esta plataforma, com o único intuito de fazer com que, quem se dedica a essas atividades tão necessárias ao desenvolvimento da nossa atividade económica, possa realmente trabalhar sem qualquer tipo de obstáculos burocráticos à finalidade dos objetivos que são pretendidos.

Por isso, Sr. Secretário, com o devido respeito, nós não acompanhamos a vossa argumentação neste sentido e entendemos que é, de facto, importante pensar, repensar e afinar esse sistema para que não existam mais entraves dos que aqueles que têm sucedido.

Depois, sim, estando a plataforma em condições de funcionamento e havendo oportunidade - não tem de ser necessariamente a 31 de dezembro, mas talvez

antecipando a, mal esteja em condições de ser implementada - com certeza estaremos aqui todos para aprová-la novamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Da parte do CDS, o que me apraz dizer neste momento é que o sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral é efetivamente uma ferramenta de extrema importância que foi criada, no sentido de se poder fazer um levantamento cadastral do território que, num futuro próximo, possa desburocratizar as transações e registos de imóveis, tendo como objetivo último, no fundo, concentrar toda a informação e poder registá-la num único número, objetivo este que considero, consideramos e desejamos todos, que se possa atingir. Ou seja, não está posto em causa o mérito deste diploma.

Quanto à iniciativa em apreciação aqui apresentada pela Iniciativa Liberal, e como foi explicado - e bem - pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, verificaram-se constrangimentos novos na obtenção do RGG, da Representação Gráfica Geo Referenciada, mas que entretanto foram efetivamente ultrapassados.

Eu próprio posso dizer, e a título de curiosidade, que rastreei um prédio e em menos de 24 horas recebi a confirmação de validado com reserva. Fi-lo ontem, na hora de almoço e recebi hoje de manhã.

O teste que fiz visou apenas tentar perceber se o problema seria da ferramenta ou eventualmente da própria lei. O que eu verifiquei foi que aparentemente está realmente a funcionar.

Não obstante este facto, o alcance do diploma, não é exclusivamente o de introduzir dados numa plataforma, resumindo-se a esse ato. Ou seja, pressupõe

que, *a posteriori*, haja uma análise documental da conformidade da informação inserida, no terreno.

Assim, será de considerar, nesta fase inicial, não se dar um passo maior do que a perna, e poder reavaliar potenciais fragilidades deste sistema.

Poderá também avaliar-se o tipo de documentos que são necessários apresentar, para não se onerar desnecessariamente os utilizadores. Tal como se deverá eventualmente avaliar o custo, que poderá acarretar no futuro, a formação de equipas para ir ao terreno certificar a correção da informação introduzida, bem como avaliar a capacidade de dar resposta, em tempo útil, por parte dos serviços, na finalização do processo, ou seja, passar de *validado com reservas* para *validado*, e ainda que o serviço não fique eventualmente assoberbado por solicitações, uma vez que estamos a incluir todo o tipo de prédios, sejam eles rústicos, mistos ou urbanos.

Consideramos, por isso, que a breve trecho eventualmente se deveria reavaliar o diploma, a ferramenta, e a capacidade de resposta dos serviços. E, assim que estejam ultrapassadas quaisquer dificuldades encontradas, possamos recolocá-lo em funcionamento.

Para já é isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição, Sr. Presidente.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, da parte do Partido Socialista gostaria de inscrever o Sr. Deputado José Contente.

**Presidente:** Estão inscritos o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado José Contente.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra então o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta questão e dentro dos contactos que o Grupo Parlamentar do PPM fez, a verdade é que os agentes do setor não sentem confiança. Vejo que da parte da administração existe uma outra informação, a informação que lhe estamos a veicular é a informação proveniente daqueles que têm de trabalhar com o sistema e do cidadão que tem de trabalhar com o sistema.

Portanto, neste momento não existe confiança no sistema e muitas das questões que aqui foram referenciadas pelo senhor, e bem, pelo Sr. Deputado Nuno Barata, são reais.

Aliás, o Sr. Secretário começou por referenciar que foi necessário proceder a retificações dos mapas, que existia informação que não estava correta e obviamente que essa informação ao não estar correta introduz em questões tão fundamentais a possibilidade de existirem erros. Portanto, isso não introduz a confiança.

Para mais, nós estamos num período de pandemia em que o acesso aos balcões é condicionado. Estamos num período especial em que o acesso à administração por parte de muitos dos cidadãos é mais difícil e, fundamentalmente, até por parte daqueles mais idosos.

Portanto, há uma série de condicionantes neste momento no acesso à administração pública e existe um conjunto de condicionantes que são próprias também deste período. Existe desconfiança, também, em relação ao funcionamento concreto do sistema e como o Sr. Secretário acabou por referenciar foi necessário proceder a retificações, aliás, houve aqui um processo

de validação muito rápido, mas a verdade é que se tinha acumulado durante muito tempo um enorme número de processos.

Portanto, a verdade é que o processo não estava a decorrer com normalidade. O facto de agora, num período curtíssimo de tempo, se ter resolvido um conjunto de questões também levanta, junto também dos operadores, desconfiança em relação à real eficácia do processo e à exatidão que o mesmo tem.

Portanto, há aqui uma série de condicionantes e que são condicionantes, volto a repetir, que têm um contexto, e esse contexto específico é um contexto de pandemia com um acesso bastante difícil por parte de muitos cidadãos à administração pública, aos balcões, e também, e fundamentalmente, por parte dos mais idosos e dos infoexcluídos. Muitos deles têm dificuldades em poder trabalhar com este conjunto de tecnologias.

Portanto, este não é o momento de impor um sistema do qual existe uma desconfiança neste momento generalizada.

Há que tomar em relação a esta matéria uma posição e a posição é apoio aqui aquela que é a iniciativa do Sr. Deputado Nuno Barata, que é reavaliar tudo isto, dar absoluta segurança às pessoas, absoluta segurança à população em relação ao instrumento que está a ser utilizado, ultrapassar também este período de pandemia e os constrangimentos atuais que existem no acesso à administração pública. Portanto, é necessário fazer esse conjunto de acertos e é necessário ter este período para que quando este instrumento começar a funcionar existir uma confiança generalizada no sistema.

Por isso, este período de pausa, até que se façam as reformulações que são necessárias é absolutamente essencial.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha intervenção que provavelmente será a última, gostaria só de reafirmar a total confiança na credibilidade dos dados que foram aqui produzidos e também, de algum modo, enunciados pelo Sr. Secretário Regional. Nesse sentido, queria também dizer que a apreciação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz em relação a esta matéria, de acordo com as informações veiculadas pelo Sr. Secretário Regional, é que houve de facto inicialmente algumas situações que, no âmbito de um sistema que entrou em vigor, logo no início surgiram alguns percalços, mas foram rapidamente sanados.

Por aquilo que eu percebi, de facto, em termos de RGG admitidas e validadas, elas são num número muito maior do que nas não validadas ou do que aquelas que estão, ou estariam, em análise.

Nesse sentido, o que nos parece é que essa suspensão voltaria a permitir a entrada em vigor de uma lei nacional, porque não há *vacatio legis* nesta questão, da Lei 78/2017, e que também requer documentos e que as pessoas utilizem situações que, de algum modo, possam ser utilizadas no âmbito de toda esta tramitação processual.

Portanto, o que nos parece é que de acordo com as informações que consideramos credíveis do Sr. Secretário Regional, essas questões estão, na sua maioria, sanadas e, por isso, não se justifica nenhuma suspensão deste diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Uma inscrição, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Nuno Barata, está inscrito.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, gostaria de inscrever a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**Presidente:** A Sra. Deputada Alexandra Manes está inscrita também.  
Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas:

Folgo em saber que o senhor viu bem os técnicos que tem ao pé de si e que foram aqueles que desenharam a plataforma; foram aqueles que defenderam a existência da plataforma; foram aqueles que lutaram para ter a entrada dessa plataforma em funcionamento em janeiro e, daí também referir que esses técnicos são os mesmos que o Sr. Professor José Contente conhece muito bem e que acompanhou ao longo dos últimos anos.

Portanto, também não me admira que ele fique satisfeito com as respostas que o senhor deu, porque são as respostas dos técnicos que ele formou. Portanto, desse ponto de vista estamos absolutamente esclarecidos.

O que é facto é que - e vou referir isto novamente - para a Iniciativa Liberal esta plataforma CiRGIC é um passo importante, fundamental mesmo, para duas coisas: uma que é termos definitivamente um sistema de geo referenciação credível, que nos dê garantias de segurança, e outra é a Região dar mais um passo na transição digital.

Nestes dois aspetos, estamos totalmente de acordo - penso que estaremos todos - e todos queremos um sistema de geo referenciação para o cadastro, quer seja ele rústico, misto ou urbano, que funcione bem, na Região Autónoma dos Açores e que nos sirva a todos.

No entanto, o sistema não é seguro. O sistema, de futuro, vai trazer mais problemas do que soluções. E aquilo que o Sr. Secretário disse, por exemplo, em relação ao acesso dos advogados e solicitadores, também foi dito internamente ao Sr. Secretário, porque se o senhor tivesse falado com os advogados e com os solicitadores da praça, teria percebido – e como o senhor pertence a um partido Democrata Cristão vai perceber muito bem – o que eu estou a dizer.

A palavra que me foi transmitida foi “calvário”, ainda hoje de manhã - “Calvário”!

Se o senhor não sabe o que é o “calvário” a catequese ensina!

Mas, isto para dizer que muitas vezes quando nos fechamos nos gabinetes, ouvimos coisas diferentes daquilo que na prática se passa cá fora, por isso é que esta lei suspensiva aparece, ou este Projeto de Decreto Legislativo Regional suspensivo aparece. É precisamente para melhorar aquilo que não nos dá garantias neste momento. Tão só isso, Sr. Secretário. É fazer com que o Estado sirva os cidadãos, em vez de os avolumar ainda com mais burocracia e com mais problemas, numa fase da vida em que os cidadãos já têm bastantes problemas com que se apoquentar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que tendo em conta as explicações dadas pelo Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas, não existe a necessidade da suspensão do diploma em vigor.

No entanto, nada impede o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que poderá apresentar propostas de alteração ao diploma, aí, sim, cá estaremos para a análise e votação.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Se me permite...

**Presidente:** Sr. Subsecretário tem a palavra.

**Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever, em nome do Governo, o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climática, por favor.

**Presidente:** Está inscrito, Sr. Subsecretário.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Faz favor, Sr. Secretário.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente, em relação ao que disse o Sr. Deputado Nuno Barata. Naturalmente eu não me fecho em gabinetes e tentei obter o máximo de informação no máximo de sítios possíveis.

Tive oportunidade de dizer que os constrangimentos iniciais que se tinham verificado e que tinham sido bem apontados no preâmbulo da iniciativa estavam resolvidos, que esta questão estava ultrapassada e que o sistema estava a funcionar sem esses constrangimentos.

Também tive oportunidade de, enfim, trazer alguma informação em relação a alguns dos considerandos que naturalmente não correspondiam àquilo que estava na iniciativa.

Em resposta ao Sr. Deputado José Contente, apenas para lhe dizer que neste momento, ou hoje de manhã, a última vez que se fez a verificação, tinha 1042 RGG, e apenas 24 estavam pendentes. Eram aquelas que estavam pendentes, todas elas à menos de 48 horas.

No entanto, também tive oportunidade de dizer, que se os Srs. Deputados tivessem conhecimento de alguns constrangimentos que efetivamente o Governo não tivesse, ou se entendessem que eram necessários fazer alguns afinamentos, melhorar o instrumento, melhorar o Decreto Legislativo Regional, naturalmente o Governo Regional estaria disponível e trabalharia afincadamente nesse sentido, e para isso contaria com o contributo de todos os grupos e representações parlamentares que, aliás, pelo que percebi, também tem informações que podem ser muito úteis e dada a sua capacidade de iniciativa poderão também obviamente trazer esses contributos para melhorar o cadastro e para que a Região fique munida de um instrumento vigoroso e que funcione bem.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Parecendo não haver mais inscrições, vamos passar à votação, deste Decreto Legislativo Regional.

Vamos, primeiro, votar na generalidade.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Andreia Costa.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor, sem dúvida.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, como tenho espinha dorsal, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Secretário, para o anúncio da votação do diploma na generalidade.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XII – “Suspende o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2020/A, que cria o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral, apresentado pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, foi aprovado, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do PAN e 1 voto a favor da do IL, 25 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Resumo da votação: 30 votos a favor e 27 votos contra.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passamos ao debate na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

*(Pausa)*

Parecendo não haver, vamos votar os três artigos do diploma.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Andreia Costa.

**Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** O meu voto é contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sandra Dias Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eu voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Joaquim Machado

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** A favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Secretário da Mesa, Marco Costa, para o anúncio da votação.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os artigos colocados à votação relativos à iniciativa em análise, foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a

favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da do IL e 1 voto a favor do PAN, 25 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Resumo da votação: 30 votos a favor e 27 votos contra. Muito obrigado.

**Presidente:** Vamos passar para a votação final global.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, voto é contra.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** A favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Secretário Marco Costa, para o anúncio do resultado da votação da votação final global deste diploma.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A iniciativa em apreciação obteve uma votação final global de aprovação com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do CH, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da do IL e 1 voto a favor do PAN, 25 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Resumo da votação: 30 votos a favor e 27 votos contra.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa Agenda (ponto seguinte): **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 15/XII – “Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia”.**

Este Pedido de Urgência foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Pergunto ao Sr. Deputado António Lima quem vai usar da palavra para a justificação da urgência?

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, será a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a justificação desta urgência.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência e Dispensa em Comissão do presente Projeto de Resolução, “garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e a realização de estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia”, deve-se à realidade dos constrangimentos que famílias e alunos atravessam, no que acesso a recursos como computadores e acesso à internet diz respeito.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não pode haver nenhum aluno sem acesso a estes equipamentos tão necessários para o acompanhamento do ensino à distância.

Como ainda hoje o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto dizia, a pandemia não está controlada e as medidas vão evoluindo, o que quer dizer que de hoje para amanhã as escolas poderão abrir e uma semana depois poderão encerrar novamente. Como a situação no Faial passou para estado médio, a qualquer outra ilha poderá dirigir-se os mesmos impedimentos nas escolas da Região e por isso é que se pede a urgência dispensa e exame em comissão.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições para este debate sobre a urgência?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Da parte do Partido Socialista, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

**Presidente:** Está inscrito o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Pergunto se há mais inscrições?

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, do Chega, para inscrever o Deputado José Pacheco.

**Presidente:** Sr. Deputado José Pacheco está inscrito.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, para me inscrever a mim próprio.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(\*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iremos votar a favor da urgência e dispensa de exame em Comissão considerando que é urgente compreender que medidas toma o Governo para corrigir desigualdades ainda existentes no sistema de ensino à distância e que é urgente compreender com a máxima antecipação possível que impacto na aprendizagem terá esta modalidade de ensino, aplicada que está de um modo já muito prolongado em algumas das nossas escolas e quando, por outro lado também, de modo desigual, entre diversas unidades orgânicas da Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois, a minha intervenção é para colocar uma dúvida. Sei que cheguei há pouco tempo e realmente às vezes não percebo.

Eu estou a ler aqui um documento que tem duas coisas que parecem iguais, mas são distintas: uma é um estudo, outra coisa é emprestar computador.

Os Srs. do Bloco de Esquerda que gostam tanto de papéis e que percebem tanto disto, porque é que misturam duas coisas dentro do mesmo documento? É preguiça? É poupança? É o quê?

Sra. Deputada, não ponha as mãos à cabeça que ainda lhe salta alguma coisa!

Eu não percebo nada disto.

**Presidente:** Sr. Deputado, estamos a discutir apenas e só a urgência.

**O Orado:** Ó senhor, e eu estou a falar de urgência.

Misturar uma coisa que - parece-me - não é, dentro de um documento destes, não é uma coisa razoável. Ou bem falamos do processo de empréstimo, ou bem falamos do estudo. Pode ser necessário ou não. Eu até poderia responder ao estudo e poupava dinheiro à Região.

Por agora é isto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(\*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em tempos de pandemia que no mês de março já vai fazer um ano invadiu o nosso planeta e, sobretudo, criou grandes alterações no nosso sistema de ensino, urge, ao contrário do que aconteceu o ano passado - ainda da responsabilidade do Governo anterior - dar cumprimento a uma circunstância muito simples que é dar informação digital, meios digitais, aos alunos que frequentam as nossas escolas e que estão impedidos de efetuar um ensino presencial.

Existem localidades na nossa Região Autónoma que estão efetivamente necessitadas deste aconselhamento e deste apoio informático e, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD entende que esta iniciativa do Bloco de Esquerda deve ser verificada com urgência.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Nuno Barata, do Iniciativa Liberal.

**Presidente:** Está inscrito, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para dizer que a Iniciativa Liberal, até na decorrência do que foi dito aqui por essa Representação Parlamentar no decurso do debate da Petição sobre a cobertura de fibra ótica das freguesias de Santo Antão e do Topo, entende que essa questão é extremamente pertinente e entende que este assunto deve ser debatido com a urgência que ele mesmo carece e com o rigor que todos nós devemos empenhar para que não fique uma criança nos Açores sem acesso a um computador para poder ter o ensino à distância e não só, e para poder fazer os seus trabalhos de casa e para poder chegar a casa, mesmo depois de estar em ensino presencial e poder fazer os seus deveres e as suas buscas e o seu estudo nas mesmas circunstâncias que fazem aqueles que mais podem.

É para isso que serve o Estado, é para garantir equidade. Não é igualdade, é equidade de acesso a todos os elevadores sociais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Célia Pereira.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Eduardo.

**Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Lubélio Mendonça.

**Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Teixeira.

**Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Patrícia Miranda.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rodolfo Franca.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Anjos.

**Deputado Rui Anjos (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sandra Faria.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sérgio Ávila.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Lopes.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Valdemira Gouveia.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Vílson Ponte Gomes.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro do Nascimento Cabral.

**Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Voto a favor.

**Presidente:** Ana Quental.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Carlos Freitas.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Délia Melo.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Flávio Soares.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Gil Borges.

**Deputado Gil Borges (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Eu voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** João Bruto da Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Soares.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Gomes.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Silveira.

**Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Espínola.

**Deputado Rui Espínola (PSD):** A favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sabrina Furtado.

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Vânia Ferreira.

**Deputada Vânia Ferreira (PSD):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Voto a favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Pedro Pinto.

**Deputado Pedro Pinto (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Rui Martins.

**Deputado Rui Martins (CDS/PP):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Furtado.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor

**Presidente:** Alexandra Manes.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Gustavo Alves.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** A favor, Sr. Presidente.

**Presidente:** Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Neves.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Secretário, faça o favor de anunciar o resultado da votação.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 15/XII – Garantia de acesso a equipamentos informáticos para os alunos em ensino à distância e realização estudo sobre os impactos desta modalidade de ensino durante a pandemia, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi aprovado por unanimidade, obtendo 57 votos de todos os Deputados presentes. Muito obrigado.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para uma interpelação, por favor, se for possível.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma interpelação.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para pôr à consideração da Mesa e dos diversos líderes parlamentares, tendo em conta o adiantado da hora, e tendo em conta que pouco mais dará para o debate do que a intervenção inicial, se poderíamos passar o debate para amanhã?

Coloco à consideração, deixando obviamente ao critério da Mesa e dos diversos líderes parlamentares essa decisão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto aos Srs. Líderes dos Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares se se opõem a esta proposta do Sr. Deputado António Lima?

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente...

**Presidente:** Faça favor.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Eu oponho-me. Eu gostaria de ouvir e fazer o debate hoje ainda.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente...

**Presidente:** Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

**\*Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, por parte do Chega, nós achamos por bem continuar o debate ainda hoje, porque a Agenda é bastante grande. E sem prejuízo dos pontos que ainda falta debater amanhã, achamos que é do maior interesse que se debata parte deste ponto ainda hoje.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito bem.

Não havendo unanimidade, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, não vamos prolongar esta discussão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente...

**Presidente:** Peço desculpa, não vamos prolongar esta discussão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para a discussão da iniciativa.

Faça favor, Sra. Deputada.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem-estar das pessoas, das organizações e das sociedades. É nas escolas que a grande maioria das crianças e dos jovens aprendem uma diversidade de conhecimentos e competências que dificilmente poderão aprender noutros contextos. Por isso mesmo, as escolas desempenham um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no

conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e nos princípios sociais e éticos.

Garantir o direito à educação das crianças e jovens deve ser o desígnio de qualquer sistema de ensino, para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

A escola é o mais rico estimulante local de aprendizagem na vida de cada um. Nenhum outro jamais se lhe comparará. Não apenas na transmissão de conhecimentos, vocação primeira e secular da escola, como no desenvolvimento das capacidades individuais, ferramentas cada vez mais necessárias num mundo em constante e mudança.

É no espaço escola que se passa o testemunho, prepara o futuro e se forma agentes criadores de novos conhecimentos. Se trabalha a capacidade de acreditar nos indivíduos, de identificar e potenciar as suas qualidades e competências, fornecendo-lhes ferramentas versáteis e adequadas que lhes permitam fazer bom uso dos conteúdos adquiridos.

Cidadãos que serão os futuros cuidadores do planeta em que vivemos e das gentes que nele habitam. Qualquer sociedade será sempre o resultado do seu sistema de ensino. Qualquer mudança de mentalidade, em prol de um mundo mais justo e equitativo, só acontece se a semente for lançada no solo fértil da escola. O futuro de um país, o desenvolvimento de qualquer sociedade depende da qualidade do seu modelo educativo e da capacidade que este revele no desenvolvimento da imaginação e na promoção do bem-estar dos seus educandos.

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sim! O que é que tu queres?

*(Pausa)*

**A Oradora:** Sr. Presidente, não sei se posso continuar.

Pareceu-me ouvir o Sr. Deputado do Chega... não sei.

Sr. Presidente, posso continuar...?

**Presidente:** Pode sim senhora.

Peço aos Srs. Deputados que mantenham o microfone desligado quando não estiverem no uso da palavra.

Muito obrigado

Pode continuar, Sra. Deputada, peço desculpa.

**A Oradora:** Obrigada, Sr. Presidente.

A instituição escola apresenta-se como a oportunidade para romper com situações económicas e sociais desfavoráveis e precárias, constituindo-se como um meio incontornável de emancipação e de independência dos cidadãos, assim como de democratização, de coesão e de bem-estar da sociedade.

São, desta forma, as escolas decisivas para que os jovens compreendam o mundo em que vivem e para que possam intervir crítica e responsabilmente na vida social.

Segundo Corbucci, a história tem mostrado que apenas os países que avançaram no campo educacional, científico e tecnológico conseguem alcançar a consolidação de sua soberania.

Sendo a nossa Região a mais pobre do país, com maior risco de pobreza e desigualdades sociais, com a maior taxa de abandono escolar precoce, não podemos, de forma alguma, ser coniventes com um sistema de ensino que lhes castre o futuro.

É a escola entendida, e bem, como o elevador social, mas para que este discurso se adeque à prática, é imperativo que seja disponibilizado, às nossas crianças e jovens, políticas que lhes permita perspetivar um futuro promissor.

Bem sabemos que, infelizmente, existem diferenças, em diversos aspetos, entre os alunos, no meio social que os envolve, no acesso a recursos necessários, tal como no ambiente familiar. Estas diferenças podem ter tendência a aumentar

porque alguns dos alunos prosseguirão nos estudos, enquanto outros repetirão anos escolares, acabando por optar pelo abandono precoce da escola. Ou seja, se os alunos já começam o processo de escolarização em condições desiguais e aqueles pertencentes à classe social baixa continuam recebendo uma educação de qualidade inferior, não se pode esperar resultados iguais no final do processo.

A pandemia da Covid-19 obrigou, numa primeira vaga, a um encerramento generalizado dos estabelecimentos de ensino na Região Autónoma dos Açores, à semelhança do que aconteceu no resto do país.

Esse encerramento demonstrou a realidade que alguns persistiam em desconhecer e outros em esconder: a desigualdade social. Trouxe à tona o número de alunos, na nossa região, sem computador. Demonstrou que existem habitações sem ligação à Internet. Mostrou que há agregados familiares com 4, 6 e mais dependentes, a frequentar o ensino e com um único computador disponível.

O anterior governo de uma forma muito atarantada tentava fazer chegar recursos que permitissem colmatar a falta das aulas presenciais, fazendo chegar equipamentos às unidades orgânicas, mas ficavam sempre alunos para trás, aliás como o Bloco de Esquerda alertou e denunciou. Mais tarde, o Governo disse proceder à aquisição de 500 computadores.

Infelizmente, assistimos a algo semelhante a uma esquizofrenia. Se há meia dúzia de dias, o telemóvel não era um recurso apto às salas de aulas, de um momento para o outro tornou-se num dispositivo à altura das aprendizagens das nossas crianças, das e dos nossos estudantes!!

À altura PSD e CDS, cada qual mais empenhado para que não faltasse equipamentos aos alunos, nem tão pouco uma tomada elétrica!

Falava-se em vales tecnológicos, em Internet gratuita, acesso gratuito a banda larga... dando origem à Resolução n.º 20/2020/A.

Após a reabertura das escolas, em primeiro lugar nas ilhas sem casos de Covid-19 e mais tarde em todas as ilhas, ocorreram encerramentos de escolas segundo critérios que foram sucessivamente alterados pelo anterior e atual Governo Regional.

Neste momento, quase todos os estabelecimentos de ensino da ilha de São Miguel encontram-se encerrados, sendo o ensino realizado à distância. Alguns estabelecimentos de ensino foram encerrados mais do que uma vez e outros mantêm-se encerrados desde o início de novembro, como é o caso dos estabelecimentos da Escola Básica e Integrada de Rabo de Peixe.

Passados dez meses sob a primeira vaga e após levantamentos “exaustivos”, persiste a inexistência de computadores para todas e todos alunos. Contabilizando-se um computador por lar e não por aluno. Contabilizando-se tablets e telemóveis.

É por isso, imprescindível que o Governo Regional proceda à aquisição de computadores, numa primeira fase, para disponibilizar aos alunos/as que não dispõem desse recurso, para mais tarde assegurar também o acesso à Internet.

Este longo interregno no ensino presencial tem o potencial de gerar enormes desigualdades seja entre alunos de diferentes contextos socioeconómicos, seja entre os alunos das escolas em ensino à distância relativamente aos demais colegas da região e do país que frequentam estabelecimentos de ensino que se encontram em regime de ensino presencial.

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) "Youth and COVID-19: impacts on jobs, education, rights and mental well-being" conclui que 65% dos jovens afirmam ter aprendido menos devido à transição da sala de aula para as aulas online, 51% acreditam que a sua educação sofrerá atrasos, e 9% temem que venham a reprovar com a ausência de aulas presenciais.

É fundamental conhecer os impactos que esta longa e assimétrica paragem no ensino presencial terá nas crianças e jovens afetados, no seu desenvolvimento, no seu processo de ensino aprendizagem e na sua integral social e laboral.

Aquando do encerramento das escolas por toda a região, toda a oposição fez-se ouvir em duras críticas à parca resposta dada pelo, então, Secretário Regional da Educação e Cultura. Ouviram-se nesta casa, leram-se artigos de opinião. E termino, exatamente, citando Pedro Gomes: “A mudança na vida laboral e no processo educativo que a quarentena social e encerramento das escolas, empresas e serviços, não está a ser vivida do mesmo modo por todas as famílias: há aqueles que dispõem de acesso à internet, de dois ou três computadores em casa, de impressora, permitindo-lhes compatibilizar teletrabalho com um ensino à distância dos filhos, através de ferramentas digitais. Mas, na nossa sociedade, há também os outros, os esquecidos, que não aparecem nas reportagens dos telejornais, que não têm condições para ter computadores em casa, que estão preocupados em garantir a sobrevivência da sua família num tempo que já é de dificuldades económicas e cujos filhos não têm possibilidade de aceder a aulas à distância. Nesta fase de confinamento, as desigualdades sociais tornam-se mais evidentes e não podem ser esquecidas na decisão que se venha a tomar quanto ao terceiro período.”. Fim de citação.

Resta-nos perceber se a oposição de ontem é o governo construtivo de hoje!

Assim, por proposta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, nos termos estatutários e regimentais legalmente aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que:

1 – Encomende à Universidade dos Açores um estudo que avalie os efeitos do ensino à distância no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento das crianças e jovens de todos os níveis de ensino das escolas que, por determinação das autoridades de saúde ou do Governo Regional dos Açores,

encerraram durante mais de um mês no ano letivo 2020-2021. O estudo deve compreender duas fases:

a) A primeira fase do estudo deve incidir na avaliação preliminar dos efeitos do ensino à distância no processo de ensino-aprendizagem, nas competências e no desenvolvimento das crianças e jovens. Deve ainda propor possíveis estratégias para atenuar os principais impactos negativos do ensino à distância. Deve ter como prazo limite de entrega o final do presente ano letivo.

b) A segunda fase deve ter uma perspetiva de médio e longo prazo, devendo focar-se nos efeitos do ensino à distância nas crianças da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no desenvolvimento, percurso académico e integração social, devendo focar a sua incidência nas comunidades mais afetadas pelo encerramento das escolas.

2 – Garanta, ao universo dos alunos abrangidos pelo ensino à distância, mediante requerimento do encarregado de educação ou sinalização por parte da unidade orgânica, equipamentos informáticos essenciais – nomeadamente computador do tipo laptop com teclado físico e acesso à Internet – através da modalidade de empréstimo.

3 - Inicie a distribuição, no prazo de uma semana após a aprovação desta resolução, a todos as crianças e jovens que se encontram em ensino à distância os equipamentos referidos no número anterior com prioridade para os alunos sem acesso a equipamentos informáticos essenciais.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições?

**Deputado Carlos Furtado (CH):** Sr. Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa, por favor.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Eu queria pedir desculpa à Câmara e em especial à Sra. Deputada Alexandra Manes, pelo incidente que há pouco aconteceu.

Eu tinha o microfone aberto e, por descuido, estava a atender uma chamada de uma pessoa amiga.

Não foi para ofender ninguém. Peço desculpa pelo incidente.

**Presidente:** Sim senhor, está registado o seu gesto e com certeza que a Sra. Deputada Alexandra Manes também o desculpará.

Atendendo ao nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10h00.

Boa noite a todos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente...

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, antes de encerrar os trabalhos, peço uma informação à Mesa, sobre os tempos restantes para cada um dos partidos no âmbito da discussão desta iniciativa.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas alguém falou?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Só o Bloco, por isso é que é fácil fazer as contas.

**Presidente:** Foi só o Bloco.

O Sr. Secretário já lhe vai dar essa informação. Só um bocadinho, se faz favor. Como sabem, nestas Resoluções o Governo, o Partido Socialista e, neste caso o Bloco de Esquerda, têm 15 minutos cada; o PSD 12 minutos; o CDS 8; o Chega e o PPM têm 6 minutos cada e a Iniciativa Liberal e o PAN têm 4 minutos cada. O Sr. Secretário vai anunciar o tempo restante ao Bloco de Esquerda.

**Secretário:** O tempo restante do Bloco de Esquerda é de cerca de 4 minutos e 39 segundos.

**Presidente:** E os outros partidos são os tempos que eu anunciei, porque ainda não usaram da palavra.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, até amanhã, bom descanso.

**Deputado Nuno Barata (IL):** E haja saúde!

*Os trabalhos terminaram às 19 horas.*

*Deputado que entrou durante a sessão:*

**Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**

**Pedro Miguel Vicente Neves**

(\*) Texto não revisto pelo Orador

**As redatoras:** Ana Paula Lemos e Maria da Conceição Fraga Branco.